

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**OS EXPOSTOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO: assistência**  
à infância desvalida no século XIX

**DENILSON COSTA PINHEIRO**

SÃO LUÍS – MA

2023

**DENILSON COSTA PINHEIRO**

**OS EXPOSTOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO: assistência  
à infância desvalida no século XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas à obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes

SÃO LUÍS – MA

2023

Pinheiro, Denilson Costa.

Os Expostos da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão: assistência à infância desvalida no século XIX / Denilson Costa Pinheiro. – São Luís, 2023.

165 f. : il.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST), Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientadora: Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes.

1. Ensino de História. 2. Infância Desvalida. 3. Assistência. 4. Casa dos Expostos. I. Título.

CDU 364.7-053.2(812.1)“18”

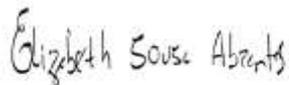
**DENILSON COSTA PINHEIRO**

**OS EXPOSTOS DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO:** assistência  
à infância desvalida no século XIX

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Estadual do Maranhão com vistas  
à obtenção do título de Mestre.

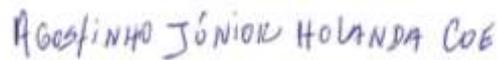
Aprovada em: 11/05/2023

**BANCA AVALIADORA**



---

Profa. Dra. Elizabeth Sousa Abrantes (orientadora)  
(PPGHIST/UEMA)



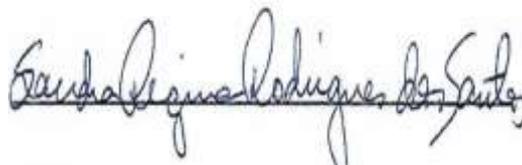
---

Prof. Dr. Agostinho Junior Holanda Coe (arguidor)  
(UFPI)



---

Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva (arguidora)  
(PPGHIST/UEMA)



---

Profa. Dra. Sandra Regina Rodrigues dos Santos (suplente)  
(PPGHIST/UEMA)

*Dedico este trabalho a todas às crianças que foram e que são vítimas do abandono familiar e Estatal e por terem sido sujeitos silenciados e invisibilizados pela narrativa histórica.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ter ingressado em um programa de pós-graduação tão cedo e ainda imaturo foi uma experiência muito desafiadora, mas nada disto seria possível sem a ajuda, o cuidado e o compromisso de muitas pessoas que cruzaram o meu caminho e tornaram esta caminhada mais fácil. Por isso agradeço imensamente...

À minha família, por serem as pessoas que mais me apoiaram e me incentivaram a seguir os meus sonhos, por acreditarem em mim, por me ensinarem que a educação é a nossa base, por nunca ter me faltado amor. Apesar da distância mantiveram-se próximos, não deixando faltar nada na minha vida. Em especial, dedico este agradecimento à minha mãe, Maria da Conceição Pinheiro Soares e à minha irmã, Marluci Pinheiro Soares que me acompanham e nunca soltaram minha mão desde os meus primeiros anos de vida.

À Universidade Estadual do Maranhão pela concessão da bolsa de estudo, recurso essencial para a realização desta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIST-UEMA), pelos excelentes profissionais, pela dedicação ao empenho do programa e toda a atenção dada aos alunos.

À minha orientadora Elizabeth Sousa Abrantes que me acompanha desde a graduação, a qual me orientou na Iniciação Científica, na monografia e no mestrado. Sou muito grato por todo o aprendizado ao longo destes anos de orientação, pela dedicação e o carinho. Agradeço pelo seu olhar atencioso e as problemáticas levantadas no meu trabalho, pelas correções tão bem feitas e por ser essa excelente profissional que tanto me inspira.

Aos meus professores que me acompanharam durante estes dois anos de estudos, em especial à Sandra Regina, Moab Costa, Ana Lívia, Marcelo Cheche, Yuri Costa e Raíssa Cirino, que tiveram contribuições muito importante ao meu trabalho com as temáticas de ensino, teoria e metodologia, identidade e memória, imprensa, elaboração de produto educacional, entre outras.

À banca de qualificação e defesa composta por Agostinho Coe, historiador que eu admiro e que é umas das grandes inspirações desta pesquisa e à Tatiana Silva, professora que me acompanha desde a graduação e que tanto admiro pelo seu profissionalismo. Obrigado pelas contribuições, sugestões e problemáticas levantadas neste trabalho.

À Universidad Distrital Francisco José de Caldas pela oportunidade de mobilidade acadêmica no programa de pós-graduação: Maestría en Infancia y Cultura. Foi uma das experiências mais enriquecedoras que tive, pelo fato de eu estar em contato direto com a língua espanhola e também por eu adquirir conhecimento sobre infância em um contexto sócio-histórico latino-americano, colombiano e brasileiro. Agradeço pela recepção e atenção da Universidade, professores e colegas de turma durante um semestre de estudos que contribuiu com o meu aprendizado.

Ao Arquivo Público do Estado do Maranhão pela ajuda na identificação dos arquivos necessários para a pesquisa. Agradeço pela atenção, o profissionalismo e solícitude dos funcionários, em especial à diretora Vilma Teixeira, que desde o início da pesquisa me apresentou o “Mapa do Movimento da Casa dos Expostos”, fonte muito importante por conter nomes, datas dos enfeitamentos, falecimentos e outras informações referentes às crianças enfeitadas, desse modo, elas passaram a ter nomes ou uma identidade no meu trabalho e deixaram de ser apenas “expostas”. Silvana Garcês também foi uma funcionária muito solícita e atenciosa, através do seu trabalho ela conseguiu localizar uma imagem da Casa dos Expostos em que a Roda ainda estava em funcionamento, pela primeira vez pude ver a estrutura externa do estabelecimento que parecia que eu conhecia, por tanto ler e escrever sobre, mas que visualmente era desconhecido por mim, e poder ver essa imagem de um passado distante foi uma das maiores conquistas para um historiador apaixonado por seu trabalho. Por fim, agradeço aos estagiários Lucas Meireles e Luís Carlos por me ajudarem na leitura de alguns documentos e por localizarem as caixas e arquivos sobre a temática desta pesquisa.

Ao Arquivo do Tribunal de Justiça (TJMA), no qual eu busquei incansavelmente o testamento do Dr. Cássio Costa Ferreira. Agradeço a todos os funcionários do Arquivo pela ajuda, em especial ao estagiário e amigo Airton Soares pela localização das documentações. A Cristofferson Melo pelas trocas de ideias e sugestões no meu trabalho, o qual me alertou que nem sempre encontramos uma fonte a nossa espera pronta para o uso. Como historiadores temos que saber lidar com algumas frustrações no processo de pesquisa.

Ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico (IPHAN-MA) por me disponibilizar materiais importantes para a construção do produto educacional como fotos, plantas e inventários dos estabelecimentos da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.

Ao Centro de Ensino Sotero dos Reis, por ser uma das inspirações do conto e por ser o local em que eu apliquei o produto. Agradeço à Diretora Aparecida Carvalho e aos professores Marliano e Joana, por acreditarem no potencial do meu trabalho e terem me cedido espaço em suas turmas nas disciplinas de História e Artes, respectivamente.

Ao Museu Santa Casa de São Paulo (MSC-SP) pela recepção e por ter preservado tão bem os acervos e documentações referentes à Santa Casa de São Paulo e à Casa dos Expostos, sendo possível os visitantes terem acesso à Roda que funcionou por muito tempo na instituição. Agradeço especialmente à funcionária e conterrânea Maria Florismar L. Sobrinho pelo seu atendimento atencioso.

Ao Padre Manuel e a Paulo Vitor por abrirem as portas da Igreja de São Pantaleão a mim, permitindo que eu conhecesse as dependências do estabelecimento onde funcionava a Casa dos Expostos. Sem dúvidas estar presente naquele local cheio de histórias foi muito significativo no processo de elaboração deste trabalho.

A Guilhermy Oliveira por ser uma das primeiras pessoas a confiar no potencial desta pesquisa, por ser meu “google sinônimos”, por me ajudar no processo de escrita revisando alguns parágrafos e textos, por todas suas sugestões e contribuições, o apoio e o carinho que eu recebi durante este processo.

A Viny B Oliver por ter aceitado o desafio de dar vida ao meu conto por meio da sua arte e criatividade que resultou em um trabalho brilhante. Agradeço pelas contribuições, o empenho e o seu profissionalismo.

À Luana Anjos por ser durante muito tempo uma grande amiga que me apoia, que me direciona com suas sábias palavras, com o seu amor e carinho, por estar presente na minha vida revivendo cada dia mais o sentido da nossa amizade.

Aos meus amigos Samir Rabêlo e Laryssa Pimenta pelo apoio dado nesta fase, por serem meus colegas de trabalhos e seminários e por tornarem esta caminhada mais prazerosa.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que de forma direta ou indireta me ajudaram na construção deste trabalho, me indicando leituras, cursos de aperfeiçoamento, me dando dicas e sugestões. Um trabalho não se faz só, por isso o meu **MUITO OBRIGADO** a todos pela contribuição.

*Yo no tuve que hacer nada que me arrepienta ni de  
que yo lamente ahora*

*Para mantenerme en pie, yo me maté 24/7*

*Eso e' lo que tuve que hacer*

*(ROSALÍA, Bulerías, 2022)*

## RESUMO

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi uma instituição de caridade que tinha como objetivo dar assistência aos desvalidos, pobres, doentes, presos, crianças abandonadas e mulheres. No século XIX ela possuiu vários patrimônios e estabelecimentos, entre eles se destaca a Casa dos Expostos, fundada em 1828, a qual possuía como propósito criar e educar crianças enjeitadas. O objetivo desta pesquisa se centra em analisar a atuação da Casa dos Expostos na assistência às crianças abandonadas. A pesquisa pretende dar voz a sujeitos que foram silenciados pela História, permitirá o entendimento do imaginário referente à infância desvalida, relações de gênero e educação no século XIX, assim como compreender o modelo caritativo da Misericórdia. A metodologia consiste na análise dos jornais do século XIX e fontes oficiais da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, como relatórios mensais e anuais, falas do Presidente da Província, ofícios, livros de atas, Compromisso da Santa Casa, Regulamento da Casa dos Expostos, entre outros. O Produto Educacional trata-se de um conto infantojuvenil que tem como fim ressignificar e (re)construir memórias da Casa dos Expostos, também busca construir narrativas sobre as crianças desvalidas que foram invisibilizados no ensino de História devido às narrativas hegemônicas vigentes no espaço escolar. O conto se utiliza de fontes imagéticas, formando assim o produto intitulado “*O álbum de Dona Antônia e as memórias que não podem ser esquecidas*”.

**Palavras-chave:** Ensino de História. Infância Desvalida. Assistência. Casa dos Expostos.

## ABSTRACT

The Santa Casa de Misericórdia do Maranhão was a charity institution that aimed to assist the destitute, the poor, the sick, prisoners, abandoned children and women. In the 19th century it had several patrimonies and establishments, among them the Casa dos Expostos, founded in 1828, whose purpose was to create and educate found children. The objective of this research focuses on analyzing the role of Casa dos Expostos in assisting abandoned children. The research intends to give voice to subjects who were silenced by History, it will allow the understanding of the imaginary referring to childhood, gender relations and education in the 19th century, as well as understanding the charitable model of institution. The methodology consists of the analysis of 19th century newspapers and official sources of the Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, such as monthly and annual reports, speeches by the President of the Province, official letters, minute books, Compromisso da Santa Casa, Regulation of the Casa dos Expostos, between others. The Educational Product is a children's tale that aims to re-signify and (re)build memories of Casa dos Expostos, it also seeks to build narratives about underprivileged children who were made invisible in the teaching of History due to the hegemonic narratives in force in the school space. The tale will use imagery sources, thus forming the product entitled “D. Antonia's album and memories that cannot be forgotten”.

**Keywords:** History Teaching. Disabled Childhood. Assistance. Casa dos Expostos.

## IMAGENS

<b>IMG 1: Casa dos Expostos (1938)</b> .....	<b>68</b>
<b>IMG 2: Prédio – Casa dos Educados Artífices</b> .....	<b>77</b>
<b>IMG 3: Prédio – Casa dos Educandos Artífices (2019)</b> .....	<b>78</b>
<b>IMG 4: Asilo de Santa Thereza</b> .....	<b>84</b>
<b>IMG 5: Processo Criativo – Rascunho 1</b> .....	<b>144</b>
<b>IMG 6: Processo Criativo – Rascunho 2</b> .....	<b>145</b>
<b>IMG 7: Processo Criativo – Rascunho 3</b> .....	<b>145</b>
<b>IMG 8: Processo Criativo – Rascunho 4</b> .....	<b>146</b>
<b>IMG 9: Aplicabilidade – C.E. Sotero dos Reis</b> .....	<b>151</b>

## TABELAS

<b>Tabela 1: Principais Instituições de Assistência à Infância Desvalida (XIX).....</b>	<b>76</b>
<b>Tabela 2: Fardamento dos Educandos e sua Duração.....</b>	<b>83</b>
<b>Tabela 3: Relação Nominal dos Expostos a Cargo da Santa Casa Entregues às Amas de Leite.....</b>	<b>96</b>
<b>Tabela 4: Tabela de Alimentos da Casa dos Expostos (1870) .....</b>	<b>109</b>
<b>Tabela 5: Mapa Estatístico da Roda dos Expostos – Mortalidade (1840-1843) .....</b>	<b>113</b>
<b>Tabela 6: Relação Nominal dos Expostos no Estabelecimento a Cargo da Santa Casa da Misericórdia (1860) .....</b>	<b>118</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>1. A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO E SUAS INSTITUIÇÕES CARITATIVAS NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>22</b>
1.1. Fundação, Compromisso e Obras de Caridade.....	22
1.2. Estabelecimentos caritativos e trabalhos assistenciais aos desvalidos.....	31
1.3. Crise Administrativa e Financeira.....	40
<b>2. ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA EM SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX.....</b>	<b>56</b>
2.1. DA INOCÊNCIA À PERVERSÃO: a infância perigosa e em perigo.....	56
2.2. A CASA DOS EXPOSTOS: o recolhimento de crianças abandonadas.....	65
2.3. A CASA DOS EDUCANDOS ARTÍFICIES: a assistência aos meninos desvalidos....	75
2.4. O ASILO DE SANTA THEREZA: a assistência às meninas desvalidas.....	84
<b>3. “CRIANÇAS SEM BEIJOS, SEM CARÍCIAS E QUE NUNCA HÃO DE CONHECER OS PAIS”: A ASSISTÊNCIA DA CASA DOS EXPOSTOS À INFÂNCIA DESVALIDA NO MARANHÃO OITOCENTISTA.....</b>	<b>91</b>
3.1. Enjeitamento, batismo e criação de crianças expostas.....	91
3.2. Alimentação e vestuário.....	104
3.3. EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS ENJEITADAS: distinção de papéis sociais através do ensino.....	114
3.4. O DESTINO DOS EXPOSTOS: casamentos, encaminhamentos e perfilhações.....	121
<b>4. PRODUTO EDUCACIONAL: O ÁLBUM DE DONA ANTÔNIA E AS MEMÓRIAS QUE NÃO PODEM SER ESQUECIDAS.....</b>	<b>134</b>
4.1. O USO DO CONTO INFANTOJUVENIL NO ENSINO DE HISTÓRIA: ressignificação e (re)construção de memórias sobre a Casa dos Expostos.....	134
4.2. Elaboração e etapas do Produto Educacional.....	139
4.3. Aplicabilidade em sala de aula e resultados.....	146
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>154</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>158</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>162</b>

## INTRODUÇÃO

O abandono de crianças no Brasil é um problema social que percorreu vários séculos da nossa história e ainda se encontra presente na atualidade, pois muitas mães e famílias não possuíam condições de criarem seus filhos e acabavam abandonando-os nas ruas ou instituições assistenciais. O principal fator do abandono estava relacionado a questões socioeconômicas ou motivado pelo ideário de moralidade, em que as mulheres não poderiam engravidar sem estarem casadas, dessa forma, viam-se na obrigação de abandonar seus filhos para preservar a honra da família. Atualmente, nossa sociedade ainda possui heranças desse passado, em que as mães solas são constantemente discriminadas.

No discurso de imprensa, geralmente referiam-se a essas mulheres como mães infelizes, que não possuíam amor, ou que não tinham coração. Seus filhos eram considerados frutos de uma vergonha ou frutos proibidos. Enfatizava-se que essas crianças cresceriam sem beijos, carícias ou sem a presença do amor maternal. Enquanto as mulheres eram julgadas por não se responsabilizarem na criação e educação de seus filhos<sup>1</sup>.

No Brasil, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia foi responsável pela criação e educação de crianças abandonadas. Ela foi uma instituição de caridade cristã, surgida em Portugal (1498) e esteve presente nos territórios conquistados pela Coroa Portuguesa. Tinha como objetivo dar assistência aos desvalidos: pessoas pobres, crianças, mulheres, prisioneiros e doentes.

As Misericórdias administravam vários estabelecimentos caritativos, entre eles se destaca a Casa dos Expostos, local onde as crianças eram abandonadas, criadas e educadas. Elas eram conhecidas por *expostas* ou *enjeitadas* e esse marco do abandono fazia parte da identidade desses indivíduos.

Em alguns casos é difícil saber o ano de fundação das Misericórdias brasileiras, entretanto, acredita-se que a primeira tenha sido criada em 1543, na capitania de São Vicente. Já a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, possivelmente foi fundada em 1623, mas essa informação é incerta, gerando um grande debate entre os historiadores, porque existem poucas

---

<sup>1</sup> Uma das mais velhas cazas de caridade e a mais esquecida - Crianças sem beijos, sem carícias e que nunca hão de conhecer os pais – A caza dos enjeitados. **O Jornal**. 10/10/1922; nº 1515, p.1.

documentações que possam confirmar a veracidade desse fato. No século XIX ela administrava vários estabelecimentos, entre eles a Casa dos Expostos fundada em 1828.

Neste trabalho daremos ênfase na análise da Casa dos Expostos, estabelecimento que assistia as crianças desvalidas, oriundas do abandono motivado por questões morais, sociais e econômicas que suas mães tiveram de enfrentar. A assistência dada aos expostos incluía desde a criação, amamentação, batismo, educação e encaminhamentos a casas de família ou a outras instituições caritativas.

No século XIX a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão passou por constantes crises econômicas – como Mário Meireles (1994) e Agostinho Coe (2013) apontam em seus trabalhos – sendo que no início do século a Santa Casa recebeu legados valiosos deixados por benfeitores e em meados do século em diante, o patrimônio dessa instituição foi corrompido por seus membros, sendo esse um dos principais fatores da crise econômica, além do Maranhão também está em um contexto de crises do setor agroexportador. Conseqüentemente, essas crises afetaram os trabalhos de caridade da Santa Casa, sendo assim, é importante que possamos analisar de que forma a assistência aos expostos foi afetada, se ela continuou a existir e quais foram os mecanismos utilizados para sobressair da crise.

Presumimos que ao longo do século XIX, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão teve dificuldades de assistir as crianças desvalidas, devido as crises econômicas e administrativas que ela enfrentou durante esse período. Vários pesquisadores que estudaram essa instituição possuem em comum em seus resultados a dificuldade de a Santa Casa dar continuidade ao seu trabalho assistencial.

Esse fato está relacionado às péssimas condições da Casa dos Expostos, a falta de recursos para alimentação e vestuário, entre outras despesas com as crianças. Pressupõe-se também, que não era considerada como uma questão prioritária da Misericórdia a assistência aos enjeitados, que talvez a prática de sepultamento e o cuidado aos doentes tenha sido o principal objetivo de caridade, visto que estas atividades ocasionarem lucros, enquanto os expostos dariam despesas à instituição.

Também supomos que os expostos viveram sob o controle e disciplina da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, por meio da Casa dos Expostos, em que seus corpos foram controlados pelo poder da instituição, tornando-os submissos e obedientes a todo um regime de regras e valores presentes tanto na sociedade maranhense oitocentista, quanto na Santa Casa. A

educação disciplinadora que os expostos recebiam, seria um reflexo desse objetivo, a qual preparava as crianças precocemente para o exercício do trabalho.

Por meio desta pesquisa, acreditamos estar contribuindo para uma melhor compreensão do ideário de infância, do cotidiano dos enjeitados e do funcionamento da Casa dos Expostos, assim como dos mecanismos adotados pela sociedade para lidar com tais questões.

Atualmente, ainda existem poucas informações sobre as ações caritativas prestadas pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão à infância desvalida. Devido a Irmandade ter se notabilizado pelos serviços voltados à saúde e à prática de sepultamento, a maioria dos pesquisadores dessa instituição voltaram os seus estudos para esses dois aspectos. No que se refere à Casa dos Expostos são desconhecidas informações aprofundadas do seu funcionamento e assistência, entre outros dados que possam nos ajudar a compreender o amparo aos enjeitados.

A escolha do espaço Maranhão (São Luís), se motiva pela necessidade de inclusão das crianças desvalidas na história da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão. Já a escolha do recorte temporal é devido a criação do estabelecimento ter sido no século XIX e ser um período em que encontramos variadas fontes sobre o funcionamento da instituição, principalmente na imprensa maranhense, por ter circulado grande número de impressos na sociedade oitocentista, nos possibilitando diferentes opiniões sobre a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e Casa dos Expostos.

Como já citado anteriormente, o objetivo geral dessa pesquisa é analisar a prática assistencialista e caritativa da Casa dos Expostos às crianças desvalidas e abandonadas no século XIX. Temos como objetivos específicos: a) compreender o funcionamento da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e as principais mudanças ocorridas na instituição ao longo do século XIX a fim de entender o seu propósito de assistência aos expostos; b) analisar a assistência e a intervenção do Estado à infância desvalida no Maranhão, assim como entender suas representações e significações no período oitocentista; c) Identificar o modelo caritativo da Casa dos Expostos, compreendendo os diferentes tipos de assistência às crianças abandonadas; d) Avaliar o uso do Produto Educacional: *O álbum de Dona Antônia e as memórias que não podem ser esquecidas* na Educação Básica.

As fontes utilizadas neste trabalho são as de imprensa, o meio pelo qual nos possibilitou a compreensão das ideias, valores e práticas existentes na sociedade maranhense no século XIX a respeito da atuação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, bem como da sua assistência

e caridade prestada à sociedade, em especial aos expostos, e o seu período de crise econômica. Assim como também, no que se refere ao imaginário desse período sobre a infância.

O uso de jornais se motiva por esse meio de comunicação com seus distintos objetivos, em diferentes épocas e situações, ser uma verdadeira fonte de conhecimento dos variados aspectos da sociedade como cultura, costumes, ideias etc., que ao ser lida de forma crítica pelo historiador, gera uma certa proximidade com o tempo histórico a ser estudado. Os jornais do século XIX que foram analisados na pesquisa são: *Diário Maranhense* e o *Publicador Maranhense* (que são uma espécie de porta-voz do poder provincial e das autoridades da época); *Farol Maranhense*, *Gazeta de Notícias*, *O Paiz*, *O Progresso*, *Pacotilha*, entre outros que nos permitiram alcançar nossos objetivos.

Nas fontes de imprensa, estão contidas as publicações de documentos oficiais como leis, relatórios do Governo da Província, decretos da Assembleia Legislativa Provincial, artigos, anúncios, avisos, publicações anônimas, opiniões da sociedade, mensagens e falas de autoridades. Através dos jornais pudemos perceber as estratégias desenvolvidas pela sociedade para a preservação da ordem moral, visando a civilidade das crianças desvalidas. A existência de recolhimentos, de asilos e a Casa dos Expostos que tiveram função de assistência, também expressa a preocupação com a criação e educação desses desvalidos. Essas instituições contribuíram para moldar o comportamento das crianças de acordo com os padrões de feminilidade e masculinidade, objetivando que as meninas possuíssem pureza, recato e obediência, fossem mães, domésticas e esposas. Enquanto aos meninos, esperava-se que eles possuíssem respeito, honra, além de serem trabalhadores e que assim pudessem se autossustentar e garantir um futuro próspero por meio do trabalho.

Também foi necessário o uso do *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*, de César Marques (1870), para estudo do verbete referente a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e de seus estabelecimentos, assim como de outras informações que auxiliaram este estudo. As fontes que contemplam esta pesquisa encontram-se na Biblioteca Pública Benedito Leite e no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM).

Nesta pesquisa foram fundamentais as documentações oficiais da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e Casa dos Expostos, que se encontram no APEM, esse tipo de fonte foi importante para dar subsídio às fontes de imprensa. Os relatórios mensais nos mostraram a realidade dos diversos estabelecimentos da instituição; o Livro de Atas nos possibilitou ter uma visão sobre a dinâmica dos requerimentos, que consistiram em dotação das expostas, bem como

as deliberações e decisões tomadas pela Mesa Administrativa; os ofícios encaminhados ao Presidente da Província que tratavam sobre os batizados e destino dos expostos; Mapas do Movimento da Casa dos Expostos, que possuem informações detalhadas sobre as crianças; além do Regulamento da Casa dos Expostos, que regia todo o funcionamento do estabelecimento. Essas informações foram importantes para a análise da dinâmica de organização desse espaço e entender a lógica de assistência à infância desvalida.

Para análise das fontes foi imprescindível a realização de leituras historiográficas que tratassem sobre a Santa Casa de Misericórdia a nível internacional (Portugal), nacional (Brasil) e local (Maranhão). Para isso, nos utilizamos dos trabalhos respectivamente de: Isabel de Guimarães Sá e Maria Antônia Lopes (2008), com *História Breve das Misericórdias Portuguesas*; Russel-Wood (1981), com *Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755*; e Agostinho Coe (2013), com *A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890)*.

No que se refere a estudos sobre a assistência à infância desvalida, nos utilizamos principalmente de: Marcílio (2006), com *História Social da Criança Abandonada*; Santana (2008), com *Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa; 1862 – 1934*; Franco (2014), com *A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII*; e Pinheiro (2020), com *Assistência Às Expostas e Mulheres Desvalidas: uma ação de caridade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1850-1880)*.

Para o estudo sobre o conceito de infância, da História das Crianças no Brasil e assistência a esses sujeitos históricos, destacaram-se os trabalhos de Philippe Ariès (2021), com *História Social da Criança e da Família*; Del Priore (2018), com *História das crianças no Brasil*; Rizzini e Pilotti (2011), com *A arte de governar crianças*.

Foram relevantes as obras de Michel Foucault como *Microfísica do Poder* (2018), *Vigiar e Punir* (2014) e *História da Sexualidade* (2019). A primeira obra foi fundamental na compreensão do poder que a Santa Casa de Misericórdia possuía na sociedade maranhense do século XIX; o segundo livro permitiu a análise da atuação da Casa dos Expostos, como ela exerceu o poder, controle e disciplina às crianças; já a última obra foi necessária para o entendimento do controle da sexualidade dos expostos, em que meninos e meninas não poderiam conviver no mesmo espaço. E por fim, para a análise da questão de gênero que está presente neste trabalho, a contribuição teórica da historiadora Joan Scott (1996) foi de grande importância em *Gênero: categoria útil de análise histórica*.

Um dos maiores desafios presentes neste trabalho esteve na aproximação da teoria e prática, ou seja, na produção de um Produto Educacional que pudesse levar o conhecimento produzido na academia para as escolas. Essa preocupação esteve vinculada principalmente ao fato de a temática da infância ser pouco trabalhada em sala de aula, ou sendo praticamente inexistente, devido aos conteúdos hegemônicos presentes no ambiente escolar.

Dessa forma, foi pensado a criação de um conto infantojuvenil que pudesse se utilizar das informações presentes na dissertação para a construção de uma narrativa literária. Ele possui como título “*O álbum de Dona Antônia e as memórias que não podem ser esquecidas*”.

O conto busca “recuperar” memórias de um espaço esquecido na nossa sociedade que é a Casa dos Expostos; dar visibilidade a sujeitos históricos silenciados pela História, que são as crianças órfãs, expostas e desvalidas; e também permitir que crianças e adolescentes sejam conhecedores dos seus direitos e deveres na sociedade. O produto possui relação com a linha de pesquisa, *Memória e Saberes Históricos*; a qual tem como objetivo ressignificar, construir narrativas de identidades sociais, e produzir análises capazes de orientar os saberes em sala de aula. E é o que se busca, construir uma narrativa sobre sujeitos históricos que foram silenciados e que por diversos motivos não estão presentes no ensino de História.

O enredo do conto está dividido em três partes. A primeira parte analisa a importância da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e da Casa dos Expostos; a segunda narra a assistência e educação da Casa dos Expostos às crianças desvalidas; e por fim, a terceira trabalha a questão dos direitos conquistados à infância no Brasil.

A obra abrange várias possibilidades de uso e discussões, possui em sua narrativa temas transversais que expressam valores básicos à democracia e à cidadania, obedecendo a questões importantes e urgentes para a sociedade contemporânea, como relações de gênero, direito e cidadania. O conto possui um forte diálogo com imagens fotográficas e ilustrações, sendo esses meios fundamentais para a análise histórica e reflexão sobre o passado. Além da interdisciplinaridade entre História e Literatura, que contribui para a formação de sujeitos críticos, que saibam relacionar suas experiências e saberes com a narrativa histórica e literária.

O primeiro capítulo deste trabalho analisa a criação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, sua fundação, o Compromisso que orientava o seu funcionamento e as obras de caridade da instituição; objetiva-se a entender o funcionamento dos estabelecimentos caritativos da Irmandade e como eles atendiam a sociedade desvalida; o século XIX é um período em que a Santa Casa passa por crises administrativas e financeiras, dessa forma, é

importante compreendermos de que forma os trabalhos caritativos foram afetados, principalmente a assistência às crianças abandonadas.

O segundo capítulo tem como objetivo compreender o imaginário e representações criadas sobre a infância no século XIX; buscando entender a dualidade surgida entorno da infância no período oitocentista, o porquê de alguns sujeitos serem considerados “crianças” e outros como “menores”, e quem nesse contexto necessitava de proteção e de intervenção para manter a ordem social; além disso, identificamos o modelo de assistência à infância em São Luís, destacamos as principais instituições caritativas de proteção a meninos e meninas desvalidas, em especial a Casa dos Expostos, Casa dos Educandos Artífices e Asilo de Santa Thereza.

O terceiro capítulo analisa os diferentes tipos de assistência da Casa dos Expostos às crianças, desde o abandono, batizado e apadrinhamento até a fase de criação, período em que eram amamentadas e criadas por amas de leite; em um momento considerado de crise econômica é necessário entender se houve uma má distribuição de alimentos e vestimentas, que eram importantes na assistência às crianças; posteriormente, buscamos compreender a prática educativa da Casa dos Expostos e como essa educação estava relacionada com os papéis sociais de gênero do século XIX; por fim, examinamos os diferentes destinos que os expostos tiveram, desde o perfilhamento, restituição em suas famílias, casamento, entre outros.

O último capítulo aborda a aplicação do produto educacional na sala de aula, destacamos como o conto infantojuvenil e a fotografia possibilitam a ressignificação e (re)construção de memórias sobre a Casa dos Expostos; em seguida, descrevemos a elaboração e etapas do produto; e por fim, sua utilização em sala de aula e resultados dessa aplicabilidade.

## 1. A SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DO MARANHÃO E SUAS INSTITUIÇÕES CARITATIVAS NO SÉCULO XIX

*A caridade, um dos principais deveres para com a humanidade, não deve ter restrições para um ou outro instituto, desde que todos eles vizam o mesmo fim: socorrer aqueles a quem a sorte foi madrasta (O Jornal, 10.10.1922)*

### 1.1 Fundação, Compromisso e Obras de Caridade

A Santa Casa de Misericórdia foi uma instituição de caridade cristã surgida desde o fim do século XV (1498) em Lisboa, Portugal, por ação da rainha D. Leonor. No desencadeamento do processo de colonização portuguesa sobre os continentes da África, América e Ásia, esse tipo de estabelecimento foi estendido às novas fronteiras de dominação da Coroa como uma forma de dar concretização à posse dos territórios.

A Irmandade da Nossa Senhora, Mãe de Deus, Virgem Maria da Misericórdia, foi consagrada no dia 15 de agosto de 1498 em uma capela da catedral de Lisboa. Segundo a tradição, os fundadores foram um grupo de leigos e um frade trinitário. A nova irmandade foi aprovada pela Regente D. Leonor e confirmada pelo seu irmão, o Rei D. Manuel I. Estabeleceram-se os estatutos e o número inicial de membros foi limitado a cinquenta nobres e cinquenta plebeus. O objetivo expresso da irmandade era proporcionar auxílio espiritual e material aos necessitados. Dessa origem modesta a irmandade, conhecida popularmente como a Santa Casa da Misericórdia ou simplesmente Santa Casa, espalhou-se por todo o mundo de fala portuguesa. As filiais iam desde Nagasaki, no Japão, a Ouro Preto, no interior do Brasil (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 1).

No contexto de criação da Santa Casa, Portugal passava por uma crise socioeconômica, sendo necessário que a Irmandade assistisse caritativamente os necessitados. Houve um grande aumento populacional nas cidades, conseqüentemente o número de mendigos pelas ruas também esteve em alta. A fome e a desnutrição a esses indivíduos era frequente, a maioria deles adoeciam e contagiavam outras pessoas. Por esses motivos, a pobreza no século XVI deixou de ser tolerada e passou a ser combatida por meio do trabalho assistencial (SÁ; LOPES, 2008, p. 18). Dessa forma, criaram-se formas de seleção que visavam distinguir o “pobre merecedor” de auxílio.

No interior das instituições de auxílio, poderiam ser exemplos de pobres “meritórios” aqueles que, por condições físicas e/ou morais (doentes, cegos, aleijados, órfãos, viúvas, velhos...), ou por condições estruturais ou conjunturais (subemprego, épocas de crise, fome generalizada), não conseguiam se manter. A partir desse universo de pobres dignos de auxílio, as instituições de caridade poderiam selecionar novamente, utilizando diferentes critérios para diferentes serviços. No império português, algumas obras de misericórdia se limitavam virtualmente aos considerados puros de sangue, como poderá ser o caso dos recolhimentos femininos (FRANCO, 2014, p.6).

Uma das principais causas de prestação de auxílio aos pobres desvalidos se motivava principalmente, em após passado o estado de dificuldades, seja por motivo financeiro ou de enfermidade, que eles pudessem estar aptos a prestarem serviços ao Estado trabalhando para o desenvolvimento da Nação.

Pouco tempo depois da fundação da Misericórdia, foi necessário a criação de um Compromisso no ano de 1516. Ele funcionava como instrumento de difusão e de normalização dos trabalhos assistenciais prestados em Portugal e nos novos espaços de expansão territorial. No Compromisso estavam descritas as sete obras espirituais e as sete obras corporais que as Irmandades deveriam seguir. As Misericórdias portuguesas buscavam estender seu trabalho baseados em todas elas, enquanto as fundadas em outros territórios se concentravam apenas em uma ou duas dessas obras.

#### Espirituais:

1. Ensinar os ignorantes
2. Dar bom conselho
3. Punir os transgressores
4. Consolar os infelizes
5. Perdoar as injúrias recebidas
6. Suportar as deficiências do próximo
7. Orar a Deus pelos vivos e pelos mortos

#### Corporais:

1. Resgatar cativos e visitar prisioneiros
  2. Tratar dos doentes
  3. Vestir os nus
  4. Alimentar os famintos
  5. Dar de beber aos sedentos
  6. Abrigar os viajantes e os pobres
  7. Sepultar os mortos
- (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 15)

Como nos primeiros anos as Misericórdias não possuíam instituições próprias, as atividades caritativas se baseavam principalmente em visitas aos desvalidos, era uma forma de possuir compaixão pelo próximo. Nas primeiras décadas era comum visitas aos presos, doentes e aos pobres (SÁ; LOPES, 2008, p. 31).

A Mesa, corpo de guardiães da Misericórdia era composta por treze irmãos, seis deles pertenciam a nobreza (irmãos nobres), os outros seis eram de classes populares (irmãos de menor condição) e havia o Provedor ou Presidente, que era escolhido pela classe superior. Para a ocupação dos cargos era preciso ser feita uma eleição.

A eleição era indireta, isto é, por uma comissão eleitoral de dez irmãos escolhidos pela totalidade da irmandade. Além do Provedor, o corpo de guardiães era constituído pelo escrivão, nove conselheiros e dois mordomos. Todos eram eleitos para um mandato de um ano, com exceção dos mordomos, cuja eleição era mensal devido a seus pesados afazeres. Os resultados da eleição eram anunciados a 3 de julho, quando a nova Mesa assumia as funções (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 15).

O Provedor era uma pessoa de boa posição social e de posses, ele era responsável por defender os direitos da Misericórdia, principalmente quando se tratava dos privilégios que ela possuía. Também distribuía trabalhos aos irmãos, reunia a Mesa para tratar de assuntos políticos, administrativos e econômicos. Fazia visitas mensais às prisões, hospitais e aos necessitados que dependiam de assistência, essas visitas também era uma forma de monitorar a aplicação das esmolas nos serviços assistenciais.

O escrivão era responsável pela supervisão da escrita da irmandade e pelas atas da Mesa. Com os nove outros membros, formava cinco pares, cada qual composto de um nobre e um plebeu, que tinham deveres específicos. O primeiro visitava os doentes em casa e no hospital, fornecendo alimento, remédios e roupa de cama quando necessário. O segundo também visitava os doentes em casa e na prisão, distribuindo remédios e roupas, mas dedicando maior atenção ao bem-estar espiritual dos doentes. O terceiro cuidava do bem-estar material dos presos; nos domingos distribuía aos mais necessitados um pedaço de carne, uma caneca de vinho e pão; nas quartas-feiras a ração era pão e vinho. O quarto par, o escrivão e um guardião, dava esmolas às pessoas que necessitavam e que houvessem sido recomendadas à Misericórdia pelos padres da paróquia. O quinto tratava de assuntos financeiros, coletando esmolas, alugueis e legados. Os deveres dos mordomos eram diferentes. O “mordomo da capela” era responsável pelo prédio da capela, esmolas, funerais e missas. O “mordomo de fora” fornecia assistência jurídica aos presos e pagava as taxas necessárias à sua libertação (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 16).

Além das pessoas que faziam parte da Mesa, havia também outros irmãos que auxiliavam as atividades da Irmandade, compondo um pequeno grupo de empregados; um capelão e dois capelães assistentes que realizavam as missas, davam os sacramentos aos desvalidos e celebravam os ritos fúnebres; empregados para a limpeza da capela e outros serviços gerais, e voluntários que ajudavam em diferentes trabalhos assistenciais (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 16).

Fazer parte da Misericórdia era considerado um prestígio, isso explica o motivo de governadores, vice-reis, inquisidores e ministros da justiça serem Provedores. Isso poderia significar que as autoridades defenderiam os interesses da Misericórdia, mas que ao mesmo tempo usufruiriam dos seus cofres quando os do Tesouro possuíssem poucos recursos (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 22).

A Santa Casa de Misericórdia possuía muitos privilégios que foram estabelecidos desde o reinado de D. Manuel I (1495-1521). A Irmandade era uma instituição cristã, mas seguia suas próprias regras, direcionava-se diretamente ao rei, era responsável por administrar os legados das pessoas que faleciam, possuía o monopólio da coleta das esmolas, além do status social que os irmãos possuíam por fazerem parte da Mesa. Os privilégios concedidos à instituição também se estenderam a suas filiais no ultramar, ocasionando conflitos com as autoridades locais.

As Misericórdias através do consentimento da Coroa portuguesa, foram as principais instituições a serem responsáveis por receberem os legados testamentários deixados pelos benfeitores. As doações e esmolas foram uns dos meios que garantiu que as Misericórdias pudessem amparar a sociedade. A organização e administração de cemitérios também constituiu em uma prática que proporcionava grandes lucros à instituição (COE, 2013, p. 25).

A única autoridade que a Santa Casa respondia era o rei, que intervinha seu poder sobre as decisões dos Provedores. As instituições pertencentes à Igreja eram sujeitas a visitas periódicas e a uma apuração minuciosa dos seus atos, enquanto as Misericórdias eram sujeitas a uma tutela muito mais distante, o rei intervinha somente em solicitações internas, quando havia desordens dentro da Irmandade. “Só em casos desesperados é que as misericórdias tiveram as suas contas vistas pela autoridade régia, e mesmo assim raramente antes da segunda metade do século XVIII” (SÁ, LOPES, 2008, p. 50).

Rapidamente a Misericórdia aumentou seu número de filiais, possuindo grande aceitação popular. Segundo Russell-Wood (1981, p. 17), no ano de 1498 foram fundadas dez em Portugal, além da Misericórdia que já existia em Lisboa. Em 1524, todas as cidades e vilas

de Portugal possuíam uma Santa Casa de Misericórdia, o que totalizava o número de sessenta e uma, todas elas seguiam o Compromisso de 1516 estabelecido pela matriz. As rotas comerciais de Portugal e o processo de colonização em diferentes espaços, fizeram com que existissem filiais em territórios asiáticos, como em Nagasaki (Japão), Macau (China), Málaca (Malásia) e Goa (Índia).

No processo de colonização portuguesa, as Misericórdias instaladas nos novos territórios buscaram ter aproximação com a elite e autoridades, como nobres, clérigos e grandes proprietários ou comerciantes. Essa foi uma das formas encontradas para que a Irmandade pudesse ter mais notoriedade e autonomia diante da Coroa.

Algumas questões são recorrentes nos estudos das Misericórdias: a ideia de que essas instituições precisavam ser uma extensão do Império Português nos lugares que foram edificadas, ocupar espaços deixados pela Coroa e realizar trabalhos assistenciais nos lugares mais distantes, espaços que os membros da Coroa Portuguesa não queriam ou não podiam desempenhar, tais como a administração de cemitérios, hospitais, Recolhimento de mulheres, Roda dos Expostos. Para os portugueses recém-chegados a territórios dominados pelos lusitanos, as Misericórdias significavam ainda um espaço de construção de identidades, congregação com as elites locais e diferenciação social em relação aos pobres, escravos e mestiços, os marginalizados sociais à época (COE, 2013, p.32).

A fundação das Misericórdias no Brasil coincidiu com o estabelecimento das primeiras cidades. De acordo com Eduardo Gomes de Oliveira (2011, p. 41), a primeira Misericórdia a se estabelecer na América Portuguesa, foi a Irmandade de Santos, na capitania de São Vicente, no ano de 1543. As elites locais percebendo a possibilidade de possuírem privilégios e prestígios, logo se associaram a essa instituição fazendo parte da Mesa.

Ainda no século XVI foram criadas várias Misericórdias no Brasil, a do Espírito Santo já existia no ano de 1551; na década de 1560 já havia as de Olinda e Ilhéus; a Santa Casa do Rio de Janeiro já funcionava em 1582. No fim do século havia Misericórdias em São Paulo e Porto Seguro. Assim, é mais fácil estabelecer a data de extinção do que a da fundação de uma Irmandade devido a perda de registros documentais (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 31).

No início do século XVII fundaram-se Misericórdias em muitas partes do Brasil – Sergipe, Paraíba (1604), Itamaracá (1611), Belém (1619) e Igarassu (1629). A data de fundação da Misericórdia de São Luís do Maranhão é desconhecida, mas o missionário jesuíta Antônio Vieira a ela se refere em uma carta de 1653. Aqui, como alhures, os jesuítas estimularam os colonos portugueses a organizar um hospital. Vieira exortou à Misericórdia local a abrir um hospital, mas a mudança da Mesa e uma correspondente mudança de política atrasou a fundação. Finalmente, em 1654 Vieira teve a satisfação de

acompanhar os funcionários da Misericórdia quando estes escolheram o lugar para a construção do hospital (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 31).

É incerto afirmar a data de fundação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, pois os documentos dos primeiros séculos de sua atuação e os de sua fundação foram perdidos. Mas conforme a produção do “*Diccionario Histórico-Geográfico da Província do Maranhão*” (1870) de César Marques, no verbete referindo-se à Misericórdia, este afirmava que a instituição teve sua criação autorizada pelo alvará no dia 3 de dezembro de 1622.

Misericórdia (Santa Casa da) – Instituída pelo alvará 3 de dezembro de 1622 (segundo se lê nas actas das sessões d’esta irmandade, firmada em 4 de fevereiro de 1830) parece, que seu princípio não teve muita animação (MARQUES, 1870, p. 412).

Essa mesma data se repete no jornal *Diário do Maranhão* (1879), nove anos após o lançamento do *Diccionario Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (1870).

Santa Casa da Misericórdia (Instituída em 3 dezembro de 1622): Mantem esta irmandade um hospital, onde são recebidas pessoas desvalidas doentes, para tratarem-se convenientemente [...] (Santa Casa de Misericórdia, *Diário do Maranhão*, 01.01.1879, nº 2, p. 88)

De acordo com Mário Meireles (1994, p. 260) a criação da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão só seria possível no primeiro trimestre de 1623, devido ter sido necessário que o Decreto Real de dezembro de 1622 trazido da Europa, atravessasse o Atlântico e chegasse a São Luís, mas não há o dia, nem o mês exato desse ano que comprove sua fundação. Dessa forma, quando se trata da criação e dos primeiros anos de atuação da Misericórdia do Maranhão, trabalhamos com poucas informações, devido parte de seus registros terem sido destruídos, danificados ou perdidos ao longo do tempo.

Eduardo Oliveira (2008, p. 43) destaca que no século XVIII de acordo com os relatórios da Santa Casa do Maranhão ainda não constava nos seus bens a existência de um hospital. Nos primeiros dois séculos de sua existência teriam sido improvisadas casas de cuidado, espaços destinados à assistência de pessoas doentes, distribuição de roupas e alimentação. Essas práticas caritativas ainda não estavam relacionadas necessariamente a cuidados médicos. A construção de um hospital próprio da Misericórdia era apenas um projeto a ser desenvolvido.

Somente no primeiro quartel do século XIX que a assistência hospitalar passou a ser operacionalizada na Santa Casa de Misericórdia, possuindo o caráter de tratamento de doenças dos enfermos. “Ao ter considerado como necessário agregar ao hospital um médico e um cirurgião, a Mesa estava considerando um hospital como espaço de tratamento das moléstias e os médicos como os agentes especializados para este fim” (OLIVEIRA, 2011, p. 45). Essa concepção de tratamento dos doentes era nova àquela sociedade, visto que antes, os hospitais apenas tinham a prática de assistência e não de cura. Outra prática caritativa da Misericórdia do Maranhão estava relacionada ao sepultamento de pessoas desvalidas, sendo essa atividade fonte de lucro para a instituição.

A Misericórdia do Maranhão, não diferente das outras instituições, também estava interligada com a elite local, os membros da Mesa administrativa faziam parte da camada mais privilegiada de São Luís. Já o Provedor – após algumas reformas do estatuto que regia a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão – passou a ser o Presidente da Província. Acreditava-se que essas pessoas abastadas preservariam o patrimônio da Santa Casa, evitando-se práticas ilícitas (PINHEIRO, 2020, 19).

A Santa Casa de Misericórdia obteve grande prestígio na sociedade maranhense por conta do seu trabalho assistencial, ela obteve uma autonomia que muitas instituições não possuíam. Seu poder não era comparado com o do Estado, havia lógicas e regras próprias para o seu exercício, o que é caracterizado como “micropoder”.

Segundo Foucault (2018, p. 12) não há uma teoria geral do poder, ou seja, não existe algo unitário e global chamado poder, mas sim formas dispares, heterogêneas e em constante transformação. O poder não é considerado um objeto natural ou uma coisa: ele é uma prática social, constituída historicamente. O autor considera que o Estado não é o aparelho central e exclusivo de poder, há diferentes formas de exercê-lo sem a intervenção necessariamente do Estado.

Poder esse que intervém materialmente, atingindo a realidade mais concreta dos indivíduos – o seu corpo – e que se situa no nível próprio corpo social, e não acima dele, penetrando na vida cotidiana, e por isso pode ser caracterizado como micropoder ou subpoder. [...] O importante é que as análises indicaram que os poderes periféricos e moleculares não foram confiscados e absorvidos pelo aparelho de Estado. Não são necessariamente criados pelo Estado nem, se nasceram fora dele, foram inevitavelmente reduzidos a uma forma ou manifestação do aparelho central. Os poderes se exercem em níveis variados e em pontos diferentes da rede social, e nesse complexo os micropoderes existem integrados ou não ao Estado (FOUCAULT, 2018, p 14-15).

Por meio do micropoder que a Santa Casa possuía e exercia na sociedade, podemos entender o seu monopólio nas atividades de sepultamento e de práticas médicas e como ela chegou a consolidar seu poder e ter influência sobre os indivíduos: doentes, presos, órfãos, pobres, os ditos “alienados” e principalmente, sobre os expostos, crianças que estavam sujeitas à obediência e às regras da instituição.

Foucault (2014) também nos permite analisar como a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão ora era tão independente do Estado, ora era tão dependente deste. Pois ela gozava de autonomia, possuía seus próprios governantes, bens e patrimônio, mas em seu momento de crise econômica ela se utiliza do Estado, o Presidente da Província passa a ser Provedor da instituição e ela ainda recebe auxílio do Tesouro Provincial. A Misericórdia também necessitou que outro poder agisse a seu favor, que foi a imprensa, veremos mais adiante como isso ocorreu.

De acordo com Claudia Tomaschewski (2007, p. 148), o Estado apenas policiava e financiava as práticas privadas de assistência, as quais eram realizadas por instituições privadas, como a Santa Casa de Misericórdia. A separação entre essas duas esferas ocorreu apenas no século XX, quando a Santa Casa deixou de administrar algumas atividades e o Estado passou a ser responsável pela Assistência Pública.

Para que possamos entender melhor a dinâmica, funcionamento, organização e administração da Irmandade, analisaremos o Compromisso da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão de 1847.

No primeiro capítulo do Compromisso (1847), destaca-se o número de irmãos que a Santa Casa possuía e suas obrigações diante da instituição e sociedade. Admitia-se o número de trezentos membros, independentemente da nacionalidade, que não poderiam ser readmitidos em casos de afastamento. Os requisitos para fazer parte da Mesa era ter idade mínima de 21 anos e possuir bens que pudessem ajudar nos trabalhos assistenciais, para que não fosse necessário que os irmãos se apropriassem do patrimônio da Irmandade. Por isso, não era permitido a entrada de pessoas pobres para fazer parte da Mesa, mas esse tipo de preferência pelos componentes, não fez com que furtos e extorsões aos bens da Irmandade deixassem de existir (*O Progresso*, 09.08.1847, nº 155, p. 3).

Também era necessário que a pessoa que possuísse interesse em fazer parte da Mesa fosse indicado por algum membro já admitido. Ao entrar para a instituição era necessário fazer um juramento aceitando as obrigações e os trabalhos assistenciais que lhe fosse atribuído. Os

irmãos deveriam participar da Festa de São José e Procissão dos Ossos, comparecer aos enterros e ofertar esmolos (*O Progresso*, 09.08.1847, nº 155, p. 3).

O segundo capítulo se refere às eleições que aconteciam na instituição para a composição da Mesa, às quais ocorriam a cada três anos no dia 1º de março. Havia vários cargos, todos eles passariam por uma eleição individual, poderia haver três indicações para cada cargo, a pessoa mais votada assumiria o posto, as outras duas pessoas seriam consideradas suplentes. Os votos eram estabelecidos por cédulas, as quais eram organizadas e depois haveria uma apuração para a contagem. Caso a eleição não finalizasse em um dia, as cédulas eram guardadas em uma urna pelo Provedor e o secretário da Mesa, para que no dia seguinte houvesse sua continuação (*O Progresso*, 09.08.1847, nº 155, p. 3).

É interessante destacar que o Provedor era o único que não passaria por uma eleição, pois devido a Lei nº 284, o Presidente da Província do Maranhão assumiria a Provedoria da Misericórdia, a sua intervenção tinha como objetivo solucionar problemas internos da Santa Casa, que colocavam em risco a prestação de assistência caritativa à sociedade. O Presidente também se utilizava do seu poder político para contornar a crise financeira da instituição, destinando a ela recursos públicos do Tesouro Provincial (COE, 2013, p. 15).

O terceiro capítulo intitulado (art. 19º - 24º): “*Da posse dos novos Mesarios e Definidores e da Festa do Glorioso Sam José*”, destaca a invocação da Santa Casa de Misericórdia a São José e a sua festa, esse dia era considerado como o início do ano e das atividades da Irmandade. Estão presentes alguns pontos referentes à posse dos novos membros da Mesa, que deveria ocorrer na véspera da festa às 5 horas da tarde na Casa do Despacho. Era necessário que os membros antigos elaborassem um relatório para a nova Mesa sobre os seus trabalhos desenvolvidos e as melhorias que proporcionaram à instituição. Determinava que todos os irmãos comparecessem à festa solene do Padroeiro e visitassem os estabelecimentos da Misericórdia. E por fim, o batizado das crianças expostas deveria ocorrer no dia da festa, mas antes de inicia-la (*O Progresso*. 11.08.1847, nº 157, p. 1).

Já o quarto capítulo (art. 25º - 33º): “*Da Meza Administrativa e Definidores*”, determinava que os bens e os rendimentos da Santa Casa de Misericórdia seriam fiscalizados pela Mesa administrativa. Os rendimentos seriam aplicados no curativo dos pobres desvalidos afetados por doenças agudas ou crônicas. Destaca que seria de responsabilidade da Irmandade a assistência aos expostos e lázaros, mas caso o Município e a Província repassassem a quantia anual necessária para que a Irmandade os assistisse, respectivamente. A Mesa administrativa

era responsável pela nomeação dos seus empregados, como o Capelão, o Almojarife do Hospital da Caridade e seu Escrivão, a Diretora dos Expostos e o ajudante do secretário. A sessão da Mesa ocorreria aos domingos às 10 horas (*O Progresso*. 11.08.1847, nº 157, p. 1-2).

No quinto capítulo (art. 34º - 55º) intitulado “*Atribuições dos Mesários*” são designadas as competências de cada mesário: do Provedor, Secretário, Tesoureiro, Procurador Geral, Inspetor dos hospitais, mordomo da Igreja e Cemitério, Mordomo dos Edifícios, Mordomos Letrados, Mordomo Visitador Esmoler e Mordomo Visitador dos Presos. O sexto capítulo tratava das obrigações “*Dos Empregados por salário*” (art. 56º - 72º): Médico, Cirurgião, Capelão, Almojarife, Diretora da Casa da Roda, Ajudante do Secretário e Escrivão dos Hospitais. O sétimo e último capítulo se refere às “*Disposições Gerais*” (art. 73º - 83º). (*O Progresso*. 11.08.1847, nº 157; 13.08.1847, nº 158 e 18.08.1847, nº 162).

Percebemos pelo Compromisso da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1847) que sua administração necessitava de muito empenho e responsabilidade por parte do Provedor, mesários e empregados, até porque a Irmandade possuía vários estabelecimentos caritativos que permitiram oferecer diferentes serviços assistenciais à sociedade, que iam desde a prática de enterros, o cuidado com os doentes, criação e educação de crianças abandonadas, amparo aos lázaros e pobres desvalidos, entre tantos outros. Os principais estabelecimentos da Santa Casa no século XIX consistiam na Igreja de São Pantaleão, Cemitério do Gavião, Hospital da Caridade, Asilo dos Lázaros e a Casa dos Expostos.

## **1.2. Estabelecimentos caritativos e trabalhos assistenciais aos desvalidos**

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão possuiu vários estabelecimentos caritativos que permitiram oferecer diferentes trabalhos assistenciais à sociedade desvalida, as obras de caridade eram diversificadas, estendendo-se desde o sepultamento de pessoas pobres e indigentes, cuidado médico, assistência aos lázaros, alienados e presos, à criação e educação de crianças abandonadas.

Para entendermos o funcionamento da Irmandade, analisaremos o seu relatório do ano de 1886, onde consta as diferentes atividades desenvolvidas pela Misericórdia, despesas, orçamentos e descrições do estado de seus estabelecimentos.

Esta pia e humanitária instituição foi creada nesta Provincia por alvará de 3 de Dezembro de 1622. [...] / É regida actualmente pelo compromisso de 11 de Outubro de 1849 [...] / Brevemente será apresentado à vossa apreciação o novo compromisso que está sendo confeccionado, com as alterações que a pratica aconselha e os interesses geraes dos irmãos que teem de compor a mesa administrativa e junta definitoria, prerrogativa que, constituindo uma das primeiras attribuições de qualquer irmandade lhe deve ser conferida e não, como até agora, commettida à Presidencia da Provincia [...] (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

De acordo com o relatório a instituição teria sido fundada no ano de 1622 e construída com a arrecadação de esmolas. No ano de 1886 a Irmandade era regida pelo compromisso de 1849, ou seja, o compromisso de 1847 que analisamos anteriormente já havia sido mudado, e pretendia-se alterar o que já existia. Percebemos que essas mudanças no compromisso deveriam ser comuns, para que houvesse uma adequação das normas com os trabalhos assistências e as condições financeiras e econômicas da Santa Casa. Logo em seguida o relatório dedica-se a descrever o estado financeiro da Santa Casa de Misericórdia.

Si não é favorável, como seria para desejar, o estado financeiro da Santa Casa da Misericórdia, contudo não se pode dizer que seja tão desanimador como a alguns se afigura. / O seu debito, comparado com o de irmandades congêneres de outras províncias, não é grande, e está plenamente justificado com o atraso não só em que se acha o Thesouro Provincial no pagamento da subvenção dada por esta Assembléa para o sustento dos expostos, lázaros e alienados, como tambem com os encargos que de anno para anno vão pesando sobre a irmandade, dos quaes não se pode esta libertar, por isso que à medida que a população desta província fôr augmentando, como é natural, o numero de pobres e indigentes que precisam dos soccorros da caridade crescerá na mesma proporção [...] (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

De acordo com o relatório o estado da instituição não era tão precário, o pouco recurso que ela possuía era devido ao atraso do repasso de dinheiro por parte do Tesouro Provincial. Esse subsídio era destinado à assistência aos expostos, lázaros e alienados, que de acordo com o relatório esses gastos eram considerados encargos e despesas para a Santa Casa, a qual se preocupava com o crescimento da sociedade, pois isso resultava no aumento do número de pobres e indigentes que necessitariam dos “soccorros da caridade”.

A Santa Casa possuía um alto valor de móveis e imóveis, os quais em sua maioria eram alugados, permitindo que a instituição pudesse ter uma renda mensal com os aluguéis. A instituição também possuía várias pessoas com dívidas atrasadas, devido à realização de empréstimos, o que contribuía para o déficit em seus cofres. Em seguida, o relatório descreve os rendimentos e ônus que possuía com os estabelecimentos que estavam em sua responsabilidade.

Os rendimentos com que pode contar annualmente a Santa Casa da Misericórdia desta província são diminutos em relação a todos os ônus que pesam presentemente sobre os seus cofres: [...] **despesas que faz com a manutenção dos diversos estabelecimentos a seu cargo, alguns dos quaes não lhe pertencem, como sejam a casa dos expostos, que nos termos do art. 69 da lei de 1 de Outubro de 1828, deve caber à Municipalidade;** o azylo dos lazarus e o novo hospício de alieanados, cuja sustentação compete especialmente à Província. Exonerada a Santa Casa da Misericórdia da gestão destes ultimos estabelecimentos, e restringidas as suas despesas somente ao hospício de caridade e ao seu cemitério, é fora de duvida que desaparecerá dos seus balanços o deficit que alli figura, e tende a augmentar pelas razões a que já me referi (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 – 42; *grifos nossos*).

De acordo com o relatório, a Santa Casa recebia poucos recursos financeiros em relação aos gastos que possuía anualmente, sua única fonte de renda eram os sepultamentos organizados pelo Cemitério e as apólices. Segundo o trecho destacado acima, a Irmandade possuía ônus que não correspondiam às suas obrigações, como a assistência dos expostos, lázaros e alienados, sendo essa responsabilidade da Municipalidade e da Província, respectivamente. Acreditava-se que o déficit que a Santa Casa possuía, poderia diminuir se ela se responsabilizasse somente com os trabalhos assistenciais do hospício e cemitério. Dessa forma, a Misericórdia não concordava em utilizar seus créditos com os excessos de despesas.

Cláudia Tomaschewski (2007, p. 61) ao analisar a Santa Casa de Misericórdia de Pelotas (RS), também destaca a mesma problemática referente aos expostos e alienados. Ambos foram motivos de reclamações constantes devido aos gastos excessivos e os poucos resultados obtidos na assistência. “Quanto aos expostos, para os quais a Misericórdia recebia subvenção estatal, muitos morriam, outros tinham de ser alimentados e cuidados por muito tempo. Os loucos perturbavam a ordem do hospital e causavam prejuízos materiais à Santa Casa”.

Após a descrição das finanças e dos bens da Santa Casa, o relatório (1886) se propões a analisar a administração das mordomias e dos estabelecimentos.

### **Igreja e Cemiterio.**

A igreja de S. Pataleão foi doada por escriptura publica de 4 de Maio de 1793, à Santa Casa da Misericórdia por Pantaleão Rodrigues de Castro, que a edificou à sua custa ajudado por seu irmão Pedro da Cunha, ambos naturaes desta cidade, com o nobilíssimo e generoso intento de ser montado em um dos respectivos consistorios um hospital para onde fossem transferidos os enfermos pobres e indigentes [...] / Durante o anno findo celebraram-se nesta igreja todos os actos do culto divino, prescriptos no seu regimento, sendo com todo o esplendor a festividade de São José, Padroeiro da Irmandade da Santa Casa. / Posto que em bom estado de conservação, esta igreja tem necessidade de algumas obras, entre ellas a construção de dois altares novos, e o concerto da escada que conduz à torre, e aos repartimentos annexos [...] (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

A Igreja de São Pantaleão ainda em construção foi doada à Santa Casa para que ali fosse celebrada as atividades religiosas da instituição e também para servir de hospital sob a invocação de São José. Assim, a Irmandade abandonou a ideia de reconstruir sua antiga igreja que se localizava no Largo do Palácio que estava em estado de ruínas. As atividades religiosas que a Misericórdia desenvolvia, estavam sendo realizadas na Igreja de Sant'Ana, construída em 1791. A Igreja de São José da Cidade, ou de São Pantaleão, foi concluída somente no ano de 1830 (MEIRELES, 1994, p. 264-265). Segundo o relatório, a festividade de São José, padroeiro da instituição ocorria nessa igreja, além dos batizados das crianças expostas e de outros atos religiosos. Entretanto, esse espaço necessitava de algumas obras, de reparo nas escadas e da construção de altares novos.

Ao longo dos anos, a Misericórdia administrou três cemitérios. O Cemitério Antigo ou Cemitério Velho da Misericórdia foi o primeiro de São Luís, construído nas primeiras décadas do século XVII, localizava-se no Largo do Palácio, nos fundos da Igreja da Misericórdia. Naquele período também era costume das pessoas serem sepultadas no interior das igrejas, mas essa prática perdurou até o ano de 1831, quando a Câmara Municipal de acordo com as normas higienistas proibiu essa prática. O segundo cemitério foi construído em um terreno que a Santa Casa possuía, aberto em 1805, localizado por trás da Igreja de São Pantaleão, possuía o objetivo de atender os escravizados, pobres e pessoas que morriam no hospital, mas logo em seguida ele foi abandonado, voltando a ser aberto somente no ano de 1831 (KHOURY, 2004, p. 168).

Devido a um surto de varíola no ano de 1855, que foi responsável pela morte de boa parte da população, o cemitério não possuía mais vagas para os sepultamentos, sendo ele fechado em abril de 1855. Para substituí-lo, a Mesa administrativa comprou uma antiga chácara para ser instalado o novo cemitério, denominado “do Gavião”, que começou a funcionar no dia 6 de setembro do mesmo ano (KHOURY, 2004, p. 168).

Sobre o Cemitério do Gavião, o relatório destaca o seguinte.

O Cemiterio, sob a invocação de S. José, e único que existe nesta cidade, é uma das obras realizadas pela Santa Casa da Misericórdia, que muito honra e faz prezar esta pia Instituição. / Bem localizado, com uma bonita Capella no centro, está dividido em quatro quarteirões por meio de ruas terraplenadas, e é circulado inteiramente por catacumbas divididas em duas ordens. / Tornando-se preciso augmentar mais um quarteirão do lado do nascente para sepulturas rasas, por estarem os outros quarteirões quase todos ocupados com sepulturas [...] (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

O Cemitério do Gavião não sepultava somente pessoas pobres e escravizadas, mas também o restante da população que necessitava de seus serviços. O Cemitério era dividido em espaços destinados a diferentes classes sociais, havia o lugar para o sepultamento dos mesários, das pessoas de poder aquisitivo e também para pobres, indigentes e escravizados, cada espaço possuía um valor específico. No ano de 1886, segundo o relatório foram sepultados 1218 cadáveres, que correspondiam a homens e mulheres livres, escravizados e indigentes.

Já o Hospital da Caridade o relatório destaca alguns pontos sobre a sua criação, o seu estado físico e as dificuldades financeiras que enfrentava.

### **Hospital de Caridade**

Foi mandado edificar em 16 de Maio de 1806, pelo provedor da Santa Casa o general D. Francisco de Mello Manoel da Camara, para nelle serem recolhidos os enfermos pobres desta Capitania, os quaes [...], eram tratados no limitado consistório da Igreja de São Pantaleão. / Não satisfazendo, porem, segundo estou informado, este edificio à todas as condições exigidas para o fim, não só por serem acanhadas e escuras as divisões internas destinadas para as respectivas enfermarias, como também por estar quase todo o madeiramento do tecto arruinado, ameaçado desabar, foi elle reconstruído quase todo em 1874, durante a administração do ilustrado maranhense, Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

Segundo o relatório, o Hospital teria sido edificado somente no ano de 1806 para que os enfermos e desvalidos fossem atendidos, mas antes dessa data, já constava nos relatórios da Santa Casa gastos com medicamentos e outras despesas com o Hospital da Caridade (MEIRELES, 1994, p. 268). De acordo com este relatório o Hospital funcionava no anexo da Igreja de São Pantaleão até que o estabelecimento fosse construído. Data-se de 19 de março de 1814 o ano de sua inauguração. O edifício necessitou passar por reformas no ano de 1874 devido estar em mau estado.

O Hospital de Caridade além de necessitar de novas enfermarias e cômodos para o bem-estar dos enfermos, precisava de uma capela para celebração de atos religiosos, de latrinas e banheiros para a higiene dos doentes, além da construção de um jardim para ambientar o seu espaço. Em seguida o relatório trata de uma proposta para a nova administração do Hospital.

Attendendo às vantagens que devem provir, quer para o tratamento dos enfermos, quer para o regimen economico do estabelecimento, si fôr elle dirigido por Irmãs de Caridade do Instituto de S. Vicente de Paula ou de outra qualquer Associação religiosa, as quaes em toda a parte teem provado o zelo com que correspondem ao fim de seu pio Instituto, a Mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia, resolveu que fossem admitidas, e para isto autorizou os meios indispensáveis. / Infelizmente estes falharam e forçoso foi o adiamento deste tão almejado beneficio para o regimen do Hospital. [...] (APEM, Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 26<sup>a</sup> legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

A Irmandade que teria êxito na administração do Hospital e Casa dos Expostos seria a das Filhas de Sant'Ana, que em 1887 pela intermediação do bispo D. Antônio de Alvarenga as contratariam. Eram oriundas de Placência, Itália e chegaram em São Luís no dia 29 de outubro de 1887 em um grupo de treze freiras, sete delas sob a ordem da Superiora Anna Crocifissa Bignamini cuidariam do Hospital e as outras quatro, dedicaram-se na administração da Casa dos Expostos obedecendo à Superiora Anna Uberta Chelucci (MEIRELES, 1994, p. 280).

De acordo com as necessidades médicas da época, era necessário que se criassem enfermarias em novos espaços para que suportasse a quantidade de doentes, isso ocorria, por exemplo, nos casos de surto de varíola, em que os cômodos do Hospital eram insuficientes. No trecho do relatório abaixo podemos analisar como isso ocorria.

### **Enfermaria de variolosos**

Tendo aparecido nesta cidade a varíola e não dispondo a Santa Casa da Misericórdia de uma enfermaria para tratamento desta molestia, resolveu o meu digno antecessor, em 17 de Junho do anno passado, mandar pôr à disposição do mordomo dos hospitaes, Capitão Manoel Duarte Godinho, o proprio nacional que fica por detraz do hospital militar, para ali serem tratadas as pessoas pobres que fossem acometidas desta epidemia, correndo a despesa por conta da verba – Socorros públicos – e sob a fiscalização daquele honrado cidadão. [...] (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

Sobre o Asilo dos Lázaros, o relatório afirma que sua situação era agravante devido ele está próximo ao cemitério, que de acordo com as normas higienistas essa aproximação poderia resultar na agravação do estado dos enfermos. O estabelecimento necessitava de higienização, de mais cômodos e de divisões para as pessoas do sexo masculino e feminino, pois o espaço se parecia a um galpão. Ainda segundo o relatório as pessoas enfermas eram privadas de confortos morais e materiais, os quais poderiam ser oferecidos para suavizar a condição que viviam (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

A assistência que os lázaros possuíam era restrita devido aos poucos recursos da Santa Casa, os quais não eram suficientes para atender todas as suas demandas. Entretanto, os lázaros recebiam alimentação e abrigo, evitando que eles vagassem pelas ruas pedindo esmolas. Foram várias as tentativas que a Santa Casa buscou para ter atenção do Governo Provincial para a assistência aos lázaros, como sempre enfatizar em seus relatórios as necessidades que o estabelecimento possuía em ter um novo espaço para melhor comodidade dos enfermos (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

A Santa Casa possuía dificuldades de encontrar um novo espaço para o atendimento dos lázaros por causa do pouco recurso que possuía. Porém, a Misericórdia procurava meios de suprir esse recurso financeiro organizando concertos musicais para a arrecadação de fundos e estimular as pessoas a doarem, para que o estabelecimento fosse reformado ou que fosse comprado um novo prédio (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

Sobre o Hospício de alienados, o estabelecimento no ano de 1886 ainda se encontrava nos planos da Misericórdia para que fosse construído, enquanto isso, as pessoas eram atendidas no Hospital da Caridade.

### **Hospício de alienados**

Este novo Estabelecimento está sendo construído pela Santa Casa da Misericórdia, pouco a pouco, com o benefício das loterias concedidas por esta Assembleia para aquele fim. [...] / Enquanto não se concluem as obras deste hospício, continuam os alienados a ser tratados no Hospital da Misericórdia. [...] (APEM, Fala com que o Exm<sup>o</sup> Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1<sup>a</sup> sessão da 26<sup>a</sup> legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

Tomaschewski (2007) destaca três causas para a criação de um hospício para a assistência dos alienados no contexto do século XIX:

1<sup>a</sup> – uma economia da assistência no que diz respeito ao custo da manutenção dos internos e a ordem do hospital; 2<sup>a</sup> – um discurso caritativo/filantrópico que afirma que deve haver humanidade no tratamento dos loucos; 3<sup>o</sup> - o argumento de que a ciência já teria algumas soluções para a loucura que deveriam ser empregadas no tratamento dos loucos (Tomaschewski, 2007, p. 181).

No caso da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, os alienados encontravam impedimentos na admissão do Hospital, devido a motivos econômicos e as desordens causadas no ambiente. No Hospital havia uma preferência no atendimento de trabalhadores livres e escravizados em idade produtiva, que logo poderiam voltar ao trabalho, já os alienados eram internados por muito tempo e não voltavam às atividades profissionais. Entretanto, havia uma obrigação moral de abrigar esses indivíduos, os quais não possuíam controle dos seus atos e não podiam ser considerados criminosos, pois em muitos casos desconheciam as regras da sociedade. Devido a toda essa problemática, era necessário criar um espaço onde os alienados pudessem ser assistidos com um cuidado especializado. (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 181-186). Dessa forma, acredita-se que estas mesmas causas levaram a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão a ter a pretensão de assistir os alienados em um espaço apropriado.

Os prisioneiros também recebiam assistência como consta no relatório, pois existia uma mordomia dedicada exclusivamente a eles.

### **Mordomia dos Presos**

Esta confiada ao Coronel Jose Francisco de Britto Pereira, que tem se mostrado zeloso ao cumprimento dos deveres de seu cargo, visitando a cadeia publica e solicitando em favor dos presos o que lhe parece de justiça. (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

De acordo com o Compromisso de 1847, era responsabilidade do mordomo visitar a Santa Casa e os presos, prestando-lhes socorros espirituais e corporais. O mordomo deveria estar acompanhado de dois irmãos e confessores para lhe ajudar nesse trabalho assistencial, até que a execução da sentença fosse dada aos encarcerados. Além disso, todos os anos na festa de São José, padroeiro da Santa Casa, os presos deveriam receber um jantar da Misericórdia (*O Progresso*. 13.08.1847, nº 158, p. 3).

Todos esses estabelecimentos eram vistoriados pela Mordomia dos Edifícios, o qual era responsável por averiguar o andamento das obras e dos consertos da Santa Casa.

### **Mordomia dos Edifícios**

Na direcção do respectivo serviço está o engenheiro Dr. Candido Jorge Sonher Barbosa que actualmente, por estarem paradas as obras do hospício de alienados, somente tem a seu cargo as que se estão fazendo no Cemitério, dirigindo-as com zelo e economia geralmente reconhecidos (APEM, Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15/03/1886, p. 32 - 42).

De acordo com o Compromisso de 1847, competia ao mordomo inspecionar os consertos e obras tanto antigas como novas, além de examinar as arrematações ou empreitadas feitas pela Santa Casa e se seguiam as condições do contrato (*O Progresso*. 13.08.1847, nº 158, p. 3).

A Roda dos Expostos foi inaugurada em 1828, tinha como objetivo assistir crianças abandonadas. Nesse estabelecimento os expostos eram acolhidos, batizados, criados e educados. A Casa dos Expostos se localizava na lateral esquerda da Igreja de São Pantaleão. Analisaremos de forma mais minuciosa esse estabelecimento nos próximos capítulos, em que buscaremos compreender seu funcionamento e administração.

Percebemos a partir da análise dos estabelecimentos da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão que ela possuía um amplo serviço de caridade, atendendo diversos setores da sociedade. Devido à crise financeira que ela enfrentou durante o século XIX, muitas das obras assistenciais foram afetadas, assim como o estado dos seus edifícios que se encontravam arruinados. Muitos relatórios descreviam esse estado de calamidade que a Irmandade passava, que de acordo com a instituição era ocasionado pela falta do repasse de recursos por parte do Governo Provincial.

### **1.3. Crise Administrativa e Financeira**

O século XIX foi marcado por crises econômicas na província do Maranhão que consequentemente afetaram os trabalhos assistenciais da Santa Casa de Misericórdia, principalmente na segunda metade do século. Essa oscilação na economia decorria da crise no setor agroexportador, ou seja, na cultura do algodão e açúcar. Somando-se a isso, houveram conflitos populares como a Setembrada (1831) e a Balaiada (1838-1841) que desestabilizaram os setores políticos e socioeconômicos do Maranhão. Esses conflitos envolveram diferentes segmentos da sociedade, incluindo desde escravizados a sertanejos que iam contra a dominação política das elites.

Abrantes (2014, p. 54) aponta que a cultura algodoeira que promoveu durante décadas a riqueza da província, passava por uma queda de preços e nas exportações devido a concorrência internacional. Nesse contexto também havia a escassez de mão de obra escrava devido a extinção do tráfico negreiro de 1850, que resultou na elevação do preço dos escravizados. As crescentes campanhas abolicionistas intensificaram a crise do escravismo, a qual estava relacionada com a da lavoura.

[...] era do negro que vinha a energia consumida para construir a riqueza da Província, dos seus braços e mãos dependiam quase todas as atividades produtivas. A crise da falta de braços, primeiro esboçada com a lei 1831 que considerava livres os escravos desembarcados no Brasil, depois com a lei de 1850 que extinguiu definitivamente o comércio internacional de escravos, fonte de suprimento dessa mão-de-obra para lavoura, foi mais um fator que contribuiu para a desagregação da economia escravista maranhense (ABRANTES, 2014, p. 55).

Até a década de quarenta, o algodão era um dos principais produtos de exportação do Maranhão. A crise nesse setor esteve relacionada com a Balaiada, que alterou o cotidiano das fazendas de algodão, onde houveram fugas de escravizados e a saída de muitas famílias para a capital, as quais tiveram que abandonar suas propriedades ou as deixavam no cuidado de seus feitores. Além da falta de abastecimento de mão de obra escrava nas fazendas, muitos dos proprietários tiveram que se desfazer de seus escravizados para o pagamento de dívidas.

Mérian (2013, p. 31) destaca a importância que o comércio teve ao Maranhão, liderado principalmente por portugueses. Além da comercialização do algodão e açúcar, havia também a venda de produtos como a cachaça, carne, madeira e produtos oleaginosos que alimentavam as exportações, compensando o valor das importações. O papel das casas comerciais era fundamental à economia da província, sua fortuna contrastava com o empobrecimento dos fazendeiros, em que muitos casos precisavam vender seus bens para garantir os empréstimos feitos.

Essa situação de falência de alguns fazendeiros beneficiou aqueles comerciantes que executavam as dívidas de seus clientes, apoderando-se de seus escravos ou fazendas. No entanto, a crise da lavoura também atingia a economia de modo geral prejudicando o comércio. No final do século, diante da crise da lavoura e de uma conjuntura mais favorável para o investimento da indústria têxtil, muitos comerciantes e fazendeiros se lançaram nessa nova atividade. Contando com a matéria-prima produzida aqui mesmo, que era o algodão, e acreditando na demanda de um mercado consumidor, abriram muitas fábricas têxteis na capital (ABRANTES, 2014, p. 59).

Seguindo esse contexto sócio-histórico do Maranhão, analisaremos como a crise na província também esteve relacionada com a da Santa Casa de Misericórdia<sup>2</sup>.

Segundo Agostinho Coe (2013, p. 92) todas as Misericórdias necessitaram de legados, doações e esmolas para financiar seus serviços de caridade, sem a ajuda dos benfeitores (na maioria deles, os indivíduos mais abastados da sociedade) seria difícil da Irmandade levar a diante seus serviços caritativos. Portanto, é evidente nas documentações, principalmente na de imprensa que quando essas doações diminuem surgem reclamações sobre a falta de recursos. Quando uma Misericórdia chegava a essas condições, no caso específico a do Maranhão,

---

<sup>2</sup> Também vale destacar que mesmo com alguns avanços, a higiene e a infraestrutura de São Luís eram precárias, pois não havia água encanada, esgotos residenciais ou coleta de lixo, desencadeando em epidemias graves como as de febre amarela (1851), varíola (1854), desintéria (1856) e gripe (1859), com o aumento populacional ficava mais difícil de controlar essa situação. Também foi um período tenso devido a promulgação de algumas leis abolicionistas que abalaram as estruturas do sistema escravista e consequentemente com a economia do Maranhão (COE, 2013).

motivava-se principalmente pela má gerencia dos recursos e da sua utilização para benefícios particulares dos mesários.

Doações, quando realizadas em vida, serviam para legitimar um caráter nobre e distinto do benfeitor, que ao doar adquiria reconhecimento perante aos seus pares e, dependendo da quantia depositada poderia ainda ter o privilégio de ter seu retrato exposto nos salões nobres da Misericórdia, como foi muito comum no caso da instituição maranhense. Já as feitas em testamento quase sempre tinham como elemento principal reafirmar uma postura humilde e desprendida para com as questões materiais, facilitando a remissão dos pecados do moribundo e proporcionando a aceitação do pedinte junto a uma corte de anjos e santos (COE, 2013, p.94).

Por meio do *Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão* (1870) de César Augusto Marques, sabe-se da existência de dois benfeitores que no início do século XIX deixaram em seus testamentos quantidades expressivas em formato de doações ao estabelecimento da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.

O Brigadeiro José Gonçalves da Silva, conhecido como o *Barateiro*, deixou a quantidade de 20 contos de réis e mais uma pensão de 25 mil réis a ser paga depois do seu falecimento no transcurso de cada aniversário seu. Após sua morte a Irmandade da Santa Casa em memória do seu ex-provedor e benfeitor mandou colocar o seu retrato em uma das salas, tendo na base dele as seguintes palavras:

Deu todas as alfaias e arranjos necessários a este hospital afim de fazer-se, como aconteceu, a sua abertura no dia 19 de março de 1817, em que se patenteou e desenvolveu a epocha d'este grande e proveitoso estabelecimento, além d'outras muitas esmolas, que se fizeram à sua custa n'este mesmo dia, e em seu testamento deixou à santa casa 20:000\$000 réis e as dívidas da sua casa, que se não recebessem no fim de dez annos, e mais na instituição de seu morgado 25\$000 réis, pagos annualmente no dia anniversario do seu falecimento (MARQUES, 1870, p. 308).

Segundo Marques (1870, p. 308), acima da imagem pintada do Brigadeiro havia a seguinte descrição: “*Sempre te seremos gratos pelos largos donativos, que de tua mão receberam alimentos e esmolas os pobres, os enfermos e infelizes*”. Em outro trecho notamos suas qualificações e ajuda prestada à Santa Casa de Misericórdia.

José Gonçalves da Silva, commendador da ordem de Christo, fidalgo cavalleiro da casa real, brigadeiro dos reaes exércitos, alcaide-mór da villa do Itapecarú-mirim, governador da fortaleza de S. Marcos, ex-provedor d'esta Santa Casa da Misericórdia, deu á Santa Casa todas as alfaias para ornamento d'esta igreja, e torres e arranjos do hospital, afim de fazer a sua abertura no dia 19 de março de 1817, em que se patenteou e desenvolveu a epocha d'este grande e proveitoso estabelecimento [...] (MARQUES, 1870, p. 309).

Percebe-se que pelas descrições feitas a José Gonçalves da Silva ele era uma pessoa que ajudou a Santa Casa tanto em vida, como também pelo seu testamento após sua morte. O Brigadeiro faleceu no dia 21 de novembro de 1821, assim podemos considerar que ele foi um homem de grande importância para a província e também à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão pelas suas obras de caridade, tendo como reconhecimento da instituição, a exibição do seu quadro nas paredes da Irmandade.

[...] eram necessários padrões instituídos capazes de diferenciar os merecedores da “lembrança eterna” daqueles que não tivessem a mesma condição e/ou sensibilidade para com os mais necessitados. Dez mil réis, era o preço mínimo para se conservar um retrato na sala de honra da Misericórdia, e deixar a sua lembrança para a posteridade, ou seja, a perpetuação da memória possuía um valor fixo, sendo tal possibilidade privilégios de poucos. Vale ressaltar que tal prática tinha como um dos seus objetivos principais incentivar novos patrocinadores, fazendo com que o culto à memória dos benfeitores sensibilizasse novos contribuintes, para que assim os recursos necessários para as obras da Misericórdia fossem garantidos (COE, 2013. p. 97).

Outro benfeitor que ajudou a Santa Casa com uma grande doação, foi o português, engenheiro civil e tenente-coronel José de Carvalho, este era segundo César Marques denominado o *Engenheiro da Companhia*, devido ele ser um dos integrantes da Companhia de Comércio<sup>3</sup> que se estabeleceu no Maranhão.

Natural de Portugal, aqui casou-se com uma das irmãs do coronel Luiz Antonio Vieira da Silva. / De seu exercicio profissional só sabemos, que projectou o canal ainda hoje conhecido pelo nome de Furo do Carvalho, do lado de Alcântara para Guimarães, o qual evitaria as viagens pela costa. / Possuía este engenheiro um sitio, bem perto aqui da capital, onde fez uma boa casa e vallas de esgoto, canaes de irrigação, plantações exóticas, enxertos etc. etc. [...] / Falleceu em 1817 ou 1818, deixando à Santa Casa da Misericórdia um importante legado, pelo que acha-se o seu retracto collocado na secretaria do seu hospital entre os dos seus bemfeitores (MARQUES, 1870, p. 191-192).

---

<sup>3</sup> O autor faz referência a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará (1755-1778) que tinha como objetivo fomentar a mão de obra escrava, impulsionar o comércio no Estado do Grão-Pará e Maranhão, inserindo-o à dinâmica mercantil atlântica, além de estimular a produção agrícola nessa região.

Como podemos notar, o retrato de José de Carvalho também foi exposto na secretaria da Santa Casa em homenagem a sua generosidade prestada à instituição. Segundo César Marques, a imagem possuía a seguinte descrição:

José de Carvalho, tenente-coronel da 2ª linha. Falleceu n'esta cidade do Maranhão aos 16 de setembro de 1816, e deixou à Santa Casa da Misericórdia dois terços da meação do seu casal, que pelo liquidado e falta de liquidar passa de 40:000\$000 de réis em moeda corrente. 15 de agosto de 1837 (MARQUES, 1870, p.309).

O coronel Isidoro Rodrigues Pereira também deixou a quantia de 2 contos de réis no seu testamento à Santa Casa, a doação foi destinada à criação da Casa dos Expostos.

O coronel Isidoro Rodrigues Pereira, natural da villa de Mayorga, comarca de Alcobaça, faleceu nesta cidade do Maranhão em 17 de agosto de 1825, e sepultou-se na capella mór do convento de N. S. das Mercês. Em seu testamento deixou a esmola de 2:000\$000 reis applicada para a fundação da roda dos enjeitados, a qual foi immediatamente paga pela sua viúva a Exm. Sr.<sup>a</sup> D. Anna Joaquina Jansen Pereira (MARQUES, 1870, p. 207).

De acordo com Mário Meireles (1994) podemos destacar mais dois benfeitores.

[...] Caetano José Teixeira, outro ricoço da época, deixou um morgado de 8.000 cruzados (Rs. 3:200\$000), de renda anual. Além destes, e de outros que teriam ficado esquecidos porque menos ricos, vale lembrar, por último, Manuel José Corrêa de Sousa, falecido em 1837 ou 1838 e que, diz César Marques, foi o último a deixar um legado (MEIRELES, 1994, p. 275).

Ainda segundo Meireles (1994), o cidadão Manuel José Corrêa de Sousa teria sido o último a deixar um legado a Santa Casa, devido a Mesa desta instituição ter passado por uma crise política. De acordo com o autor, muitas disputas teriam surgido desde 1837, para a ocupação dos cargos da Irmandade, tendo assim, brigas e xingamentos durante as eleições. Todo esse interesse que houve pelos cargos da Mesa se deveu ao patrimônio que a Irmandade possuía. Desse modo, gerou-se na sociedade desconfianças e falta de credibilidade, principalmente no que se refere ao uso do dinheiro da instituição, fazendo com que muitas pessoas deixassem de doar recursos financeiros à Santa Casa.

O interesse dos integrantes das Misericórdias nem sempre eram religiosos, mas também podiam estar relacionados à visibilidade ou prestígio que estes indivíduos poderiam ter na sociedade. O pertencimento à Santa Casa de Misericórdia proporcionava o controle das relações locais e das relações com Deus, alcançando a misericórdia divina. Além disso, a manutenção da memória desses indivíduos era preservada, como sendo grandiosos e benevolentes (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 75).

Em sua dissertação Cláudia Tomaszewski (2007, p. 119) descreve dois tipos de doações feitas à Santa Casa por particulares e pelo Estado, que respectivamente seria a “caridade privada” e “caridade pública”. Por mais que a maior parte dos recursos das Misericórdias fossem provenientes de doações ou da renda dos seus estabelecimentos, o Estado também subsidiou as obras caritativas da Irmandade. Ele não assumiu diretamente a assistência, mas regulava o seu funcionamento.

Durante o século XIX, os textos são sempre no sentido de uma caridade que teria seus méritos no céu e daria prestígio entre os homens; uma caridade que se funda na miséria extrema, no socorro dos pobres que somente com ajuda de mãos tão piedosas poderiam suportar seu sofrimento na terra (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 144).

Enquanto no século XVIII as ações de caridade ainda possuíam reminiscências medievais em que se buscava a salvação eterna por meio de ações caritativas, no século XIX esse ideário de caridade se modifica e tem como objetivo a busca por prestígios ou vantagens, seja em vida ou após morte. Neste período histórico, as instituições assistenciais passam a cobrar também do Estado para que ele assuma algumas responsabilidades, além de ser um momento em que a filantropia ganha mais espaço na sociedade, em detrimento de uma caridade que buscava a salvação de almas.

As vantagens espirituais após morte seriam: missas rezadas em favor da alma, enterros com acompanhamento dos irmãos, menções espirituais, retratos no Salão de Honra (o que poderia acontecer também em vida). As vantagens em vida seriam: menção das doações e serviços nos relatórios da irmandade (documentos públicos), jornais, e demais textos escritos, posição privilegiada em eventos como missas, inauguração/colocação de pedra fundamental de obras públicas e de outras associações, prestígio entre irmãos da Santa Casa. As vantagens espirituais após a morte têm em sua maioria o objetivo de “preservar” a memória destes indivíduos [...] (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 117).

No século XIX a utilização dos termos caridade ou filantropia<sup>4</sup> não muda essencialmente o caráter da ação. As doações dos ricos não eram compreendidas como um ato de justiça, mas sim como um ato de benevolência. Desse modo, a ação assistencial da Santa Casa de Misericórdia para com os desvalidos era compreendida como um ato de caridade (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 145).

Normalmente esta oposição Deus/sociedade é tida como a diferença entre a caridade e a filantropia. Enquanto a primeira refere-se a um sentimento religioso, que deveria ser praticado pelos cristãos para que obtivessem a salvação, a segunda é uma forma de ajuda aos pobres secularizada onde o bem da humanidade seria o principal interesse. Se a primeira a troca seria com Deus, que concederia a salvação, na segunda a troca seria com a sociedade (ou uma determinada associação como a Santa Casa) que garantia o reconhecimento da benevolência do doador (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 146).

Ao longo do século XIX a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão sofreu várias transformações. No início do século, houve a arrecadação de legados valorosos que contribuíram com os trabalhos caritativos da instituição, assim a Irmandade teve um grande aumento do seu patrimônio. Já em meados do século, percebe-se no discurso de imprensa e nos documentos oficiais que ela passou por uma profunda crise administrativa e econômica, que culminou na inferiorização dos serviços hospitalares e de sepultamento, assim como também na precariedade de seus estabelecimentos, como o Cemitério, a Casa dos Expostos, o Hospital e entre outros. Essa situação se estabeleceu devido os membros da Mesa se beneficiarem do uso do patrimônio da Santa Casa e também devido à má administração da instituição.

Haviam vários mecanismos que a Santa Casa utilizava para contornar sua situação de decadência que iam desde bailes beneficentes a súplicas de ajuda nos jornais. Na seção de avisos do jornal *O Farol* (1830) é pedido à população que compre loterias que seriam de benefício para a Irmandade.

O Illm.º e Exm. Sr. Candido Joze de Araujo Vianna, Provedor da Santa Caza da Misericordia, e mais Srs. Mesarios, desejando finalizar a extracção da Loteria em Beneficio da mesma Santa Caza, tem estabelecido huma sociedade, entrando cada pessoa com cinco bilhetes da dita Loteria; por isso rogão o zello, e caridade dos Srs., tanto na Cidade, como fora, queirão coadjuvar este acto de beneficencia, diringindo seus nomes ao Secretario da Meza, que este promete antes da roda andar, fazer publico pela imprensa tanto

---

<sup>4</sup> Segundo Sandra Caponi (2000, p. 82), é durante o século XIX que a caridade convive e se complementa com outra modalidade de assistência que posteriormente se tornou hegemônica: as políticas filantrópicas. “As duas estratégias tentam resolver um mesmo problema, encontrar um modo de assistir os necessitados sem apagar as assimetrias, a distância moral que separa os benfeitores e filantropos, de um lado, e os indigentes de outro.

os nomes das pessoas, como os números dos bilhetes que se comprarem, e depois mostrará pela mesma forma, os lucros, ou perdas que houverem na referida sociedade. (Avisos. *Farol Maranhense*. 17.08.1830; nº 220; p. 928).

É interessante que a Santa Casa se utilizava do artifício de publicar na imprensa os nomes das pessoas que comprassem as loterias, essa atitude poderia ter a intensão de que expondo os nomes dos benfeitores, haveriam outros atraídos em ajudar a causa da instituição, visto que essa prática se caracterizaria como honra e prestígio às pessoas envolvidas com os trabalhos caritativos. Em seguida, o aviso explica os motivos da Santa Casa possuir poucos recursos e por que as pessoas deveriam ajudá-la.

Conhecendo-se á vista da despeza que a Santa Casa faz com o Hospital, empregados, e a caza dos expostos, que os rendimentos não chegaõ para o necessario suprimento; e desejando não só a conservação de hum estabelecimento tão util á pobreza, como prestar os socorros de caridade em dar de comer aos miseraveis prezos na cadeia; roga-se á piedade das pessôas bem fazejas tanto da Cidade, como de fora, algumas esmolos, ou em dinheiro, ou em generos, podendo-se dirigir não só ao Secretario da Meza, como aos Srs., Thezoureiro Boaventura Joze Roiz', e Procurador João de Viveiros Pavão. / [...] implora-se o adjutório das pessôas acostumadas a fazer bem, não só com as esmolos a dinheiro, como cál, madeiras, serventes, etc, e esta supplica, com maior rogativa se dirige a todos os Srs. que tiverem armações de escravos novos. (Avisos. *Farol Maranhense*. 17.08.1830; nº 220; p. 928).

De acordo com o jornal a Santa Casa possuía muitos gastos com os seus estabelecimentos e funcionários, o pouco recurso que ela possuía não era suficiente para a realização dos seus trabalhos caritativos, por esse motivo ela pedia esmolos, dinheiro ou algum gênero alimentício que pudesse lhe ajudar. Para que os seus estabelecimentos fossem reparados, há o pedido de que as pessoas doassem à instituição materiais de construção, assim como escravizados para o auxílio do trabalho.

Aviza-se aos Srs. devedores da Santa Caza, ou aos herdeiros destes; e aquelles a quem tiverem falecido algum dos fiadores, ou falido de bens, assim como os das hypothecas, que estas tenham soffrido ruina, e desmerecido de seo vallor, que para segurança da mesma Santa Caza, dentro de trez mezes da publicação deste avizo apresentem reforma de suas escripturas, e condições do estilo, pois conhecendo-se ommissão naqueles que estiverem nas circunstancias apontadas, a Meza passará a requerer contra elles. / Toda a pessoa que tiver legados a cumprir pertencentes a Santa Caza, roga-se o fassa em beneficio da mesma. Maranhão 18 de Julho de 1830. Joze Maria Faria de Mattos. / Secretario da Meza (Avisos. *Farol Maranhense*. 17.08.1830; nº 220; p. 928).

Percebe-se que a Misericórdia havia perdido o controle da quantidade de seus devedores e dos valores que deveriam ser pagos, dificultando a cobrança das dívidas. Os legados também demoravam a ser pagos devido não haver pessoal suficiente para facilitar o seu recebimento. Na formação das Mesas essas dívidas e legados eram lembrados quando havia o balanço das contas (COE, 2013, p. 84).

A Santa Casa se utilizava da imprensa maranhense para apresentar seus orçamentos e despesas para que a população pudesse ter ciência de suas finanças, no jornal o *Correio de Annuncios* (1851) podemos ver a apresentação do estado da instituição.

[...] A Santa Casa da Misericórdia, tão rica e florescente outr'ora, e que tantas heranças e legados recebia, acha-se hoje por culpa de muitas de suas transactas administrações, na maior decadencia possível [...] (Parecer da Comissão Especial da Assembléa Legislativa Provincial acerca do estado actual da Santa Casa da Misericórdia [...]. *Correio de Annuncios*. 12.10.1851; nº 76, p. 2-3).

Segundo o parecer, a Misericórdia achava-se em um estado de decadência devido as suas antigas administrações que não souberam gerir o patrimônio que a instituição possuía, por isso já não recebia tantas heranças e legados. Suas finanças já não eram suficientes para tantas dívidas que se acumulavam durante os anos, dessa forma era necessário que o Tesouro Provincial ajudasse a Irmandade. Abaixo podemos analisar algumas situações que levaram a Santa Casa a estar na situação de decadência.

O mau emprego dos bens e dinheiro já pertencentes ou doados a Santa Casa foi a principal causa de sua decadencia, de deixar ella de continuar a receber heranças e legados, de estar mendigando hoje huma esmola do thesouro provincial. Os que se locupletavão ou desejavão locupletar-se com os bens d'ella não podião deixar de pugnar pela eleição de Mesarios que fossem favoraveis aos seus particulares interesses. [...] (Parecer da Comissão Especial da Assembléa Legislativa Provincial acerca do estado actual da Santa Casa da Misericórdia [...]. *Correio de Annuncios*. 12.10.1851; nº 76, p. 2-3).

De acordo com o parecer, a decadência se motivava pelo mau uso dos bens e do dinheiro que pertenciam à Santa Casa. O patrimônio da instituição era motivo de ambição de muitas pessoas que disputavam as eleições, a fim de serem mesários e usufruírem dos bens da instituição. Além de disputas, haviam escândalos nas eleições dos mesários, movidos pelos seus interesses particulares. Devido a esses problemas, foi necessário a criação de um governo protetor que pudesse zelar pelo patrimônio da Misericórdia.

Segundo o parecer publicado na imprensa, para que a Santa Casa pudesse sair da situação de decadência, era necessário que ela elegesse mesários competentes e responsáveis, que tratassem o dinheiro da instituição como algo sagrado e não pessoas que confundissem as obrigações da instituição com os seus próprios interesses. Outro motivo que fazia com que a Irmandade possuísse poucos recursos financeiros, eram as obras que estavam em sua responsabilidade, que segundo o relatório, muitas não possuíam autorização ou urgência para terem sido iniciadas (Parecer da Comissão Especial da Assembléa Legislativa Provincial acerca do estado actual da Santa Casa da Misericórdia [...]. *Correio de Annuncios*. 12.10.1851; nº 76, p. 2-3).

O texto destaca o fato de haverem dívidas que não estavam sendo cobradas, o que acarretava em um déficit para a Santa Casa, os empréstimos feitos em sua maioria não eram pagos, impossibilitando que a instituição sanasse suas dívidas.

**É necessario abolir a Casa dos Expostos visto não ser conveniente dar aso á imoralidade.** A Comissão orça as despesas com elles na quantia de 3:650\$000, que manda seja paga pelos coffres provinciais, reduzindo porem o subsidio que estes davão para a sustentação dos Lazaros á 1:500\$000, quantia mais que suficiente para esse fim, conforme se vê dos balanços do triênio que findou em 31 de Dezembro do anno passado, e até do balanço para o proximo anno administrativo. (Parecer da Comissão Especial da Assembléa Legislativa Provincial acerca do estado actual da Santa Casa da Misericórdia [...]. *Correio de Annuncios*. 12.10.1851; nº 76, p. 2-3, *grifos nossos*).

De acordo com o parecer, a Casa dos Expostos era um estabelecimento que alimentava a imoralidade na província e por isso deveria ser extinta, além de também possuir muitos gastos resultando em despesas para a instituição. O parecer finaliza enfatizando que alguns gastos deveriam ser organizados e as finanças deveriam ser distribuídas de uma melhor forma, pois algumas delas eram excessivas, já outras eram diminutas em relação as altas despesas feita pela instituição.

A autora Cláudia Tomaschewski (2007, p. 189) ao analisar a assistência da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas aos expostos, também percebeu a mesma problemática. As crianças abandonadas eram consideradas como despesa para o cofre da instituição. E os dirigentes da Misericórdia afirmavam que o cuidado desses expostos era responsabilidade do Estado<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> A assistência aos expostos era obrigação, em Portugal e em seu Império Colonial, das Câmaras Municipais, mas nas cidades onde havia Misericórdia era comum que estas tomassem a si o cuidado dos enjeitados. Com a promulgação da Lei dos Municípios em 1837 as Misericórdias no Brasil passaram a ser responsáveis pela assistência às crianças abandonadas e as Câmaras foram desobrigadas desse encargo (TOMASCHEWSKI, 2007, 189)

No século XIX, as Santas Casas e outras associações, não viam com bons olhos o cuidado dos expostos. Reclamava-se dos gastos excessivos com o sustento de crianças muito morredouras, e as sobreviventes eram muitas vezes difíceis de empregar em ofícios ou casar (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 191).

A decadência da Santa Casa de Misericórdia também era em decorrência da má administração do estabelecimento, devido à falta de união entre os mesários, como aponta o Presidente da Província, Ambrósio Leitão da Cunha em um relatório no ano de 1863.

#### Santa Casa da Misericórdia.

Quando assumi a administração da província, encontrei aquella pia instituição em estado de visível decadencia! / [...] e não achei difficuldade em reconhecer que uma das causas desse estado era a falta de unidade na acção administrativaa dos agentes della encarregados pelo respectivo compromisso (APEM, Relatório com que o Exmº Sr. Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha passou a Administração da mesma ao Exmº Sr. Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento; 24.11.1863, p. 22-24).

A seguir podemos analisar que o Compromisso da Santa Casa não estava sendo cumprido.

Havia-se assentado em que a mesma meza se reunisse todos os domingos sob a presidencia do provedor. / Entretanto tinham-se passado 6 meses sem que nenhuma reunião se fizesse! Desse facto devião deduzir-se naturalmente consequencias tão obvias, que me parece desnecessario aprecial-as aqui. [...] era desnecessaria a reunião semanal da meza administrativa, resolvi que semelhante reunião tivesse lugar impreterivelmente nos dias 1 e 15 de cada mez. [...] Em cada uma das reuniões, importantes providencias se teem tomado no sentido de collocar a Santa Casa da Misericórdia desta província no pé de prosperidade, a que é necessario que atinja [...] (APEM, Relatório com que o Exmº Sr. Presidente da Província, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha passou a Administração da mesma ao Exmº Sr. Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento; 24.11.1863, p. 22-24).

As reuniões da Mesa administrativa deveriam ocorrer todos os domingos, mas já havia seis meses que ela não se realizava, por isso existiam alguns problemas administrativos na instituição. Segundo o Provedor, não havia necessidade de ter reuniões todas as semanas, então ele determinou que elas fossem realizadas a cada 15 dias. Após o estabelecimento dos dias de encontro, segundo o relatório, os mesários e o Provedor passaram a trabalhar em conjunto para dar de volta a prosperidade que a Santa Casa possuía.

Ainda de acordo com o relatório, todos os estabelecimentos que a Irmandade possuía estavam arruinados, precisando de consertos e alguns estavam fechados como a Igreja de São Pantaleão, porém faltava-lhe recursos para realização das obras e reparos. Em seguida o Provedor relata sua indignação de como estavam sendo alugados os prédios da Santa Casa.

Os outros prédios da Santa Casa precisam em geral de reparos; alguns teem sido concertados. [...] Em todo caso é necessário fazer cessar o escândalo de serem alugados, como o são em geral, por quantias mínimas, como se aquella casa devesse fazer esmolas em vez de recebê-las! [...] (APEM, Relatório com que o Exmº Sr. Presidente da Provincia, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha passou a Administração da mesma ao Exmº Sr. Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento; 24.11.1863, p. 22-24).

De acordo com o relatório os prédios pertencentes à Santa Casa estavam sendo alugados por um preço diminuto, muitas pessoas confundiam o valor do aluguel com uma caridade, o que era errado segundo o Provedor. Por fim, é pedido ao novo Provedor e Presidente da Província que tivesse atenção e empenho com a continuação do seu trabalho.

No relatório (1872), destaca-se que o mordomo Adriano Duarte Godinho era responsável pelo bom andamento que a Santa Casa estava possuindo através da sua dedicação e empenho que encaminhava a Irmandade para a sua missão, mesmo assim alguns estabelecimentos como o Cemitério e o Hospital necessitavam de reparos, mas os recursos eram diminutos. Dessa forma, foi necessário encontrar outros mecanismos para que a Misericórdia pudesse ter economias para manter seu trabalho assistencial, a solução encontrada foi a demissão de alguns empregados.

Não sendo comumente despedir empregados conhecidos e zelosos, nem licito esperar substitutos em condições aceitáveis com a remuneração fixada no orçamento vio-se a mesa administrativa na penosa alternativa de desobedecer a lei, ou fechar o hospital de caridade e paralisar todos os serviços a cargo da instituição. / Preferio a mesa a primeira solução [...] (APEM, Fala com que o Exmº Sr. Vice-Presidente da Provincia, Desembargador José Pereira da Graça dirigiu no dia 03/05/1872 à Assembleia Legislativa Provincial acompanhada do Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro passou-lhe a administração da Provincia a 29/04/1872; 03.05.1872).

Diante da crise financeira a Santa Casa viu-se sem alternativas, necessitando demitir alguns funcionários para que o Hospital de Caridade não fosse fechado e para não haver a paralisação dos outros estabelecimentos e das obras caritativas.

A Misericórdia se utilizava da imprensa para mostrar à sociedade o trabalho que havia realizado, com o objetivo de evidenciar que estava seguindo com o seu compromisso, e ainda esclarecer as suas despesas e finanças, a fim de atrair novos benfeitores. Em alguns momentos parece que a imprensa não esteve ao seu lado como foi o caso do jornal *Pacotilha*.

No dia 13 do corrente as 6 ¼ horas da tarde, S. Ex<sup>ca</sup>. o Snr<sup>o</sup> presidente entrou neste hospital encontrando no estabelecimento todos os empregados, a excepção de um que tinha ido jantar, por ter ele nesse dia, pernoitar no hospital. S. Ex<sup>ca</sup>. percorre todas as enfermarias, e se não encontrou-as com o aceio e limpeza necessárias não é devido ao desmazelo, como disse o informante do o *Pacotilha*, mas sim á grande falta de roupa, utensílios e outros motivos que não são estranhos a V.S<sup>a</sup>. [...] (APEM, Ofício do Mordomo dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 15.10.1884)

As visitas do Presidente da Província e Provedor aos estabelecimentos da Santa Casa de Misericórdia tinha como objetivo averiguar se o trabalho assistencial aos desvalidos estava sendo cumprido e também para apurar o estado dos edifícios, se necessitavam de reformas ou reparos ou até mesmo recursos financeiros. Percebe-se que segundo o ofício, o jornal *Pacotilha* tinha noticiado que o Hospital de Caridade necessitava de asseio ou limpeza, mas de acordo com o mordomo, essas tarefas não teriam sido realizadas não devido a uma questão de desmazelo, mas sim por causa da falta de roupas e utensílios para a higienização do espaço.

Parece que S. Ex<sup>ca</sup> não devia ficar muito satisfeito com o actual estado do hospital, em vista de outros que tem visto, porem que culpa teem os empregados com a falta de recursos com que lucha a Santa Casa? / Quanto as enfermarias desarranjadas, sujas; os leitos desarrumados, com roupa mal limpa, é enexacto, pois n'esse dia se havia mudado a roupa e lençóes. E quanto á empregados passeando, não há quem acredite, que tendo chegado neste estabelecimento o seu primeiro representante [...] / Este almoxarifado, não só pelo seu dever, como também pelas recommendações feitas por V.S<sup>a</sup> procura sempre bem desempenhar todas as ordens que lhe são dadas, porem só pode dispor dos meios ao seu alcance (APEM, Ofício do Mordomo dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 15.10.1884).

De acordo com o regulamento do Hospital de Caridade de 1863, dever-se-ia pela manhã cedo arejar as enfermarias e varrê-las duas vezes ao dia, uma depois da visita médica e outra após o jantar. Os lençóis deveriam ser trocados uma vez por semana e a roupa dos enfermos a cada cinco dias (COE, 2013, p. 130). Segundo o ofício enviado ao Provedor, não era verdade a afirmação de que as roupas e lençóis do Hospital estavam sujos, pois eles haviam sido trocados no dia da visita. Também não era considerado verdadeiro o fato de haver funcionários em ócio

no horário de expediente, o único que havia saído do hospital seria por necessidade, porque iria pernoitar no trabalho e precisaria jantar.

Existiram outros casos, como a publicação da notícia da morte de um indígena, que segundo o *Pacotilha*, havia falecido sem assistência e com as orelhas roídas por formigas, demonstrando que a Santa Casa não estava cumprindo com sua função de caridade.

No hospital da Misericórdia faleceu, hontem, o índio José Brasileiro de Sousa, pertencente a directoria parcial – Alpercatas – na Barra do Corda. / Era capitão da tribo e viera ultimamente para esta capital, onde chegando, foi recolhido ao hospital. / Informamo-nos hoje o cadaver do pobre foi encontrado hoje de manhã coberto de formigas, que começavam a roer-lhe uma das orelhas. (*Pacotilha*, 17.11.1884, nº 293, p. 3).

Após alguns dias o mordomo do Hospital escreve um ofício, o qual foi enviado ao Provedor e Presidente da Provincia relatando o que havia ocorrido no dia da morte do indígena.

Tendo o jornal *Pacotilha* anunciado que fôra tratado com deleixo, no hospital de caridade, o índio que ali falleceu de nome Jose Brasileiro de Sousa, á ponto das formigas lhe haver roído as orelhas, ordenei immediatamente ao almoxarife respectivo que informasse á respeito o que fosse verdade; [...] / Não tenho por costume innocentar os empregados meus subordinados, ao contrario, sempre que incorrem em falhas de natureza grave, eu os castigo com as penas do regulamento do hospital; porem o facto de aparecerem algumas formigas, no leito de um doente que fallecera á noite, sem que se podesse exitar, por qualquer circumstancia, parece-me que não merecia tanta exageração da parte daquele jornal (APEM, Ofício do Mordomo dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 19.11.1884).

De acordo com o ofício enviado pelo mordomo do Hospital ao Presidente da Província e Provedor da Santa Casa a notícia publicada no jornal era uma exageração, pois haviam aparecido apenas “algumas” formigas, não sendo o paciente tratado com desprezo a ponto de suas orelhas serem roídas. Em outro ofício elaborado no mesmo dia, o jornal *Pacotilha*, é considerado como “*inimigo gratuito*” da Santa Casa de Misericórdia.

[...] Informando-me de ambos os enfermeiros, logo que vi essas acusações no jornal *Pacotilha*, soube que taes formigas erão de numero tão diminuto que só inimigos gratuitos deste hospital poderião engendrar uma calunia de semelhante natureza, e que só ellas poderião inter a cama do doente atraídas por qualquer fraguimento de comida ou de assucar que óras antes acontecesse ficar ali [...] (APEM, Ofício do Mordomo dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 19.11.1884).

Segundo o almoxarife do Hospital – após ele ter averiguado com os enfermeiros que estavam trabalhando no dia da morte do indígena – o número de formigas era diminuto, elas poderiam ter aparecido no leito do paciente devido a restos de comida ou açúcar e que somente algum inimigo gratuito da Santa Casa poderia ter criado essa calúnia. Logo após a apresentação desse ofício, o jornal *Pacotilha* emite uma nota no número 296, do dia 20 de novembro de 1884.

O Diario do Maranhão de hontem publicou, no seu noticiario, o officio dirigido pelo Sr. Luis de A. Vieira Escorcio, almoxarife do hospital da Santa Casa da Misericordia, ao respectivo mordomo sr. Manoel Duarte Godinho, informando sobre a noticia que demos de haver sido encontrado o cadaver do índio José Brasileiro de Sousa, coberto de formigas e com uma das orelhas roída pelos referidos insectos. / Segundo a opinião do sr. almoxarife: *só inimigos gratuitos do hospital poderiam engendrar uma calumnia de semelhante natureza e que ninguem poderá attribuir a abando ou relaxamento o estado em que foi encontrado o cadaver, como parece que pretendemos fazer exagerado o facto. / [...] se valesse a pena gastar o nosso tempo em deffender-nos das **injustiças que diariamente nos fazem aquelles que não podem sofrer que passemos para o domínio publico os factos desagradáveis e que exigem que a imprensa se limite a relatar somente as boas acções dos funcionários e as honrarias dos particulares.** (A morte do índio José Brasileiro de Sousa. *Pacotilha*, 20.11.1884, nº 296, p.3, *grifos nosso*)*

Podemos considerar que a partir do momento que a Santa Casa passava pelo momento de crise financeira e administrativa foi comum que a imprensa noticiasse sua opinião acerca do que se sucedia. De acordo com o jornal *Pacotilha*, a Misericórdia não concordava que a imprensa relatasse o que de fato ocorria em seus estabelecimentos, obrigando-a a noticiar apenas os bons feitos da Irmandade.

Essas desavenças que ocorriam entre a Santa Casa e a imprensa nos permite entender as alianças que ela possuía e que apesar dela se utilizar dos jornais ao seu favor para pedir auxílio, relatar o estado pelo qual passava e expor os trabalhos caritativos que haviam sido realizados, havia também outra versão da imprensa, a qual não estava totalmente ao seu favor e que noticiava o que se passava com a Misericórdia.

Dessa forma, devemos analisar minuciosamente o discurso presente na imprensa, pois “a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 8). Dependendo do sujeito, o discurso pode assumir formas penetráveis e abertas ou restritas, que implicarão em sua análise, assim o historiador precisa ter o entendimento dos mecanismos utilizados para saber a ideia e o objetivo que cada discurso pretende alcançar.

Uma forma de sobressair desse momento de crise econômica era vender ou alugar os imóveis localizados em pontos estratégicos da cidade, esse era o meio pelo qual a Santa Casa se utilizava para balancear o déficit existente em seu cofre. Além de casas, havia também terrenos em diferentes localidades da província doados pelos benfeitores que foram postos à venda, muitas dessas vendas ou aluguéis eram anunciadas nos periódicos. Houveram também concertos vocais e instrumentais, além de bailes promovidos pela instituição com o objetivo de arrecadação de fundos (PINHEIRO, 2020, p. 31).

Também devemos levar em consideração que o discurso da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão estar em crise, pode ter sido um artifício pelo qual ela poderia adquirir fundos do Tesouro Provincial e novos benfeitores que pudessem fazer doações à instituição, sem necessariamente estar em uma crise econômica. Essa é uma hipótese que pode ser analisada nos novos trabalhos sobre a Santa Casa.

Vale ressaltar que por mais que as Misericórdias defendessem o ideário cristão de assistência aos desvalidos, ela era uma instituição elitista em que apenas uma pequena parcela da população poderia fazer parte dos seus cargos administrativos. A estratificação social era aceita, sendo um dos reflexos da sociedade do período oitocentista, na qual o poder estava nas mãos de homens brancos e de elite. Em contrapartida, os escravizados eram sepultados em áreas diferentes do restante da população e o seu enterro seria feito apenas mediante o pagamento por parte de seus “senhores”.

A Irmandade possuía o discurso de caridade e de assistência aos desvalidos, mas quem teria acesso aos seus serviços hospitalares e de sepultamento eram somente as pessoas que pudessem pagar por eles. No que se refere aos benfeitores, só era lembrado ou destacado aquele que possuísse o maior número ou valor de doações. Percebemos assim, uma diferença entre o discurso assistencialista feito pela Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e o que realmente era feito na prática.

Dessa forma, tentamos traçar a trajetória da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão que como vimos era uma instituição de grande poder e notoriedade, que recebia legados com quantias expressivas para seguir com a sua obra de caridade na província do Maranhão. Assim, tornou-se proprietária de vários bens e estabelecimentos, os quais teve de administrar e zelar, mas nem sempre isso ocorria. Ao longo do século XIX a Misericórdia viu-se em um estado de decadência devido a sua má gerência, influenciando assim na inferiorização dos trabalhos assistenciais e no estado de seus edifícios.

## 2. ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA EM SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX

*E quanto mais controlam os oprimidos, mais os transformam em “coisa”, em algo que é como se fosse inanimado. [...] Os oprimidos como objetos, como quase “coisas”, não tem finalidades. As suas são as finalidades que lhes prescrevem os opressores (FREIRE, 2021, p. 65).*

### 2.1. DA INOCÊNCIA À PERVERSÃO: a infância perigosa e em perigo

A História das Crianças é algo que vem se construindo a passos lentos, a infância permaneceu marginalizada e silenciada por muito tempo na História, essa invisibilização é presente nas fontes históricas, em que a maioria delas se referem a assuntos políticos e econômicos. Pouco interessava as autoridades locais o registro dos modos de viver da população infantil. Esse comportamento está relacionado com a associação da infância a um período de pouca relevância e personalidade, considerada como uma fase de transição e de esperança.

Com a renovação historiográfica nos cursos de pós-graduação nos anos 1970, diversos estudos surgiram, podendo trazer novas perspectivas de pesquisa e também a possibilidade de as crianças serem objeto de estudo. Havendo dessa forma, um rompimento da História com uma investigação tradicional, institucional e política, para o início de uma abordagem de temas e problemas referentes à História Social.

Segundo Mary del Priore (2018, p. 9) a História da Criança no Brasil é marcada por uma ambiguidade em que o mundo que a criança deveria “ter” ou “ser” é bem distinto daquele que ela convive ou chega a sobreviver. As crianças eram orientadas ao trabalho exaustivo, a um ensino que variava de acordo com o gênero e o poder aquisitivo. Além disso, elas estavam submetidas a um constante adestramento físico e moral, sobrando pouco espaço para o lazer.

No percurso da história a infância esteve invisibilizada. O historiador Philippe Ariès (2021, p. 16) destaca que a arte medieval desconheceu a infância ou tentou não representá-la. Ela era considerada como um período de transição que logo seria ultrapassado e que suas lembranças seriam esquecidas. A representação das crianças na arte era como se elas fossem

pessoas adultas, mas em uma escala menor. Isso não significa dizer que a infância ou a criança estavam ausentes na Idade Média, mas sim, que não havia um modelo de retrato da criança, tal como ela era ou como ela parecia ser em determinado momento de sua vida. A vida era relativamente igual para todas as idades, não havia muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados.

Antes do período Moderno a consciência social não admitia a existência autônoma da categoria “infância”, a criança logo que passava da fase de “dependência” era incorporada ao mundo dos adultos. Podemos perceber essa inserção repentina das crianças no mundo dos adultos no que diz respeito ao vestuário, por exemplo, em que os modelos das roupas não possuíam uma variação significativa entre a fase infantil e a adulta (ARIÈS, 2021, p. 38).

Até o século XVIII a adolescência era confundida com a infância. Na língua francesa, por exemplo, não existiam termos que distinguíssem essas duas fases, conhecia-se apenas a palavra *enfant* (criança). Existia uma ambiguidade entre a infância e a adolescência, que representavam uma única fase de vida. Não existia na época a ideia de adolescência e essa percepção demoraria a se formar. A partir da ascensão da burguesia a palavra “infância” adquiriu seu sentido moderno, o qual é utilizado até hoje: o de dependência. Ou seja, a saída de uma pessoa da infância se dava no momento em que a criança possuísse uma certa autonomia ou quando já não seria necessário a proteção de um adulto (ARIÈS, 2021, p. 14).

Com a ratificação e descoberta humanista da especificidade da infância e da adolescência no século XIX, podemos encontrar nas fontes do período como cartas, diários e certidões de batizado, os termos “meúdos”, “ingênuos” e “enfants” referentes às crianças. Os termos “criança”, “adolescente” e “menino” já apareciam nos dicionários da década de 1830. A palavra “menina” de início era considerada um tratamento carinhoso, mais tarde passou a ser designado à criança do sexo feminino (MAUAD. In: DEL PRIORE, 2018, 140).

Criança, neste momento, é a cria da mulher, da mesma forma que os animais e plantas também possuem as suas crianças. Tal significado provém da associação da criança ao ato de criação, onde criar significa amamentar, ou, como as plantas não amamentam, alimentar com sua própria seiva. Somente com a utilização generalizada do termo pelo senso comum, já nas primeiras décadas do século XIX, que os dicionários assumiram o uso reservado da palavra “criança” para a espécie humana (MAUAD. In: DEL PRIORE, 2018, 140).

O cotidiano infantojuvenil do período oitocentista era definido de acordo com os interesses dos adultos que ordenavam os procedimentos, comportamentos e práticas aceitas e válidas socialmente. “Diferentes discursos produzidos pelo universo adulto enquadraram a criança e o adolescente, determinando os espaços que eles poderiam frequentar e estabelecendo os princípios e conceitos norteadores do seu crescimento e educação” (MAUAD. In: DEL PRIORE, 2018, 140).

A definição de infância no período oitocentista estava interligada a capacidade física e intelectual. De acordo com a mentalidade do século XIX a infância era a primeira idade da vida, caracterizava-se pela ausência ou imperfeição da fala, esse período ia desde o nascimento até os três anos. Logo, iniciava-se a fase puerícia que correspondia a idade de três ou quatro anos até os dez ou doze anos. Esses dois períodos estavam relacionados à fala, dentição, atributos físicos, caracteres secundários femininos e masculinos, tamanho, entre outras características (MAUAD. In: DEL PRIORE, 2018, 141).

O período de desenvolvimento intelectual da criança era denominado *menice*, cujo significado relacionava-se às ações próprias do menino, ou ainda, à falta de juízo numa pessoa adulta. É neste jogo, de termos e significados, que se entrevê um conjunto de princípios e preceitos que nortearam as representações simbólicas e os cuidados em relação às crianças e aos adolescentes na sociedade oitocentista (MAUAD. In: DEL PRIORE, 2018, 141).

Apesar do conceito de infância está associado à fragilidade, à doçura e inocência, vale destacar que essas representações se aplicavam às crianças de uma classe social mais elevada, porque as crianças pobres eram vistas como mão de obra barata e as escravizadas eram consideradas mercadorias. Vários anúncios eram publicados nos jornais do período oitocentista em que o trabalho da criança era vendido ou alugado.

Manoel Francisco Viana Pires, residente na villa do Paço, precisa alugar um moleque de 14 a 15 annos. O pagamento do aluguel fica á vontade do senhor do escravo. O annunciante, além de pagar o aluguel, obriga-se a ensinar ao moleque o officio de padeiro. Quem tiver para alugar pode entender-se em casa do capitão Antonio Raimundo Mendes, rua da Paz (Annuncio. *O Paiz*. 27.10.1878, nº 245, p. 3).

Na rua de Nazareth, n. 27, aluga-se um moleque morigerado, tem alguma pratica de cosinha e de serviço domestico (Moleque. *O Paiz*. 27.07.1877, nº 169, p. 4).

COMPRA-SE um sitio no Cutim ou no Anil e aluga-se um moleque de 12 a 16 annos com condição de ensinar-se o officio de Caldeireiro. Tambem recebe-se um ou dois discipulos a tratar no largo do Quartel n. 12 com Antonio dos Santos Villança (Compra-se. *Diario do Maranhão*. 14.01.1874, nº 135, p. 4).

Percebe-se que as crianças não possuíam poder de decisão sob seus corpos, eram separadas de seus pais e desde cedo eram obrigadas a trabalharem forçadamente no serviço que lhes era destinado, sob pena de castigo e punições. Como percebemos nos anúncios, as crianças escravizadas normalmente estavam sujeitas ao trabalho doméstico que variava de funções segundo o sexo.

Podemos notar o uso do termo “moleque” nos anúncios acima citados, que durante o século XIX era compreendido como um tratamento preconceituoso ou pejorativo destinado às crianças negras escravizadas: [...] “moleque”, que significa negrinho, passou a ser individuo sem palavra ou gravidade, canalha, patife, velhaco, ou apenas menino de pouca idade, ou ainda escravo jovem recém-chegado da África” (LEITE. In: FREITAS, 2016, p. 37). O termo possuía um sentido pejorativo que no período da escravidão referir-se a uma pessoa branca como “moleque” era considerado uma ofensa.

Em meio às grandes transformações econômicas, políticas e sociais do século XIX, o conceito de infância adquire novas nuances e uma dimensão social. A criança deixa de ser um assunto privado, objeto de interesse da família e igreja e passa a ser alvo da administração do Estado.

O interesse pela infância nitidamente mais aguçado e de natureza diversa daquela observada nos séculos anteriores deve ser entendido como reflexo dos contornos das novas ideias. A criança deixa de ocupar uma posição secundária e mesmo desimportante na família e na sociedade e passa a ser percebida como valioso patrimônio de uma ação; como “chave para o futuro”, um ser em formação – “dócil e moldável” – que tanto pode ser transformado em “homem de bem” (elemento útil para o progresso da nação) ou num “degenerado” (um vicioso inútil a pesar nos cofres públicos) (RIZZINI, 2011, p. 24).

Entendia-se que era necessário zelar pelas crianças pelo bem da ordem e “paz social”, esse era um ato de humanidade que independia da religião, das relações privadas da família e de caridade. De acordo com os ideais evolucionistas e positivistas que objetivavam a regeneração da raça humana, devia-se vigiar a infância para evitar o seu desvio. Acreditava-se que o homem poderia manipular seu destino e assim influenciar em resultados negativos no

futuro da humanidade (RIZZINI, 2011, p. 24). Também era preciso combater o abandono das crianças, o qual resultaria em consequências indesejáveis à sociedade como a vadiagem e a mendicância, entre outros comportamentos considerados viciosos que acarretariam em atos criminosos e de descontrole social.

O higienismo e as concepções sanitaristas buscaram atuar no combate às doenças e a desordem, moralizando a sociedade, principalmente as camadas menos abastadas que eram consideradas como um problema da ordem moral e social. Dessa forma, era dever do poder governamental garantir paz e saúde ao corpo social.

A criança representava uma ameaça nunca antes descrita com tanta clareza. Põe-se em dúvida a sua inocência. Descubrem-se na alma infantil elementos de crueldade e perversão. Ela passa a ser representada como delinquente e deve ser afastada do caminho que conduz à criminalidade, das “escolas do crime”, dos ambientes viciosos, sobretudo as ruas [...] (RIZZINI, 2011, p. 26).

Vejamos como as crianças consideradas criminosas e viciosas eram representadas nos jornais maranhenses do século XIX. Iniciaremos com um caso de furto noticiado no jornal *O Paiz* (1878).

**Compras de furtos.** – São muitas as queixas que temos tido sobre a compra de furtos por parte de pessoas sem consciencia. / Ha dias um moleque, tendo furtado de um estabelecimento da praça do Commercio algumas latas de manteiga, foi vendel-as a uma quitanda, sendo restituídas ao dono depois que este se reclamou. / O mesmo moleque ainda vendeu outros artigos a pretas vendedeiras que se assentão sob as arcadas do edificio da Companhia Confiança. / Tanto a aqueles como a estas, recommendamos à vigilancia da policia (Compra de furtos. *O Paiz*. 20.08.1878, nº 187, p.3).

Notamos que a criança responsável pelo furto é denominada “moleque”, como destacado anteriormente, era um termo utilizado a meninos negros infratores e também para designar a infância pobre. A criança infratora era considerada um perigo à sociedade, assim como as mulheres negras que compraram o produto, por isso deviam ser mantidos sob vigilância policial.

O roubo, o furto, a prostituição e a mendicância tornaram-se instrumentos pelos quais as crianças proviam a própria sobrevivência e a de seus familiares. Elas transitavam entre atividades lícitas e ilícitas, servindo de mão de obra em pequenos serviços e na falta deles, entregavam-se à prática de pequenos furtos e roubos, acobertando-se no intenso fluxo de transeuntes nas calçadas das cidades (SANTOS. In: DEL PRIORE, 2018, p. 219).

No exemplo abaixo analisaremos a notícia de outro caso de furto a uma mulher negra que possivelmente era liberta.

Hontem alguns moleques que se reuñem na rua de Santo Antônio todas às noites forão à casa de uma preta velha de nome Raymunda, moradora da mesma rua, e roubarão-lhe um taboleiro de peixe que tinha à venda. / Depois de muito praguejar, apenas conseguiu obter a entrega do taboleiro. / O peixe e o dinheiro forão-se (*Gazeta de Notícias*, 25.08.1883, nº 124, p. 3).

De acordo com a notícia, a reunião de crianças consideradas “moleques” deveria ser combatida para que não houvesse a ação de atos considerados imorais ou roubos como o que ocorreu no caso citado acima. Podemos analisar que a maioria dos casos de roubo estavam relacionados à falta de alimentação ou à sobrevivência desses pequenos infratores.

A “vadiagem infantil” aparecia como problema social, perturbando o sossego das famílias e ameaçando a estabilidade da ordem pública, entendia-se que era necessário garantir a paz e a saúde do corpo social e que isso era uma obrigação do Estado. Por esse motivo, viu-se a necessidade da criação de mecanismos repressivos para o controle da imoralidade e dos crimes ocasionados pelas crianças como podemos analisar abaixo (SANTOS. In: DEL PRIORE, 2018, p. 220).

Hontem, cerca de 11 horas da noite, foi preso na rua do Passeio, o menor, Alfredo Seraphim da Silva, quando innocentemente se retirava do quintal de uma casa, trazendo em sua companhia alguns gallinaceos.

Brinquedo de Criança.

A policia, porém zangou-se com o tal Alfredo, e, a esta hora está elle de praça sentada na Companhia de Aprendizes Marinheiros (Secção Telegraphica, *O Globo*, 10.09.1889, nº 3, p. 3).

Destacamos o uso do termo “menor” na notícia do jornal. A infância no século XIX é vista sob uma perspectiva de ambiguidade. De um lado estava a “criança” mantida sob os cuidados da família, para a qual estava destinada a cidadania. Do outro existia o “menor”, alvo da vigilância policial, objeto de leis, medidas educativas e repressivas (RIZZINI, 2011, p. 29). A educação destinada a essas crianças tratava de moldá-las para a submissão. A criança pobre não era considerada como futuro da Nação, mas sim àquelas provindas de uma família com poder aquisitivo.

Em discurso caracterizado pela dualidade – ora em defesa da criança, ora em defesa da sociedade – estabelecem-se os objetivos para as funções acima: de prevenção (vigiar a criança, evitando a sua degradação, que contribuiria para a degeneração da sociedade); de educação (educar o pobre, moldando-o ao hábito do trabalho e treinando-o para que observe as regras do “bem-viver”); de recuperação (reeducar ou reabilitar o menor, percebido como “vicioso”, através do trabalho e da instrução, retirando-o das garras da criminalidade e tornando-o útil à sociedade); de repressão (conter o menor delinquente, impedindo que cause outros danos e visando a sua reabilitação, pelo trabalho) (RIZZINI, 2011, p. 26).

Outro discurso presente no século XIX era de proteção à infância. Ela é interpretada nos documentos da época ora como sendo perigosa, ora como estando em perigo. Analisaremos a partir das fontes de imprensa alguns casos ocorridos na sociedade maranhense de atos considerados criminosos, abusivos e exploratórios que agiam contra a integridade das crianças.

Consta-nos que um sapateiro de nome Zacharias, morador à rua Formosa, hontem à noite dera uma surra em uma creança e que esta amanhecera morta. / Consta-nos mais que o inspector do quarteirão, levava o facto ao conhecimento do Sr. subdelegado desse districto; mas até a hora em que escrevemos providencia alguma se havia tomado” (*Gazeta de Notícias*, 25.08.1883, nº 124, p. 30).

Este caso é uma exemplificação dos maus-tratos que as crianças eram submetidas, visto que não havia leis que as protegessem de tais violações e o ato de castigá-las era considerado uma prática que as disciplinaria, costume que era enraizado na sociedade oitocentista. Porém, os castigos que fossem prejudiciais à saúde física e a integridade da criança eram vistos como crueldade ou judiação, por isso eram noticiados nos jornais e denunciados à polícia como nesta notícia abaixo.

Informão-nos que no becco das Larangeiras todos os dias é espancada desapiadamente uma criança. / Este facto foi-nos contado por pessoa, que morando distante mais de cem braças, ouve em sua casa os gritos da criança. Hontem o castigo foi tão grande que por ultimo a creança não podia mais gritar. / O nosso informante levou este facto ao conhecimento do Sr. delegado de policia que zelozo como é, não deixarão de tomar as providencias que o caso exige (*Gazeta de Notícias*. 10.08.1883, nº 116, p. 3).

Desde o período colonial os castigos eram considerados como uma forma de educar as crianças e esse costume era presente em vários espaços da sociedade. Vícios e pecados, mesmo que cometidos pelas crianças deviam ser combatidos com açoites e castigos, segundo os costumes do período. Essa atitude era interpretada como um ato de amor e correção, pois o

“mimo” faria mal aos filhos. Porém, como vimos acima os castigos físicos em muitos casos se excediam causando transtornos às crianças (DEL PRIORE, 2018, p. 97).

Abaixo podemos analisar a denúncia noticiada no jornal *O Estandarte* (1854) do abuso do poder da polícia contra um grupo de crianças que brincavam no interior de uma igreja.

[...] Consistio o *ataque*, na prisão de - cinquenta e tantas crianças, - sendo as mais velhas de 12 a 13 annos, por ordem do dr. chefe da policia, e por pedidos do armador da igreja. O *mal* que essas crianças fazião, era o brinquedo que tinhão dentro do quintal da igreja em um cavallo de pao, e com licença da irmandade. / Ao passo que a policia civil e militar maltrata crianças por causa de innocentes brinquedos, e em casas particulares, deixa que criminosos e assassinos vaguem impunemente pelas ruas da cidade [...] (Notícias Diversas. *O Estandarte*. 07.12.1854, nº 104, p. 1 e 2).

Percebe-se que a denúncia se tratava de uma questão pessoal contra o chefe da polícia, o qual não se preocupava com casos que deveriam ser tratados de forma mais atenciosa, como os crimes e assassinatos que ocorriam na cidade. A ação da polícia foi tratada como injusta, como um abuso do poder e de maus-tratos às crianças que brincavam com um inocente brinquedo no quintal da igreja.

As crianças e jovens eram severamente punidos antes do Código Criminal de 1830, elas não possuíam distinção em relação aos adultos. Considerava-se na lei de 1830 o estabelecimento da responsabilidade penal para os maiores de 14 anos. Já os menores de 14 anos deveriam ser recolhidos em Casas de Correção de acordo com o tempo determinado pelo juiz (RIZZINI. In: RIZZINI; PILOTTI, 2011, p. 100), caso que ocorreu na matéria citada anteriormente.

Por fim, analisaremos um caso de sequestro de crianças denunciado por Quirino Brandão no *Gazetas de Notícias* (1883).

Quando estive o Dr. Damaso José Pereira encarregado de contratar *homens* para os trabalhos da estrada do Mamoré, desapareceram *crianças* desta capital e factos recentes confirmam que algumas dellas segiram com o referido engenheiro, sem que soubessem pai e mãe !!!!!!! / As pestes do lugar disimaram a comissão de engenheiros que se dispersou, morrendo alguns. / Temos, porém, o prazer de vêr o Dr. Damaso restabelecido e feliz, cruzando as nossas ruas. Parabens. / O que é feito e para onde foram as infelizes crianças que a inexperiencia e a cobiça fizeram fugir da família e acompanhar o contratante? / É o que resta saber. / Naturalmente abandonados por lá, ou foram devorados pela peste, ou vagam pelas inhospitas fronteiras do Perú e Bolívia, mendigando, semi-nús, expostos a todos os infortunios, inclusivel a morte, nas mãos dos bárbaros gentios. / E quem é o responsável de tudo isso? / Em nome desses infelizes, invocando os sentimentos paternos, pedindo as autoridades competentes que syndicando o facto, façam restituir à família

esses meninos que lhe-foram desviados. / Maranhão, 16 de agosto de 1883/  
Quirino R. Felicissimo Brandão (Rapto de Crianças. *Gazeta de Notícias*.  
10.08.1883, nº 116, p. 3).

Acreditava-se que o motivo do desaparecimento estava relacionado com a exploração do trabalho das crianças com a finalidade de construir a estrada do Momorê, a qual necessitava de trabalhadores. O cidadão Damasceno José Pereira seria o principal responsável pelo rapto, o qual teria ilusionado e contratado as crianças para o trabalho sem o consentimento dos pais. Como no século XIX não havia leis que protegessem e assegurassem as crianças muitas delas eram exploradas forçadamente em trabalhos exaustivos.

Beatriz Giosa (2010, p. 39) destaca que as crianças pobres sempre trabalharam. As crianças negras e indígenas desde o período da colonização foram incorporadas ao mundo do trabalho. O uso desse tipo de mão de obra proporcionaria custos baixos aos empregadores ou contratantes de seus serviços. O trabalho infantil também foi considerado uma solução para as crianças e jovens abandonados nas ruas e asilos, protegendo-os da ociosidade e distanciando-os da criminalidade. Dessa forma, a infância passou a ser um elemento de exploração propiciando acúmulo de riquezas às pessoas que exerciam poder sobre ela.

Podemos considerar que a infância no século XIX é compreendida em um sentido ambíguo apesar de ela ainda ser sinônimo de inocência e ingenuidade, deveria ser tratada com cuidado, para que não se tornasse um problema social. Assim, as crianças foram alvo do Estado, de estudos médicos e jurídicos que ao mesmo tempo que às criminalizavam, às protegiam. Vejamos a seguir como foi constituída a assistência a essas crianças na Província do Maranhão por meio de políticas assistencialistas e da criação de estabelecimentos.

## 2.2. A CASA DOS EXPOSTOS: o recolhimento de crianças abandonadas

Ao longo da história muitas mulheres viram-se na necessidade de abandonarem seus filhos devido a problemas sociais, econômicos e morais. A história do abandono de crianças possui uma relação com a dor secreta feminina, das mulheres que enfrentavam obstáculos e repressão por tentarem assumir e sustentar seus filhos legítimos ou concebidos fora do casamento (VENÂNCIO. In: DEL PRIORE, 2018, p. 189).

Apesar do abandono ser frequente, muitas localidades não possuíam auxílio regular por parte da municipalidade, a maior parte das crianças eram abandonadas nas soleiras das portas, nas casas, nas ruas, nas igrejas ou em locais que possuíam maior visibilidade. Quem encontrasse essas crianças e estivesse disposto a cuidá-las deveria primeiramente providenciar o batismo e depois solicitar um pedido de ajuda financeira à Câmara (FRANCO, 2014, p. 25).

Longe de ser um exemplo de barbarismo, a exposição ou enjeitamento de recém-nascidos era uma prática bastante corriqueira nas sociedades do antigo regime e se estendeu, em alguns casos – com alterações significativas de sentido –, até o século XX. Tratava-se de um fenômeno complexo em termos de significado: era moralmente condenável, mas tinha o apoio surdo das mais diferentes esferas sociais e foi considerado uma alternativa preferível ao infanticídio. Parte da grande popularidade do abandono pode ser atribuída justamente ao fato de o fenômeno não ser específico de algum grupo social, como era uma prática de todos, manteve o apoio tácito de todos (FRANCO, 2014, p. 26).

O enjeitamento de crianças nas ruas era motivo de escândalo público, pois elas eram deixadas em ruas sujas, frequentemente eram devoradas por cães ou outros animais. Em alguns casos morriam devido a fome, à exposição ao frio ou calor e havia casos como na Bahia, em que as mães abandonavam seus filhos na maré enchente, onde eles morriam afogados (RUSSELL-WOOD, 1981, p. 237-238).

O motivo do abandono também possuía relação com o fato de que as mães precisavam de meios para sobreviver. A falta de recursos e de tempo podia impedir a obtenção desse objetivo, por isso era inviável a criação de seus filhos, podendo ser essa uma das justificativas da prática do enjeitamento. Dessa maneira, as crianças gêmeas, doentes ou portadoras de alguma anomalia foram os principais alvos de abandono.

Devido as Misericórdias terem assumido a responsabilidade de criar e educar as crianças enjeitadas, foi necessário que instalassem em seus estabelecimentos a *Roda dos Expostos*, que era um dispositivo cilíndrico de madeira com uma abertura onde a pessoa depositava a criança

e ao girá-la o bebê estaria dentro da instituição garantindo dessa forma o anonimato da mãe que o abandonava. Geralmente, do lado exterior havia um pequeno sino que ao ser tocado sinalizava que uma criança havia sido abandonada na Roda.

O horário do abandono era ao longo da noite, geralmente depois das sete horas até a alta madrugada, a fim de manter anonimato. [...] É temeroso estabelecer horários mais recorrentes de abandono, uma vez que a criança poderia levar diferentes tempos para ser encontrada, porém de acordo com os horários descritos nas atas de batismo, grande parte do abandono está concentrada no intervalo de sete até por volta da meia-noite (FRANCO, 2014, p. 79).

No período colonial havia apenas três Rodas instaladas no Brasil, as quais foram fundadas no século XVIII, estavam localizadas em Salvador, Recife e Rio de Janeiro. Com o advento da Independência do Brasil várias Misericórdias passaram a instalar em suas dependências a Roda dos Expostos, em meados do século XIX já existiam 12 delas em funcionamento (PINHEIRO, 2020, p. 38).

A Santa Casa de Misericórdia do Maranhão também assistia as crianças enjeitadas da Província. Segundo César Marques (1870, p. 208-209), a Casa dos Expostos foi criada devido a iniciativa do coronel Isidoro Rodrigues Pereira que em 1825 deixou um legado de 2 mil contos de réis para esse fim. No dia 1º de dezembro de 1828 ela foi inaugurada no mandato do Presidente da Província Pedro José da Costa Barros. Na noite do dia 24 de outubro de 1829 entrou a primeira criança. O estabelecimento funcionava na lateral esquerda da Igreja de São Pantaleão com poucas acomodações e em péssimo estado.

De acordo com Marcílio (2006, p. 277), a maioria das Casas dos Expostos não estavam aparelhadas para manter as crianças em regime de internato, por se tratar de um estabelecimento limitado, com poucos e pequenos quartos. Interessava mais às Misericórdias que essas crianças fossem para a casa de famílias ou que seus pais e parentes pudessem retirá-las da instituição para que houvesse diminuição de gastos para a Irmandade. Esses casos ocorriam recorrentemente na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão. Abaixo podemos analisar como eram as condições do estabelecimento em questão.

Esta casa cuja criação foi lembrada em 6 de Agosto de 1826 pelo Presidente Pedro José da Costa Barros, somente pode ser installada em 15 de Junho de 1827 em um dos compartimentos terrosos do hospital de caridade. O recebimento do primeiro exposto teve logar na noite de 1º de Janeiro de 1829, occupando nesse tempo o cargo de Inspector do hospital e da casa da roda o pharmaceutico Manoel Duarte Godinho, já fallecido. / Em 1849, a esforços do humanitário e distincto medico Dr. José da Silva Maya então Inspector do hospital, passou o estabelecimento para o edificio, onde ainda se acha,

contiguo á igreja de S. Pantaleão. [...] / Posto que em excellente local, a casa dos Expostos está em ruínas, e não tem as accomodações necessárias. / São grandes os reparos a fazer, e alli ha precisão, pode-se dizer, de tudo quanto é indispensavel a um instituto de ordem deste. [...]

(Falla com que o Exm. Sr. conselheiro João Capistrano Bandeira de Mello abriu a primeira sessão da 26ª Legislativa da Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão em 12 de Março de 1886: Santa Casa da Misericórdia. *O Paiz*. 03.04.1886, nº 73, p. 1)

De acordo com a fonte, os expostos viviam no hospital e somente em 1849 eles foram transferidos para o estabelecimento que era anexo à Igreja de São Pantaleão. O edifício era bem localizado, porém estava em ruínas necessitando de consertos. Além disso, haviam poucas acomodações para as crianças. O inspetor e médico do hospital da Misericórdia, Dr. José Silva Maya foi o responsável pela transferência dos expostos a outro local. Abaixo podemos analisar seu discurso sobre o trabalho prestado ao Maranhão em seu cargo de Presidente da Provincia, ele destacou seu interesse pela Casa dos Expostos e sua preocupação com as crianças desvalidas.

[...] Á Santa Casa da Misericordia tambem prestei serviços. Fui eu que mandei reconstruir a casa dos expostos. Os infelizes moravão até então nas lojas do pavimento terreo do hospital de caridade, por baixo de sua principal enfermaria, encommodando os doentes pelo choro e algazarra que fazião dia e noite e andavão pelas ruas da cidade quasi nus e descalços. Recolhi-os no edificio reconstruído, místico á Igreja de São Pantaleão e dei-lhes uma boa directora para vigial-os, tratat-os e instruil-os. [...] / Maranhão, 16 de julho de 1876. / Dr. José da Silva Maya. (Transcripção: Ao partido Conservador. *O Telegrapho*. 03.08.1878; nº 109, p. 2-4).

Segundo a fonte, os expostos não possuíam acomodações suficientes e não eram devidamente assistidos, viviam no hospital e compartilhavam o ambiente com os doentes, os quais se sentiam incomodados pelos choros e brincadeiras das crianças. Além disso, elas não possuíam vestimentas e calçados adequados, algumas andavam quase nuas e outras descalças pela cidade. Em seu discurso José Silva Maya se preocupou em demonstrar ao público seu interesse com a infraestrutura do anexo da Igreja de São Pantaleão, mandando ser realizados vários consertos para que os expostos pudessem ter mais comodidade e serem transferidos para o local.

### IMG 1 – Casa dos Expostos (1938)



**Fonte:** Roda da Igreja São Pantaleão. São Luís (MA). Jul/1938. Foto de Luiz Saia. Disponível em: <https://acervocesp.art.br/>

Através da análise de fontes pudemos perceber que o estabelecimento da Casa dos Expostos era mudado de acordo com as necessidades da Santa Casa de Misericórdia em assistir a sociedade ou devido a outros fatores.

Hospital de Caridade. Por achar-se em obra o respectivo edifício, foi o hospital transferido para a casa contígua a igreja de S. Pantaleão e onde estava o asylo dos expostos, que hoje funciona em uma casa particular situada na rua Grande desta cidade (APEM, Relatório com que o Dr. Olimpio Gomes de Castro passou o governo da Provincia do Maranhão ao 2º Vice-Presidente, Conselheiro, José Pereira da Graça, 22.02.1875).

Neste caso houve a necessidade de mudança da Casa dos Expostos a uma casa particular localizada na Rua Grande devido a uma reforma no Hospital da Caridade. No local daquele edifício que se encontrava desocupado foi reinstalada uma enfermaria para a continuação dos atendimentos médicos. Alguns anos depois o estabelecimento ainda se encontrava na Rua Grande, mas não sabemos se ele continuava nesse endereço desde 1875.

Acha-se mudado este estabelecimento para a casa n. 114 á rua Grande, de propriedade de d. Anna Clara de Cruz Pereira, alugada pela quantia de 480\$ annuaes, pagos pela Santa Casa;

Directora – D. Antonia Clara da Cruz Pereira, no estabelecimento.

(Casa dos Expostos. *Almanak do Diario do Maranhão*. 01.01.1879; 2º anno; typ. do Farias. p. 89).

Percebemos que as crianças tinham sido restabelecidas na casa da própria Directora da Casa dos Expostos, a qual tinha alugado sua casa para abrigar os expostos. Passados alguns anos, as fontes nos levam a entender que a Casa dos Expostos havia voltado para o prédio anexo à Igreja de São Pantaleão e que ela necessitava de reformas.

Pedindo a palavra o Snr. mordomo dos expostos Dr. Raimundo Augusto de Sá pediu que, como se havia deliberado em uma das ultimas sessões, fosse elle autorizado a mandar fazer a canalisação d'agua para aquelle estabelecimento, como entendia de toda a conveniencia, bem como a fazer proceder aos concertos de que necessitava o edificio da Roda. Posto em discussão este pedido, resolveo a Mesa administrativa quanto a canalisação d'agua que fosse ella effectuada pela rasão aduzida, e quanto aos concertos do edificio que apresentasse elle o respectivo orçamento para então deliberar-se como fosse mais conveniente (APEM, Acta de Secção de 26 de julho de 1882).

A Casa dos Expostos constantemente possuía necessidades de concertos e reformas, tendo sérias problemáticas em sua estrutura. Eram constantes os requerimentos feitos para que ela fosse consertada: “Um requerimento da directora da Roda requerendo concertos, que considera urgentes, no predio em que estava estabelecido os expostos. Ao Snr, mordomo dos edificios para proceder aos referidos concertos" (APEM, Acta de Secção de 31 de março de 1883).

Em 1885 a Casa dos Expostos foi novamente transferida para uma casa particular para servir de hospital.

A casa da Roda dos expostos foi mudada para uma casa particular alugada pelo governo, afim de estabelecer-se no seu edificio o hospital de S. Sebastião destinado para o tractamento de bexigentos, e tendo-se fechado este hospital logo que a epidemia pareceo extincta, ainda em tempo do antecessor de V. Exc., procedeo-se ao caiamento e limpeza da casa, a qual tambem destinei para servir de hospital dos indivíduos atacados de cholera, na emergencia de aqui desenvolver-se o mal (Relatório com que o vice-presidente, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort entregou a Presidência da Provincia do Maranhão, ao Ilmº e Exmº Sr. Comendador, Antônio Candido da Cruz Machado, em 21/12/1885).

Observa-se que a Casa dos Expostos havia sido transferida a outro local devido a necessidade de restabelecer o Hospital de S. Sebastião que tinha como objetivo atender os bexiguentos, a epidemia havia voltado a atingir a sociedade, assim como a cólera, por isso houve a necessidade da mudança de prédio. Dessa forma, as crianças ficavam à mercê das doenças e epidemias, evidenciando assim, um descaso com a saúde dos expostos.

Já em 1866, é noticiado no jornal *Pacotilha* a necessidade de conserto do muro dos fundos da Casa dos Expostos devido ele oferecer risco de desabamento.

Chamamos a atenção do respectivo Mordomo, do Provedor geral, da Mesa administrativa, finalmente, desta pia e importante corporação para o estado aterrador de ruínas em que se ostenta o muro da Casa dos Expostos pelo lado oriental, em frente á rua do Norte, que ameaça proximo e completo desmoronamento. / Se não fôr reparado antes de entrar a estação invernos, seguir-se-há d'ahi não pequeno prejuízo ao cofre do estabelecimento, e ainda maior aos transeuntes que, no momento menos esperado poderão ser esmagados como pulgas. / Com uma pequena despeza de 50 a 80 rs. ficará tudo remediado; mas esperando-se a completa queda do muro nem com 400\$ terão a obra, que é indispensável, não estrando em linha de conta os males phisicos que houver causado tão innocente descuido (A Santa Casa de Misericordia. *Pacotilha*, 07.01.1886, nº 5, p. 2).

Segundo a notícia o muro dos fundos da Casa dos Expostos estava em ruínas e era melhor ser feito sua reforma antes que ele desmoronasse, porque os gastos seriam menores. O muro também era um risco às pessoas que circulavam próximo a ele e também àquelas que moravam no estabelecimento. Além do próprio edifício, a localização em que ele estava situado era motivo de preocupação.

É possível que os srs. vereadores da camara municipal saibam que há nesta cidade uma rua e que chamam a rua de S. Pantaleão. / O que, porém, não é possível que os mesmos srs. vereadores saibam é o estado em que a dita rua se acha. / Aquilo já não é uma rua – é uma desgraça. / Entretanto si na nossa terra se dêsse attenção ás couzas importantes a rua de S. Pantaleão estaria bem conservada, convenientemente calçada, por que tem qualidades sobejas para ser considerada uma das primeiras ruas da capital. / E veja-se:/ Por ella os prestitos fúnebres demandam o cemiterio da Mizericordia; por ella, evitando bordos externos, se vae ter ao hospital da caridade; bem perto della, na rua da Cotovia, a vinte passos apenas, fica a каза de expostos e ao fundo a enfermaria militar. / Alem disso, a rua de S. Pantaleão é cortada por uma linha de bonde, é muito habitada e toda cheia de casas [...] (*Pacotilha*. 19.12.1883, nº 342, p. 3).

Através dessa informação percebemos que as autoridades não estavam cumprindo com o papel político de zelar pela cidade, como era o caso da Rua de São Pantaleão que se achava em mal estado. A notícia dá importância a esta rua porque nela estava situada a Casa dos Expostos, eram realizados os rituais fúnebres do Cemitério e também por ela passava uma linha de bonde. Era necessário fazer um calçamento, retirar as pedras que estavam soltas e que eram perigosas por serem pontiagudas. Mas as autoridades competentes não assumiam a responsabilidade de consertá-la, causando insatisfação aos moradores. Outra rua que passava pela mesma problemática era a Rua da Cotovia.

Se a rua da Cotovia não estivesse como está, condemnada ad perpetuum rei memorum ao desprezo dos fiscaes e de toda a policia municipal desta heroica Athenas brasileira, patria de João Lisboa, Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Gomes de Souza, nós pediríamos humildemente ao zeloso sr. presidente da camara e aos seus dignos e illustres colegas de corporação, que lançassem suas benignas e paternaes vistas para essa desvalida via de comunicação publica que, especialmente desde o canto da igreja de S. Pantaleão até o sahir á rua do Passeio, se acha n'um estado aterrorador. / Alem de profundos e perigosos covões, as materias fecaes, immundices de toda a especie são taes e tantos, que contrista a espirito ainda o mais alegre e feliz do mundo..., mesmo aos piedosos devotos do divino Espirito Santo, *sobretudo em frente ao estabelecimento de caridade da Santa Casa da Mizericordia, a roda dos expostos.* / Quem te vio e quem te vê hoje! / Coisas deste mundo, e do venturoso progresso da luz electrica! / *Um morto na terra dos vivos* (O mundo marcha. *Pacotilha*. 01.07.1885, nº 150, p. 2).

A Rua da Cotovia estava situada na lateral esquerda da Igreja de São Pantaleão, onde estava localizada a Casa dos Expostos. Segundo a notícia, o local estava em um estado de precariedade possuindo buracos, dejetos e lixo. Era pedido que as autoridades competentes a consertassem, pois era contraditório que a “Athenas Brasileira” símbolo de progresso possuísse uma rua naquele estado, ainda mais por ser próxima de um estabelecimento de caridade.

No que se refere a higienização da Casa dos Expostos, havia uma pessoa contratada e responsável por manter em bom estado os estabelecimentos da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão como podemos analisar a seguir. Em 1880, o diretor dos hospitais da Santa Casa, Manoel Bernardino da Costa era responsável por gerenciar os serviços do Hospital da Caridade, Asilo dos Lázaros e Casas dos Expostos. Ele possuía algumas atribuições:

2º A reformar, sempre que fôr necessario, os utensílios, leitos, roupa e todo o material das enfermarias e hospital, bem como a caiar o edificio internamente de seis em seis mezes, e externamente de doze em doze, a lavar semanalmente, assoalho, portas, batentes e as pinturas a óleo, de modo que o estabelecimento esteja sempre aceiado e em condições de proporcionar aos enfermos accomodações próprias e higienicas. Esta condição de caiação, aceio e

lavagem, estender-se-ha tambem ao hospital de lázaros e casa dos expostos [...] (Noticiario: Santa Casa da Misericordia. *Publicador Maranhense*. 05.02.1880, nº 28, p. 2).

Dessa forma, era responsabilidade da pessoa contratada encarregar-se de manter os estabelecimentos da Santa Casa em boas condições, incluindo reformas, ampliações e higienização dos edifícios, mas pelo o que podemos analisar nem sempre essas condições foram cumpridas.

Visita presidencial. – Dizem-nos que exc, o sr. presidente visitou hoje a caza dos Expostos e não sahio de lá satisfeito por não encontrar ali o asseio e ordem que devem existir em taes casa (Noticiario: Visita Presidencial. *Diario do Maranhão*. 18.10.1884, nº 3347, p. 2).

Eram comuns as visitas do Presidente da Província e Provedor da Santa Casa aos estabelecimentos pertencentes à Misericórdia. Ele inspecionava todo o estabelecimento para que pudesse ser averiguado se as ordens e os compromissos da Irmandade estavam sendo cumpridos, assim como saber se o estabelecimento necessitava de concertos ou ampliações. Segundo a fonte acima, o Presidente da Província não havia saído satisfeito com o que viu em sua visita à Casa dos Expostos, sendo um indicativo de que a limpeza no local não estava sendo feita com regularidade.

As visitas do Presidente da Província demonstram o exercício de controle do Estado, o qual se estendia até a Santa Casa de Misericórdia. Caracterizado como um poder que fiscalizava, registrava suas impressões, exigia informações sobre o funcionamento da Casa dos Expostos, assim como o mapa do quantitativo de enjeitados a cargo da Misericórdia e os que eram entregues às amas de leite, além dos gastos com funcionários, alimentação, medicação e vestuário (SANTANA, 2008, p.24).

Sobre os funcionários da Casa dos Expostos que estavam em constante contato com as crianças enjeitadas temos a relação dos seguintes encargos e o respectivo salário:

## Casa dos expostos

Directora.....	800\$000
2 Serventes a 500 reis diarios cada um.....	365\$000
Amas externas.....	1:000\$000
	2:165\$000

[...]

Excluindo as despeza com serventes dos expostos, e o lugar de cobrador e andador, entendem os abaixo assignados que o serviço domestico e economico da casa deve ser desempenhado pelos mesmos expostos alternadamente: e que se poderá arbitrar para o tesoureiro uma porcentagem não excedente de 2% do que for effectivamente cobrado por si ou pessoas de sua confiança e sob sua responsabilidade, devendo a mesma porcentagem ser incluída no orçamento em § distincto (Publicações Geraes – Santa Casa da Misericordia. *O Paiz*. 11.01.1880, nº 8, p. 1 – 2).

Nota-se que a Casa dos Expostos constava com o trabalho de uma Diretora, dois serventes responsáveis pela limpeza e organização do estabelecimento e as amas de leite que amamentavam as crianças. Em um momento de crise econômica e de cortes de gastos foi sugerido que os próprios expostos se responsabilizassem pela higienização do estabelecimento ao invés de serventes contratados, proporcionando dessa forma economia à instituição.

O Compromisso da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão de 1847 estabelecia que a Diretora da Casa dos Expostos tinha como trabalho educar os expostos como seus filhos com os ensinamentos da religião católica. Ela deveria residir no estabelecimento para administra-lo de melhor forma, assim como acompanhar a educação dos expostos. Quando alguma criança era enjeitada ela tinha o papel de fazer um registro detalhado da identificação do exposto, além do horário, dia e outras informações sobre o abandono. A Diretora também deveria acompanhar as crianças no período de criação que estavam aos cuidados das amas de leite (Da Directora da Casa da Roda. *O Progresso*. 18.08.1847; nº 162, p. 3).

O gerenciamento da Casa do Expostos por uma mulher, a qual era subordinada ao Mordomo e ao Provedor/Presidente da Província estava de acordo com o pensamento vigente do século XIX de que cuidar das crianças era tarefa feminina, sendo assim, essa atitude é considerada como uma extensão de seu instinto maternal, por esse motivo era pedido a ela que cuidasse e educasse os expostos como se fossem seus filhos (SANTANA, 2008, p. 84).

A Diretora possuía grande admiração e respeito na sociedade como se observa na notícia dada pelo jornal *Pacotilha* (1889) da morte de D. Olívia da Costa.

Victima de um atraz falleceu hoje nesta cidade a d. Olivia da Costa, directora do estabelecimento dos expostos da Santa Casa da Misericordia cargo que exercia ha annos. / Na árdua e espinhosa missão de educação das crianças, por muitas vezes lhes eram confiadas logo depois nascidas, foi a finada de uma dedicação inexcedível, dispensando-lhes o amor e o carinho que não haviam encontrado no coração de suas verdadeiras mães. / Nossos pêsames a sua família. / Pede-nos a mesa administrativa da Santa Casa de Misericordia para em seu nome convidar a todos os seus membros para acompanharem o seu enterro amanhã, ás sete horas do dia. O feretro sahirá da igreja de S. Pantaleão (*Pacotilha*. 04.03.1889, nº 56, p. 3).

A Diretora trabalhava há anos na Casa dos Expostos sendo a principal pessoa responsável pela educação das crianças. Analisa-se que ela exercia a função de mãe das crianças, dando a elas amor e carinho, as quais não encontraram no “coração de suas verdadeiras mães”. Dessa forma, a imprensa exaltava seu papel de mulher caridosa e bondosa, o qual também foi atribuído a sua irmã.

Tendo fallecido d. Olivia Rosa, digna directora que foi da casa dos expostos, e havendo-lhe servido sempre de auxiliar nesse difficil encargo sua não menos digna irmã d. Fabriciana Rosa, que muito distingue pelas virtudes, dedicação ao trabalho e outras prendas de que é dotada, é da mais incontestavel justiça que para aquelle lugar seja nomeada a mesma d. Fabriciana Rosa que, por outro lado, torna-se credora dessa graça, em consequencia da falta absoluta de recursos em que vive. /A verdade (Acto de Justiça. *A Pacotilha*. 08.03.1889, nº 60, p. 3).

Analisa-se que para o encargo de Diretora, a pessoa nomeada deveria possuir virtudes, dedicação ao seu trabalho, entre outras prendas que foram percebidas em D. Francisca Rosa, irmã da falecida D. Olívia da Costa, por esse motivo ela era indicada a esse cargo. O papel de Diretora era marcante, por ela servir ao próximo, por exercer o papel de mãe altruísta, dedicada e zelosa com as crianças. Dessa forma, ela servia como modelo às demais pessoas ao seu redor devido seus atributos morais (SANTANA, 2008, p. 84).

Como analisamos no capítulo anterior, em 1887 a Irmandade das Filhas de Sant’Ana chegou ao Maranhão para administrar os trabalhos do Hospital e da Casa dos Expostos. Mas pelo o que podemos analisar elas tiveram maior atuação no último estabelecimento a partir do século XX. A Irmandade deu continuidade ao trabalho assistencial iniciado pela Santa Casa, colaborando com a criação e educação dos expostos. Ela faz parte de um...

[...] movimento ocorrido em esfera nacional que se intensificou no fim do século XIX, quando novas congregações, principalmente femininas, se formavam no Brasil, e se dedicaram a missão de educar as crianças prezando pela ordem e a moral e impregnação de valores e comportamentos na infância que seria o futuro da sociedade (SILVA et al., 2019, p. 219).

Sendo assim, as Filhas de Sant'Ana substituíram o encargo de Diretora que existia na Casa dos Expostos e foram responsáveis pela administração do estabelecimento, educação e criação dos expostos.

É importante ressaltar que todos os funcionários da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão estavam subordinados à Mesa administrativa, a qual era composta pelo Provedor e os irmãos. As decisões e sugestões referente a Casa dos Expostos deveriam passar por eles, as quais sempre eram debatidas em reuniões. O destino das crianças era decidido pelo Provedor que também era o Presidente da Província. Após a fundação da Casa dos Expostos, foram criados outros estabelecimentos com o objetivo de assistir as crianças desvalidas do Maranhão.

### **2.3. A CASA DOS EDUCANDOS ARTÍFICIES: a assistência aos meninos desvalidos**

Durante o século XIX houve a preocupação do Governo Provincial do Maranhão em assistir a infância desvalida, a qual estava sujeita aos perigos da prostituição, criminalidade e miséria. Desde antes da Balaiada (1838-1841), revolta popular que eclodiu no interior do Maranhão, a província passava por um estado de crise economia, política e social. Vale destacar que considerada parte da população nesse período se encontrava desassistida pelos poderes políticos.

Dessa forma, muitas famílias migraram à capital com o objetivo de fugir do conflito, mas acabavam não encontrado um meio de subsistência devido a diminuição da economia e paralisação da indústria agrícola. Esse contexto de crise culminou no aumento de doenças, na falta de moradia, carência de alimentos, além do elevado nível de insalubridade que São Luís possuía. Muitas pessoas passaram a vagar pelas ruas em busca de assistência ou alimentação. Os estabelecimentos caritativos como a Santa Casa de Misericórdia atendiam esses desvalidos, que cada vez mais recorriam aos seus serviços (CASTRO; CASTELLANOS, 2021, p. 3).

Conseqüentemente, muitas crianças passaram a mendigar pela cidade e outras eram abandonadas pelos seus pais ou responsáveis. Os Presidentes da Província do Maranhão passaram a ter mais atenção à infância desvalida que era considerada “perigosa” e ao mesmo tempo estava em perigo, vulnerável às mazelas da sociedade. Foi devido a isso que em 1841, João Antônio de Miranda resolveu criar a Casa dos Educandos Artífices para assistir os meninos desvalidos e em 1855, Eduardo Olympio Machado criou o Asilo de Santa Thereza para atender as meninas desvalidas.

Esses dois estabelecimentos eram as principais instituições de assistência à infância, haviam outras que foram criadas ou que atuaram no século XIX, mas analisaremos principalmente essas duas instituições criadas pelos Presidentes da Província que demonstram a preocupação do Governo Provincial (Estado) em amparar a infância pobre. Abaixo podemos analisar as principais instituições de assistência à infância que atuaram no Maranhão no século XIX.

**Tabela 1: Principais Instituições de Assistência à Infância Desvalida (XIX)**

Instituições	Ano de atuação	Caracterização
Recolhimento de N. S. de Anunciação e Remédios	1751-1871	Era voltada para atender mulheres devotas a Deus (sem necessidade dos votos); assistir e educar as órfãs de pai e mãe ou somente de pai, geralmente filhas de casamentos legítimos.
Casa dos Expostos	1827-1946	Subordinada à Santa Casa da Misericórdia. Recebia crianças abandonados na Roda, mantendo em anonimato o autor ou autora do abandono. Os expostos eram criados e amamentados por amas de leite, depois recebiam o ensino de Primeiras Letras e Doutrina Cristã. Geralmente essas crianças eram encaminhadas a outras instituições de caridade ou a casas de famílias consideradas de boa conduta.
Casa dos Educandos Artífices	1841-1889	Instituição onde meninos pobres recebiam instrução primária, musical e religiosa, além de aprenderem ofícios, tais como: sapateiro, alfaiate, marceneiro, carpinteiro, entre outros
Asilo de Santa Thereza	1855-1894	Oferecia meios para que as meninas se tornassem futuras mães de família, garantindo o lugar delas na sociedade. Obtinham o ensino das Primeiras Letras, Doutrina Cristã e Economia Doméstica.
Escola Agrícola do Cutim	1859-1870	Criada com a finalidade de educar as crianças nas práticas agrícolas com uso do método aratório, aprendiam o ofício de carpintaria e serralheria, a criar animais domésticos, a cuidar do plantio e colheita, e a gerir o

		beneficiamento dos produtos agrícolas (tais como: açúcar, arroz milho e algodão).
Companhia dos Aprendizes Marinheiros	1861-1920	Instituição do tipo internato, tinha como principal finalidade preparar jovens para o desempenho de funções militares. A educação baseava-se em princípios cristãos, além dos jovens aprenderem a ler, escrever e desenhar mapas. Recebia meninos dos colégios de órfãos, da Casa dos Educandos e os meninos recolhidos nas ruas pela polícia. Eram treinados para desenvolver serviços nos navios de guerra.

Fonte: CASTRO; CASTELLANOS, 2021, p. 3; PINHEIRO, 2020, p. 44

A Casa dos Educandos Artífices do Maranhão foi criada através da Lei Provincial Nº. 105 de 23 de agosto de 1841 e inaugurada em novembro do mesmo ano com 28 educandos. Possuía como objetivo assistir os meninos desvalidos de preferência os expostos da Santa Casa de Misericórdia e dar-lhes instrução das primeiras letras e um ofício. O estabelecimento foi extinto pela Junta do Governo Provisório do Estado do Maranhão no dia 13 de dezembro de 1889 com o argumento de que ele não estava atendendo suas demandas e que dava muitas despesas aos cofres do Estado, sem apresentar utilidade e benefícios à sociedade.

A Casa dos Educandos Artífices garantia aos educandos a instrução de Primeiras Letras, o ensino de princípios religiosos, de um ofício mecânico e o exercício militar. A instituição também oferecia aos meninos alimentos, vestimentas e tratamento médicos.

### IMG 2: Prédio – Casa dos Educandos Artífices



Fonte: Largo do Diamante: Inspetoria Regional de Fomento Agrícola: São Luís – MA, s.n. 19??<sup>6</sup>

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=435131>>  
Acesso em: 24/06/2022.

**IMG 3: Prédio – Casa dos Educandos Artífices (2019)**

Fonte: ANFFA SINDICAL (2019)<sup>7</sup>

Para a admissão na Casa dos Educandos Artífices era necessário que o pretendente à vaga fosse pobre e desvalido, não deveria ser maior de 18 anos nem menor de 12 anos e que se achasse em condições sanitárias satisfatórias. Todos esses requisitos seriam averiguados por meio de certidões, justificações e exames. Não eram admitidos os escravizados e nem os meninos que não haviam sido vacinados, mas o Regulamento (1855) não especifica a doença que essa vacina combateria. Os expostos da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão poderiam ser admitidos até os 15 anos, não sendo permitido ultrapassar dessa idade. Além disso, o estabelecimento aceitava a entrada de pensionistas (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão – 1855, Art. 1º - 5º; CASTRO, 2009, p. 330).

De acordo com o Regulamento (1841) os educandos viviam sob um regime de vigilância constante, desde o acordar ao ato de dormir. Todas as atividades deveriam ser vistoriadas e terem a autorização do Diretor do estabelecimento.

Desde às 5 horas os educandos passavam por uma vistoria geral com o objetivo de examiná-los, para saber se todos estavam presentes, asseados e vestidos conforme as regras do estabelecimento. Após isso deveriam fazer orações dedicadas ao Diretor. As atividades eram divididas em atos religiosos, estudos e trabalhos nas oficinas e entre essas tarefas eram servidas as refeições dos educandos. A sineta demarcava o tempo em que cada ação deveria ser

---

<sup>7</sup> Disponível em: < <https://anffasindical.org.br/index.php/noticias/affa-na-midia/1967-falta-de-funcionarios-ameaca-servicos-na-superintendencia-federal-da-agricultura-em-sl>> Acesso: 24/06/2022.

executada, podendo sinalizar o início ou fim das atividades (Regulamento da Casa dos Educandos Artificies – 1841; Art. 18º - 26º; CASTRO, 2009, p. 321-322).

Era obrigação dos internos estarem presentes nos atos religiosos, pois deveriam participar das missas aos domingos e dias santos, seja na capela da instituição ou na igreja de preferência do Diretor. Além disso, é importante ressaltar o serviço que os educandos prestariam à Pátria, pois deveriam conhecer os principais elementos do exercício militar para que assim pudessem defendê-la (Regulamento da Casa dos Educandos Artificies – 1841; Art. 18º - 26º; CASTRO, 2009, p. 321-322).

A disciplina também era imposta aos educandos, os quais não podiam desobedece-la, havendo nesse caso punições como forma de correção da indisciplina e desobediência. Em nenhum momento os educandos deveriam estar desacompanhados, principalmente quando estivessem fora do estabelecimento, para isso necessitavam de autorização e não poderiam estar sem uniformes. É interessante enfatizar que a disciplina se expandia além dos muros da Casa dos Educandos Artificies, fazendo com que eles fossem proibidos de entrarem em tabernas, parar para conversar em esquinas, praças ou largos, lugares que poderiam ser considerados imorais e prejudiciais à educação dos meninos (Regulamento da Casa dos Educandos Artificies – 1841; Art. 27º - 34º; CASTRO, 2009, p. 322-323).

Havia uma hierarquização instituída no estabelecimento, em que os agentes governamentais e os funcionários deveriam ser tratados com respeito e honraria pelos educandos. Essa hierarquização também pode ser percebida entre os próprios internos que deveriam respeitar os educandos mais velhos (Regulamento da Casa dos Educandos Artificies – 1841; Art. 27º - 34º; CASTRO, 2009, p. 322-323).

Não era permitido o uso de “palavras desonestas”, intrigas, disputas e mentiras, além disso, quando o educando fosse chamado para testemunhar sobre o delito de algum interno, ele deveria agir com verdade e seriedade. As penas aplicadas aos educandos variavam, poderia ser uma repressão na sala do Diretor do estabelecimento, castigos físicos como a palmatória, servir os outros internos, além de prisão no xadrez entre um a oito dias. Se as “correções” aplicadas aos internos não surtisse efeito ou se houvesse casos de roubo, quem daria o destino do educando seria o Presidente da Província que se encargaria de tornar o menor um praça (Regulamento da Casa dos Educandos Artificies – 1841; Art. 27º - 34º; CASTRO, 2009, p. 322-323).

Segundo Foucault (2014, p. 128), as instituições de internamento tinham como objetivo tornar os indivíduos seres dóceis e manipuláveis para serem submissos a todo um regime de poder e de regras. Para a obtenção de “corpos moldáveis” era necessário a utilização de instrumentos coercivos e esquemas de limitação aplicados e repetidos. Dessa forma, os sujeitos estavam submetidos a obedecerem a horários regularizados, movimentos obrigatórios, atividades regulares, meditação solitária, trabalho em comum, silêncio, respeito, bons hábitos, regras e ordens disciplinares.

O mesmo autor considera que o uso do poder vai além da repressão de corpos. O poder não possui como objetivo privar os homens da vida social ou impedir o exercício de suas atividades, mas sim, gerir a vida desses indivíduos, controlá-las em suas ações para que seja possível a utilização de seus corpos ao máximo, aproveitando suas potencialidades, ao mesmo tempo que suas capacidades passam por um processo de aperfeiçoamento gradual e contínuo (FOUCAULT, 2018, p. 20). Assim, o poder disciplinador possuía dois objetivos, o econômico e o político.

Objetivo ao mesmo tempo econômico e político: aumento do efeito de seu trabalho, isto é, tornar os homens força de trabalho dando-lhes uma utilidade econômica máxima; diminuição de sua capacidade de revolta, de resistência, de luta, de insurreição contra as ordens do poder, neutralização dos efeitos de contrapoder, isto é, tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política (FOUCAULT, 2018, p. 20).

De acordo com o Regulamento (1855), as oficinas ofertadas na Casa dos Educandos Artífices eram as de alfaiate, sapateiro, surrador, carpina, charuteiro e serralheiro. Caberia ao Diretor do estabelecimento a responsabilidade de nomeação dos mestres. Estes deveriam ensinar seu respectivo ofício aos educandos, além de listarem os materiais necessários para as oficinas, além disso, informavam ao Diretor os progressos e as habilidades dos seus discípulos, ou a inaptidão, preguiça e insubordinação dos mesmos (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão – 1855, Art. 61º; CASTRO, 2009, p. 339-348).

No Capítulo XV podemos analisar as aulas que os educandos possuíam.

Art. 69. As aulas do estabelecimento continuam a ser:

- 1º. Primeiras letras;
- 2º. Geometria e Mecânica aplicada às artes e noções gerais de Aritmética e Álgebra;
- 3º. Escultura e desenho aplicado às artes;
- 4º. Música e instrumentos de corda;
- 5º. Música e instrumentos bélicos (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão – 1855; CASTRO, 2009, p. 341).

Todas as manhãs de dias úteis havia as três primeiras aulas, as de músicas aconteciam às tardes de todas as segundas, quartas e sextas-feiras, além dos ensaios que ocorriam. Eram feriados os domingos e dias santos, os dias de festividade nacional marcados por lei, os de luto nacional declarados pelo governo, os de entrudo desde segunda até quarta-feira de cinzas, os de semana santa, páscoa e os dias 20 de dezembro até 6 de janeiro. Dessa forma, todo o calendário do estabelecimento estava baseado com o calendário cristão, por isso havia muitas datas em que as aulas eram interrompidas para que os dias religiosos fossem celebrados (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão – 1855, Art. 70º - 72º; CASTRO, 2009, p. 341).

Já o Capítulo XVI, estabelece os dias dos exames, os quais deveriam ocorrer no fim de cada ano letivo, nesse dia haveria exames de todas as aulas e oficinas. O ensino era considerado como prioridade na vida dos educandos, por isso ele deveria ter o máximo de aproveitamento possível. A avaliação era aplicada por examinadores externos e havia o pré-requisito de ter espectadores e um comissário do Presidente da Província na aplicação dos exames. Essas avaliações permitiam que a Casa dos Educandos Artífices levasse a mensagem à sociedade de que ela estava sendo eficiente na educação dos meninos e por isso era uma instituição de utilidade à população (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices – 1841; Art. 79º - 80º; CASTRO, 2009, p. 342).

Após a aplicação dos exames os educandos eram classificados, indo desde “bom” a “péssimo”. Essas notas eram expostas juntamente com o nome dos meninos, os que possuísem melhor desempenho eram considerados exemplo de dedicação para àqueles que tivessem pouco aproveitamento, os quais recebiam a classificação de “mau” ou “péssimo” (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices – 1841; Art. 79º - 80º; CASTRO, 2009, p. 342).

Havia também premiações aos alunos que tivessem o melhor comportamento, talento e aproveitamento, os quais eram destaques tanto na Casa dos Educandos Artífices como fora dela.

Art. 83. Haverá anualmente os seguintes prêmios:

De capacidade moral;

De capacidade intelectual;

De capacidade industrial.

Art. 84. O primeiro será conferido ao aluno, que durante o ano, tiver tido o melhor comportamento; o segundo ao que tiver mostrado mais talento e aplicação nas aulas; o terceiro ao que, além dos conhecimentos teóricos, tiver executado algum trabalho da arte de primor.

Art. 85. Cada um dos prêmios consistirá em uma pequena medalha de prata com estas legendas: capacidade moral – capacidade intelectual – capacidade industrial. A medalha será trazida pelo premiado todas as vezes que sair à rua e nas ocasiões de formatura do corpo (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão – 1855; CASTRO, 2009, p. 342).

Nota-se que o estabelecimento buscava uma padronização dos educandos, tornando-os úteis a sociedade e para que esse objetivo fosse alcançado era necessário que eles tivessem boa conduta e soubessem executar o ofício que aprendiam em sala de aula. As premiações destinadas aos educandos era uma forma de estimulá-los a seguir com os preceitos ensinados na instituição e mostrar aos meninos que ser bom, eficiente, obediente e trabalhador era a melhor forma para sair da condição de desvalido.

É interessante destacar que os nomes dos premiados eram fixados na porta principal do edifício da instituição, além de também serem publicados na imprensa. No dia da premiação o Diretor convidava várias pessoas importantes da província para se fazerem presente nesse ato, como autoridades civis, eclesiásticas e militares e as pessoas mais distintas da capital. O Diretor e o capelão se posicionavam à direita do Presidente da Província, os professores e mestres à sua esquerda. Assim, o corpo dos educandos desfilava perante o Presidente junto a banda de música da instituição (Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão – 1855, Art. 86º e 89º; CASTRO, 2009, p. 343).

O Regulamento (1855) ainda destaca as vestimentas que os educandos deveriam usar, além do número de peças que cada interno deveria possuir e o seu tempo de utilidade.

**Tabela 2: Fardamento dos Educandos e sua Duração**

<b>Peças de fardamento</b>	<b>Nº. de peças</b>	<b>Tempo de duração</b>
Jaqués de pano azul	1	Dois anos
Jaqués de brim	2	Um ano
Calças de brim	3	Um ano
Camisas	4	Um ano
Calças de riscado para serviço	4	Um ano
Suspensórios	1	Um ano
Bonés de formatura	1	Dois anos
Ditos de serviços	1	Um ano
Gravatas	1	Um ano
Pares de sapatos	1	Dois meses
Lenços	2	Um ano

**Fonte:** Tabela do Fardamento Dos Educandos e Sua Duração – Regulamento da Casa dos Educandos Artífices do Maranhão – 1855; CASTRO, 2009, p. 348).

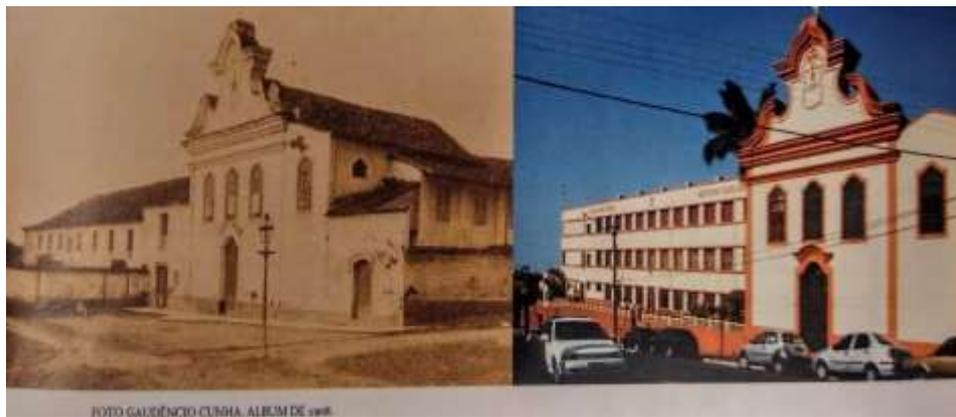
Percebe-se novamente a tentativa da Casa do Educandos Artífices em padronizar os seus educandos, utilizando-se do fardamento. Todos deveriam vestir-se iguais e possuir o mesmo número de vestimentas. O fardamento correspondia às atividades e trabalhos executados pelos meninos para ocasiões especiais, como a formatura ou para situações do cotidiano. Segundo César Marques (1870, p. 188), o vestuário correspondia às condições do estabelecimento, não havia luxo, mas sim decência e limpeza.

Segundo o mesmo autor, os educandos sabiam os princípios cristãos, viviam em perfeita união e fraternidade. A educação e o respeito que os internos possuíam pelos seus superiores também poderia ser percebida fora da instituição. O resultado da assistência prestada aos meninos desvalidos poderia ser notado na estatística criminal da província, em que segundo César Marques, não constava o nome dos educandos da instituição (MARQUES, 1870, p. 188 – 189).

## 2.4. O ASILO DE SANTA THEREZA: a assistência às meninas desvalidas

No que se refere a assistência às meninas desvalidas no ano de 1855 foi criado pelo Presidente da Provincia Eduardo Olympo Machado o Asilo de Santa Thereza, tinha como objetivo abrigar, proteger e educar as órfãs sem amparo e as expostas da Santa Casa de Misericórdia para ser evitado a morte prematura dessas meninas, que eram provenientes do abandono e miséria, e também para que elas não seguissem o caminho da desmoralização e prostituição, segundo os princípios da época (MARQUES, 1870, p. 35).

### IMG 4: Asilo de Santa Thereza



**Fonte:** LOPES, J. Antônio Viana. **São Luís Ilha do Maranhão e Alcântara: guia de arquitetura e paisagem = San Luis Isla de Marañón y Alcántara: guía de arquitectura y paisaje.** – Ed. bilingue - Sevilla: Consejería de Obras Públicas y Transportes, 2008, p. 149

Sobre a educação que era destinada às educandas do Asilo, Marques (1870) destaca o seguinte.

*Educação.* – A que se dava no azylo era a determinada pelo disposto no art. 1 da lei de nº 787, que, alternado a disposição do art. 34 do respectivo regulamento, reduziu o ensino unicamente: 1º á doutrina christã e deveres moraes, leitora, princípios geraes de grammatica, escripta, e arithmetica até fracções: 2º a trabalhos d' agulha: 3º a pratica de trabalhos de economia domestica, como cozinhar, lavar, engomar, & &. / Esta instrucção era dada ás desvalidas, segundo a classificação das respectivas materias por uma professora de primeiras letras, auxiliada por uma adjunta, sob a fiscalização da regente. / Houve ahi também duas aulas de ensino de desenho e musica, que foram suprimidas pela lei n. 787 de 11 de janeiro de 1866. / As professoras adjuntas eram educandas do azylo, e nelle conservadas em virtude do art. 4 da lei n. 741 de 14 de julho de 1865 (MARQUES, 1870, p. 36).

Analisando-se o modelo de educação destinado às meninas desvalidas, percebe-se que elas estavam sendo preparadas para o mundo do trabalho e para que fossem futuras esposas e mães, dedicadas na tarefa de cuidarem do lar, do marido e de educarem seus filhos. A educação restringia as meninas ao ambiente privado e elas deveriam ser boas administradoras das tarefas domésticas, tendo de saber cozinhar, lavar, engomar e costurar. Dessa forma, o lar era considerado o seu espaço por excelência (ABRANTES, 2014, p. 109).

No Asilo de Santa Thereza havia três tipos de educação: a que orientava as educandas para o ensino de primeiras letras, a que lhes ensinava as prendas domésticas e a doutrina cristã. De acordo com o regulamento todos os seus comportamentos deveriam possuir decência e recato, não sendo permitido a desobediência à regente e as mestras. Também não poderia haver desorganização, assim que as meninas acordassem deveriam suspender suas redes e na hora de dormir deveriam fazer silêncio, ninguém poderia sair de seus aposentos a não ser sob a ordem da regente do estabelecimento (Regulamento do Asilo de Santa Thereza – 1856; Art. 1º e 14º; CASTRO, 2009, p. 373-374).

A religião deveria estar presente em todos os atos das educandas, quando elas acordavam deveriam dirigir-se à capela para fazer a oração da manhã, às 6h da tarde rezavam a Saudação Angélica, havia também o ensino da Doutrina Cristã e às 7h:30 da noite iniciava-se a reza do terço. Aos domingos e dias santos eram realizadas as missas às 8h, em que todas as pessoas do Asilo assistiriam e às 11h liam o Novo Testamento, a leitura era feita pelas educandas ou pelas mestras e era mais uma forma de educá-las segundo os princípios da fé cristã (Regulamento do Asilo de Santa Thereza – 1856; Art. 1º e 14º; CASTRO, 2009, p. 373-374).

A disciplina implementada no Asilo se caracteriza primeiramente com a organização do espaço, que é uma técnica de distribuição dos indivíduos em um espaço classificatório e combinatório. O indivíduo é isolado em um espaço fechado e hierarquizado, onde tem de desempenhar funções diferentes segundo o objetivo exigido pela instituição. Outra característica da disciplina é o controle do tempo, o qual o corpo está sujeito, exigindo-se produção com o máximo de rapidez e eficiência. Por fim, há a vigilância que é um dos principais instrumentos de controle, a qual os indivíduos necessitam estar cientes que a ela estão expostos, por ela ser contínua, perpétua e permanente, e estar inserida em diferentes espaços (FOUCAULT, 2018, p.22).

O ensino e lições de costura era uma das formas de preparar as meninas para o mundo externo fora do Asilo. Elas deveriam aprender a costurar, bordar e entre outras tarefas domésticas porque constituiriam uma família, em que colocariam em prática seus conhecimentos ou também porque trabalhariam nesse ofício garantindo o sustento do lar por meio do trabalho. Assim, tornar-se-iam úteis à sociedade e não vítimas da miséria e prostituição.

Outro ponto a ser analisado é a questão da alimentação das educandas, ao longo do dia eram servidos o almoço, o jantar, a merenda e a ceia. De acordo com a listagem das refeições que eram servidas, não havia uma variedade na alimentação dessas meninas, mas as refeições possuíam proteínas, carboidratos, laticínios e frutas que ajudavam no desenvolvimento dessas crianças (Regulamento do Asilo de Santa Thereza – 1856; Art. 1º e 14º; CASTRO, 2009, p. 373-374).

No Asilo, as educandas estavam sujeitas à disciplina, controle e obediência à regente e às mestras. Havia diferentes maneiras de se aplicar os castigos, eles alternavam de acordo com a gravidade da indisciplina ou desobediência das educandas. Os castigos poderiam ser aplicados em particular ou na presença de outras meninas, elas também poderiam ser isoladas, sentariam afastadas das outras internas ou ficariam reclusas em algum quarto fechado. Além disso, eram privadas de recreio ou permaneciam ajoelhadas por cinco a quinze minutos. Era proibido a aplicação de castigos corporais no Asilo, era permitido somente em casos muito graves (Regulamento do Asilo de Santa Thereza – 1856; Art. 17º e 18º; CASTRO, 2009, p. 374-375). Todas essas penas disciplinares tinham como objetivo corrigir as atitudes que eram consideradas incorretas, tornar as meninas obedientes e submissas a um conjunto de regras e valores defendidos pelo Asilo de Santa Thereza e pela sociedade oitocentista.

Esses mecanismos de poder eram empregados pelos diretores e pelas superiores responsáveis pelos atos de vigilância e de punição das contravenções, respaldados pelos regulamentos, criados com a finalidade de controlar as atividades e o ritmo do aparelho disciplinador (CASTRO; CASTELLANOS, 2021, p. 13).

O Asilo de Santa Thereza possuía uma preocupação com o futuro de suas educandas. De acordo com o Regulamento, sabe-se que a instituição destinava um enxoval e um dote de casamento para que elas pudessem firmar matrimônio, o recurso também era uma forma de atrair pretendentes para o casamento.

O discurso de honra sexual feminina disseminado na sociedade oitocentista era uma forma do aparelho estatal, civil e religioso controlarem e reprimirem os corpos das mulheres. As mães que tivessem filhos fora do casamento sofriam com a marginalização social, pois eram vistas como sem virtudes e desonradas. Para a preservação da honra feminina criaram-se instituições próprias, onde as mulheres viviam enclausuradas, mas elas não tomavam votos solenes. Podiam regressar à vida fora da instituição principalmente por meio do casamento ou trabalho, sem que houvesse dúvidas sobre a sua reputação (SÁ; LOPES, 2008, p. 38).

O casamento das meninas desvalidas do Asilo de Santa Thereza estava previsto para quando elas completassem 16 anos, mas caso não conseguissem firmar matrimônio, eram encaminhadas para casas de famílias de boa conduta, onde poderiam ter abrigo e proteção. As educandas só poderiam se casar com a licença do Presidente da Província, o dote adivinha dos cofres do Tesouro Público Provincial ou de legados. Era destinado a elas um enxoval no valor de trezentos mil réis e um dote de quinhentos mil réis, os quais eram entregues pelo Diretor ao noivo após o casamento no fim de oito dias (Regulamento do Asilo de Santa Thereza – 1855; Art. 38º, 40º e 41º; CASTRO, 2009, p. 370-1)

Os pretendentes que quisessem se casar com alguma educanda deveriam enviar uma petição ao Presidente da Província em que declarassem seu estado, naturalidade, domicílio, ofício, profissão ou qualquer meio de sobrevivência que pudessem ter. A decisão sobre o futuro das meninas desvalidas era tomada entre o Presidente da Província e o Diretor do Asilo, se ela fosse favorável, a licença seria concedida, se não, era negada devido o conhecimento de algum fato pelo qual não deveria ser aprovada (Regulamento do Asilo de Santa Thereza – 1855; Art. 39º; CASTRO, 2009, p. 371).

Porém, o casamento das asiladas incomodava as autoridades, pois muitos deles eram concebidos com homens que não possuíam uma boa reputação. O matrimônio das meninas desvalidas não era tão comum, pois o valor do dote não era atrativo, o que ocasionava a falta de pretendentes. Os poucos homens que se interessavam em casar com as asiladas, eram motivados pelo valor do dote e não porque amavam àquelas mulheres como esposas ou que tinham o objetivo de lhes garantir proteção, segundo os valores oitocentistas. Logo após a união, muitos casamentos eram desfeitos. Quando o marido alcançava o seu objetivo, que era adquirir o dote, posteriormente abandonava sua esposa a própria sorte (PINHIRO, 2020, p. 73).

Entretanto, os resultados positivos que o Asilo trouxera à sociedade fez com que muitas famílias procurassem o estabelecimento para o ingresso de suas filhas.

Durante toda a sua trajetória, o Asilo foi objeto de desejo de muitas famílias, mães solteiras ou viúvas sem condições de darem uma educação de qualidade para suas filhas. Em toda a documentação pesquisada, há um razoável número de solicitações para admissão de meninas entre a faixa etária dos sete aos doze anos, encaminhadas pelos juízes de órfãos, tutores, mães e pais, tanto da capital como do interior. As expostas tinham preferência e não necessitavam de autorização prévia do presidente da Província, bastava-lhes uma petição do mordomo da Santa Casa da Misericórdia, acompanhada de certidão de nascimento ou batizado e atestado de vacina ao Diretor (CASTRO; CASTELLANOS, 2021, p. 14).

O Asilo possuía três tipos de educandas: 1ª) as *numéricas*, mantidas pelos cofres provinciais, que geralmente eram as expostas da Santa Casa de Misericórdia ou aquelas que comprovassem o nível de pobreza e orfandade; 2ª) as *pensionistas*, que seus pais ou tutores pagavam pela sua educação, manutenção e cuidados médicos; 3ª) as *supranuméricas* que eram mantidas pelo tesouro público e esperavam por uma vaga para serem admitidas. O aumento de procura para o ingresso de meninas no Asilo ao longo de sua existência pode ser interpretado de vários modos, demonstrando credibilidade em seu trabalho por parte da sociedade maranhense, aumento de abandono de crianças na Roda dos Expostos ou meninas que eram órfãs de pai devido eles terem sido vitimados na Guerra do Paraguai (CASTRO, CASTELLANOS, 2021, p. 16).

Quando Sotero dos Reis assume a direção do Asilo de Santa Thereza em 1867, ele tenta modificar algumas questões da educação do estabelecimento como não preparar as educandas somente para o casamento ou para servirem de mão de obra barata para o trabalho doméstico em casas de família. Sua atuação no campo educacional, em instituições escolares e sua posição política abolicionista fizeram com que ele tivesse um modo diferente de gerir o Asilo. Sotero defendia...

[...] a inclusão no Asilo do ensino da língua francesa e da gramática do idioma vernáculo pátrio nos mesmos moldes que eram ministradas no Liceu, e aulas de desenho e música, tais como as ensinadas na Casa dos Educandos Artífices. Requereria, ainda, amplas reformas na organização do estabelecimento e, por fim, seria necessário aproveitá-las como professoras pela competência que tinham adquirido e pela carência de docentes em todas as localidades da Província (CASTRO; CASTELLANOS, 2021, p. 25).

Segundo Castro e Castellanos (2021, p. 25), as modificações que Sotero propôs ao estabelecimento pode evidenciar as mudanças que estavam ocorrendo na província do Maranhão no século XIX, a qual objetivava uma sociedade progressista e civilizada. Os autores

destacam que nos últimos anos de funcionamento do Asilo, pretendia-se implementar uma educação mais ampla, que envolvesse um conjunto de saberes e práticas que pudessem capacitar as meninas em diversas atividades, como a docência. A formação para o matrimônio já não era o principal eixo da educação naquele momento.

Entretanto, havia uma forte crítica ao modelo educacional do Asilo de Santa Thereza por parte das autoridades governamentais, as quais alegavam que o ensino não condizia com a realidade das asiladas. Havia uma defesa por uma educação voltada ao trabalho, à moral e ao bom costume.

Declarava-se que as aulas de música, canto e idiomas não serviriam a essas jovens quando elas saíssem do Asilo, pois elas deveriam conseguir um meio de sustento, seja através de um casamento ou do trabalho. De acordo com as autoridades o modelo de educação analisado anteriormente não ajudaria as asiladas a alcançar os objetivos da instituição. Sendo assim, entendia-se que o estabelecimento estava formando mulheres ociosas e vaidosas e sem preparo para o futuro (PINHEIRO, 2020, p. 72).

Em seus catorze anos de funcionamento, foi o local privilegiado da educação feminina mantido pelos cofres provinciais que, se por um lado serviu como abrigo e proteção das “desvalidas de sorte”, por outro contribuiu para a inserção da mulher em atividades do universo masculino, como saber ler, escrever e contar, que, agregados às prendas domésticas, como coser e bordar, possibilitou a sua presença e inserção em espaços públicos (CASTRO; CASTELLANOS, 2021, p. 26).

O Asilo de Santa Thereza foi fechado em 1870 e as educandas foram transferidas para o Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios. Alegava-se que nesse estabelecimento elas teriam mais comodidade e uma melhor formação religiosa e moral, além de trazer economia para os cofres públicos, já que a verba seria destinada somente a uma instituição.

Por fim, podemos considerar que as instituições que assistiam a infância desvalida, apesar de possuírem objetivos diferentes, tinham em comum em sua forma de educar o controle, regulação do tempo, vigilância e punição. Essas estratégias regulavam os corpos das crianças, transformando-as em indivíduos submissos, passíveis e obedientes a um conjunto de regras e disciplina que tinham como objetivo transformá-los em indivíduos úteis à sociedade.

Percebe-se por meio das fontes sobre os estabelecimentos analisados anteriormente que se buscava uma educação que prevalecesse o ideário cristão e que o cotidiano das crianças estivesse relacionado com a religião. Também devemos destacar que por mais que houvessem regulamentos que direcionasse os estabelecimentos e a educação das crianças, nem sempre eles eram cumpridos como ditava as normas. Educar, vestir e alimentar esses pequenos desvalidos poderia ser uma tarefa difícil para o Governo Provincial, o qual passava por oscilações econômicas, enquanto o número de crianças desvalidas crescia e precisava ser assistida urgentemente

### 3. “CRIANÇAS SEM BEIJOS, SEM CARÍCIAS E QUE NUNCA HÃO DE CONHECER OS PAIS”: A ASSISTÊNCIA DA CASA DOS EXPOSTOS À INFÂNCIA DESVALIDA NO MARANHÃO OITOCENTISTA

*A “Roda” – esta santa instituição que, para muitos, basta ouvir este nome para se benzer, recolhe os filhos dos paes infelizes, as crianças que não conhecem os beijos e as carícias maternas, e cria os filhos que nunca hão de conhecer os paes, porque a moral criminosa da nossa sociedade não o permite [...] (O Jornal. 10.10.1922).*

#### 3.1. Enjeitamento, batismo e criação de crianças expostas

Na América Portuguesa, cuidar dos expostos ou enjeitados era obrigação das Câmaras, elas estavam juridicamente obrigadas a custear a criação das crianças até que elas completassem 7 anos. Portanto, desde Portugal, nas principais cidades, as Misericórdias estabeleceram contatos com as Câmaras locais, assumindo a responsabilidade de gerenciar amas de leite, famílias criadeiras, médicos, mortalhas e enterro em troca dos recursos pagos pelas Câmaras. Esse costume se estendeu ao Brasil, mas foi alvo de grandes críticas, devido ao recurso repassado à Misericórdia não ter sido suficiente ou ter atrasos nos pagamentos. No momento de crises financeiras as Santas Casas sempre lembravam de não ser essa a sua responsabilidade, porém foram elas que assistiram os expostos por séculos (FRANCO, 2014, 25).

O enjeitado ou exposto ali acolhido, conforme os Evangelhos, era um dos pequeninos que Jesus pedia que acolhesse: “Deixai vir a mim os pequeninos, pois deles é o reino dos céus” (EVANGELHO, Lucas 18:16), ou ainda “Quem acolher um destes pequeninos é a mim que acolhe” (EVANGELHO, Mateus 18, 5). [...] O sentimento cristão movia pessoas a cuidarem dos deserdados da sorte, por puro sentimento de piedade. Para a nobreza, elites e governantes, entretanto, a existência de tantos enjeitados era uma nódoa social a ser resolvida pelo incômodo que causava (SANTANA, 2008, p. 59).

O interesse jurídico relativo aos menores foi discussão em torno da primeira lei penal do Império brasileiro no Código Criminal de 1830, a qual se preocupava com o destino das crianças órfãs e expostas.

A tônica da legislação nas primeiras décadas do Brasil Império que fazem menção à infância será em torno da preocupação com o “recolhimento de crianças órfãs e expostas” – preocupação fundada na ideologia cristã de amparar a infância órfã e abandonada. Praticavam-se medidas de caráter essencialmente assistencial, lideradas pela iniciativa privada de cunho religioso e caritativo... (RIZZINI. In: RIZZINI, PILLOTTI, 2011, p. 100).

Após a exposição da criança, ela era recolhida por uma rodeira, em seguida era realizado o batismo. Era escrito um inventário de todos os pertences que ela trazia consigo, descrevia-se o dia da entrada do enjeitado no estabelecimento, as peças do vestuário e os objetos que lhe acompanhava. Também eram transcritos os bilhetes que na maioria das vezes eram deixados na Roda, geralmente pedidos ou avisos do expositor. No livro de entrada eram registrados os nomes de batismo das crianças e a sua condição de saúde. Além disso, o livro destinava-se em registrar toda a trajetória dos expostos como a data da sua morte e causa, batizado, saída para casa das amas de leite, prestação de serviços, casamento, saída do estabelecimento (MARCÍLIO. In: FREITAS, 2016, p. 92 – 93).

No batismo buscava-se um nome para o exposto, geralmente seguia o calendário dos santos da Igreja que coincidia com a entrada da criança na instituição. O batizado ocorria em dias santos ou em dias festivos/religiosos para a Santa Casa de Misericórdia. Os expostos encontravam-se no grau zero de sua genealogia e o dia da exposição era a data de seu nascimento.

[...] a primeira e grande necessidade de um recém-nascido era o batismo. Rito de iniciação por excelência, o batismo era, de uma só vez, ato religioso e social. Nas sociedades cristianizadas da época moderna, o sentido religioso frequentemente coincidiu com o reconhecimento cultural; quando se celebrava a incorporação ao mundo cristão, festejava-se também o nascimento da face humana da criatura. Todo aquele que morresse sem batismo estava relegado ao limbo, local sem martírio nem piedade de purificação. Conforme a doutrina tomista, a morte sem esse sacramento condenaria a alma à “morte eterna”, porque ali estaria impossibilitada da visão de Deus, desejo maior do homem religioso (FRANCO, 2014, p. 75).

Sobre o compadrio das crianças expostas não se sabe ao certo como eram realizados os critérios para escolha dos padrinhos. O que sabemos referente à Misericórdia do Maranhão e de acordo com o Compromisso de 1847 é que as crianças deveriam ser batizadas no dia da festividade de São José (19/03), padroeiro da instituição, mas de acordo com as fontes da época, percebe-se uma variação de datas.

A Meza da Santa Casa da Misericórdia faz publico, que em o meado do mez de Outubro proximo futuro, tem decidido fazer Baptizar os innocentes Expostos, que ainda não receberão aquelle Sacramento, e convida àquellas pessoas, que de alguns desejaõ ser padrinhos e acharem-se nesta Cidade até àquella época, ainda que para todos se hajão já convidado antecipadamente. Maranhão 6 de Setembro de 1835 (Avisos. *Echo do Norte*, 20.09.1835, nº 3, p. 62-63).

Analisa-se que havia um convite antecipado da Santa Casa para o apadrinhamento dos expostos. O convite também era feito na imprensa para que outras pessoas que estivessem em São Luís, por meio de sua caridade, pudessem batizar alguma criança enjeitada. De acordo com as fontes, o batismo ocorria na Igreja de São José ou Pantaleão. Os padrinhos deveriam ser pessoas religiosas e terem boa conduta na sociedade. Abaixo podemos analisar um convite do Provedor da Santa Casa ao Presidente da Província, João Jose de Moura Magalhans para que ele apadrinhasse uma criança.

Devendo celebrar-se no dia 19 do corrente mez na Igreja da Santa Caza da Misericórdia a Festa do Glorioso Senhor S. Jose, e havendo-se destinado esse dia pelas 11 horas para se baptizarem alguns innocentes proximamente expostos na Roda, tem a Meza da mesma Santa Caza a honra de convidar V. Ex.<sup>a</sup> para que se digna servir de Padrinho a hum dos ditos innocentes, do qual deve ser Madrinha a Senr.<sup>a</sup> D. Amancia Frazão Momi. Mercê esta que a Meza espera dever a reconhecida bondade de V. Ex.<sup>a</sup> (APEM, Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 10.03.1846)

No ano seguinte, nas proximidades da Festa de São José o convite foi novamente feito a outro presidente da Província, Dr. Joaquim Franco de Sá.

Devido batizar-se no dia 19 do corrente, em que deve ter lugar a Festa do Glorioso S. José, os expostos da Caza da Roda, à cargo da Santa Caza da Misericórdia, que ainda não tiveram recebido esse Sacramento, a Meza Administrativa da mesma Santa Caza fez eleição de V. Ex.<sup>a</sup> e da Senr.<sup>a</sup> D. Joaquina Candida Ribeiro, para servirem de Padrinhos, de um dos referidos expostos, encarregando-me de convidar a V. Ex.<sup>a</sup> para esse fim; e igualmente para assistir a sobredita Festa no indicado dia, na Igreja do mesmo Glorioso Santo (APEM, Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 05.03.1847).

Podemos perceber que havia uma eleição para escolha dos padrinhos, a qual era realizada pela Mesa Administrativa da Santa Casa. Já em meados do século XIX, o Presidente da Província passa a ser o Provedor da Santa Casa e ele se torna assistente dos batismos e não mais padrinho.

Domingo 12 do corrente mez forão baptisados na Igreja de S. José da Misericórdia desta cidade, onze Expostos da Santa Casa, com assistencia do respectivo Provedor o Exm. Sr. Presidente da Provincia Dr. Benevenuto Augusto Magalhães Taques, e do Mordomo dos mesmos Expostos o Sr. Jose Antonio da Silva Guimarães” (Batizados. *O Observador*. 17.07.1857, nº 572, p. 4)

Nota-se que no mesmo dia várias crianças eram batizadas, no caso acima 11 delas receberam o sacramento. O convite para a festividade de São José e o batismo das crianças expostas eram divulgados na imprensa, assim como o nome dos padrinhos, demonstrando seus atos de caridade para que outras pessoas seguissem o mesmo exemplo.

No proximo domingo haverá, na igreja de S. Pantaleão, missa às 8 horas da manhã, depois da qual terá logar o baptizado de 4 creanças expostas, sendo padrinhos:

Srs. Feliciano Moreira de Souza e sua exm espoza.

Frederico Guilhon e sua exm filha.

Hermenegildo Jansen Ferreira e sua exm. irmã

(Baptizado de expostos. *Diario do Maranhão*, 26.04.1862, nº 2605, p. 2).

O dia do batismo das crianças era motivo de festa, para isso eram contratadas bandas para alegrar esse momento em que elas recebiam o sacramento e havia também grande participação do público nessa festividade.

Celebrou-se hontem uma festa solemne na igreja de S. Pantaleão. / Às 7 horas da manhã compareceu o corpo de educando artífices e o 5º batalhão de infantaria. / Depois da missa solemne, as 11 horas do dia, foi administrado o sacramento do baptismo a alguns expostos da roda da Mizericórdia. / À tarde a banda de musica dos educandos encheu de harmonia o bairro da festa. / De noite cantou-se *Te-Deum*. / Foi grande a concorrencia de fieis (*Pacotilha*, 05.05.1884, nº 119, p. 3).

O apadrinhamento estava relacionado a deveres que os padrinhos possuiriam com a criança batizada segundo o imaginário cristão. Eles eram considerados os “pais espirituais” dos seus afilhados, assim o batismo se constituía como o primeiro vínculo social que o exposto possuía. Esse sacramento era fundamental às crianças expostas, a morte sem o batismo era considerada inadmissível, por isso, logo após o enfeitamento elas eram batizadas. Havia uma preocupação maior com as crianças que chegavam na Casa dos Expostos com perigo de vida e

as que morriam após receber o sacramento eram consideradas “anjinhos” segundo a tradição da época (FRANCO, 2014, p. 76).

Após a realização do batismo os expostos passavam por dois períodos de cuidado, o de *criação* e o de *educação*. Na fase de criação as crianças eram entregues às amas de leite e eram criadas fora da Casa dos Expostos. Para isso, as amas recebiam um pequeno salário que garantia o sustento, nutrição, vestimenta e medicação dos expostos.

[...] evitavam entregar expostos às mulheres sem leite ou a homens sem escravas amas, mas tanto no Brasil, quanto em Portugal havia mulheres que fraudavam o auxílio público, algumas delas apresentavam-se como recém-paridas, outras pediam “emprestado um filho alheio que seja gordo [...] e com boa saúde”, levando-o ao hospital ou câmara para provarem que cuidariam bem do enjeitado, como se fosse seu próprio filho. / Na residência dos criadores, o exposto, além de ser muitas vezes submetido à amamentação artificial, nem sempre recebia mimos e atenções necessárias. Muitas amas impacientavam-se com a criança, misturando com aguardente ao leite para acalmá-la mais rapidamente, prática de tal maneira difundida que levou a elaboração de uma lei prevendo trinta dias de prisão para quem assim procedesse. [...] (VENÂNCIO. In: DEL PRIORE; 2018, p. 197).

Na tabela abaixo podemos analisar que no ano de 1860 haviam 32 expostos a cargo da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, dessa quantidade metade deles estavam entregues às amas de leite e alguns necessitavam ser batizados após a escolha dos padrinhos pela Mesa.

**Tabela 3 – Relação Nominal dos Expostos a Cargo da Santa Casa Entregues às Amas de Leite**

Nomes				
1	Joaquim Ferreira Zea. Belforte	7	É mudo, está entregue a ama	
2	Alberto Antônio Gonsalves	6		Idem
3	Henobia Fernandes Ribeiro	6		Idem
4	Omér Bandeira Duarte	6		Idem
5	Manoela Cerqueira Pinto	5		Idem
6	Josephina Ferreira da Silva	5		Idem
7	Ignacio Frisão Varella	3		Idem
8	Benvenuto José Furtado	3		Idem
9	Maria da Conceição Silva	3		Idem
10	Henobia da Silva Nunes	2		Idem
11	Uma menina	2	P. <sup>f</sup> Baptisar	Idem
12	Uma menina	2	Idem	Idem
13	Uma menina	2	Idem	Idem
14	Uma menina	1	Idem	Idem
15	Uma menina	8 m. <sup>s</sup>	Idem	Idem
16	Um menino	4 m. <sup>s</sup>	Idem	Idem

**Fonte:** (APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 14.01.1860).

Percebemos por meio dessa tabela que os expostos eram entregues com alguns meses de vida para as amas e permaneciam com elas aproximadamente até os 7 anos. Havia 6 expostos que ainda não tinham recebido o batismo, por esse motivo também não possuíam nomes e eram identificados somente pelo gênero e pela idade.

Abaixo, através de uma denúncia anônima podemos analisar como era o sistema de criação das crianças expostas da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e como ele foi alvo de críticas da sociedade.

O systema para a creação destes infelizes adoptado por aquelle estabelecimento é o seguinte: A criança exposta é entregue a qualquer pessoa que, mediante um alqueire de farinha e certa quantia verdadeiramente insignificante que lhe são fornecidos mensalmente, encarrega-se da sua creação! É assim que os expostos, as mais das vezes, são confinados à mulheres de má vida, sem consciência de seus actos; à pessoas que não teem com que manter-se e que, longe de ser caridade, é a especulação que as leva a exercerem esse mister. [...] Há poucos dias vimos uma menina branca que está entregue aos cuidados de uma pobre mulher, e o estado dessa innocente, que parece delinhar à falta de amamentação, levou-nos a escrever estas linhas, para as quaes procuramos obter as melhores informações. Publique-as senhor redactor, talvez ellas influam para a descoberta de um outro systema mais caridoso para a creação dos expostos (Os expostos da Santa Casa de Misericórdia. *Diário do Maranhão*, 07.03.1876, nº 776, p. 3).

Pelo que podemos perceber através da fonte, o autor da crítica era contra a forma de criação dos expostos, segundo ele, as crianças eram entregues a qualquer pessoa sem critérios de avaliação. As amas recebiam um pequeno valor para cuidarem das crianças, além de um alqueire de farinha<sup>8</sup>. De acordo com a fonte, seria um erro que mulheres consideradas de má vida criassem as crianças, pois elas não possuíam consciência dos seus atos e exerciam esse ofício somente por causa do dinheiro. Além disso, há uma crítica à amamentação que uma das crianças recebia, a qual não supria com as necessidades alimentares da exposta.

Talvez a motivação dessa crítica estivesse relacionada com o fato de a amamentação da criança branca ser feita por uma mulher pobre e considerada de má vida do que propriamente ser uma demonstração de interesse e preocupação com o modelo de criação dos expostos. Visto que no século XIX havia um estigma social à alimentação realizada por amas de leite.

---

<sup>8</sup> A farinha de mandioca no século XIX era um dos gêneros alimentícios mais importante da Província do Maranhão, considerado um alimento de custo baixo, 1 alqueire valia em média entre 1\$800 a 2\$000 réis. Era um dos alimentos mais consumidos na Província, principalmente quando havia escassez de comida ou quando outros gêneros estavam com o preço elevado: “faz o pobre provimento de sustento de mais d’um mez” (MARQUES, 1870, p. 208).

Apesar das fraudes que ocorriam, era comum que a Misericórdia estimulasse que as amas mantivessem as crianças sob sua guarda, podendo estender a estadia delas até os 12 anos. Sendo assim, muitas delas permaneceram com as amas por conta de abrigo e comida, porém eram exploradas em trabalhos exaustivos. As amas de leite eram geralmente mulheres pobres, algumas casadas ou escravizadas (MARCÍLIO. In: FREITAS, 2016, p. 93).

No caso da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, ela chegou a receber requerimentos de mulheres que queriam continuar com a criação das crianças expostas mesmo já finalizado o prazo de criação como foi o caso de Justiniana Rosa d'Assis.

Um requerimento de Justiniana Rosa d'Assis, no qual allegando que havendo mais de seis annos que cria a menina exposta de nome Maria Emilia de Sousa; e tendo sido esta recolhida ao respectivo estabelecimento por deliberação da Mesa administrativa, pedia á mesma Mesa lhe confiasse ainda por mais alguns annos essa sua filha adoptiva sob as mesmas condições até agora fielmente observadas; e juntou em abono do seu comportamento um attestado do vigario da Freguesia da Conceição P.<sup>e</sup> Theodoro Antonio Pereira de Castro, e outro do major João de Mattos de Moraes Rego. Deferido até que a Mesa resolva em contrario (APEM, Acta de Secção de 17 de outubro de 1883).

Percebe-se que a criança permaneceu na casa da sua ama até os seis anos voltando à Casa dos Expostos somente por decisão da Mesa. A requerente considerava a exposta como sua “filha adotiva” e por esse motivo solicitou que lhe fosse confiado mais algum tempo na criação da menina, para isso juntou dois atestados que comprovaram o seu comportamento e dedicação na criação da exposta. É necessário destacar que a fonte não nos revela se durante o período de seis anos a mulher responsável pela criação da exposta Maria Emilia de Sousa recebeu ajuda financeira da Santa Casa de Misericórdia ou se após o requerimento ela teria direito de ter algum auxílio para continuar criando a criança.

De acordo com Alcileide Nascimento (2006, p. 144), além do afeto existente nessa relação, a criação dos expostos também poderia representar mais uma fonte de renda para as mulheres numa economia que predominava o trabalho escravo. No futuro elas poderiam usufruir das crianças no exercício de pequenos trabalhos. A maioria das mulheres que se submetiam a criar os enjeitados provinham dos estratos mais empobrecidos da sociedade e para elas uma criança era vista como mais um braço para os trabalhos do cotidiano.

Abaixo podemos analisar outro caso parecido com o anterior em que uma mulher identificada como Filomena Maria da Cruz desejava terminar de criar um menino.

Um requerimento de Filomena Maria da Cruz pedindo a Mesa que de novo lhe confiasse o exposto Cassiano, que por deliberação da Mesa fora recolhido ao respectivo estabelecimento, visto que votando muita amizade a essa creança que tivera consigo por espaço de quatro annos, e desejando por isso acabar de criá-la, offercia-se fazel-o sem nada perceber da Santa Casa (APEM, Acta de Secção de 17 de outubro de 1883).

As requerentes desejavam criar os expostos por mais tempo geralmente pelos laços afetivos existentes na relação entre amas e as crianças expostas, isso é demonstrado na extensão da criação fora do estabelecimento que passava do tempo determinado. A “amizade” que motivou a escrita do requerimento fez com que Filomena Maria da Cruz não quisesse receber ajuda financeira da Santa Casa. Porém, esse caso também pode ser de uma mãe que abandonou seu filho e que após o arrependimento do ato retirou-o da instituição e cuidava da criança como se ela fosse um exposto.

Ao longo dos anos o tempo de criação das crianças fora da Casa dos Expostos sofreu modificações como podemos analisar abaixo.

Tratando-se sobre o praso que na sessão passada se ficara em dous annos de idade para serem as expostas criadas fora do estabelecimento, foi o dito praso e por deliberação da Mesa, elevado á idade de tres annos (APEM, Acta de Secção de 17 de Outubro de 1883).

De acordo com a historiografia e as experiências de outras Misericórdias o tempo de criação fora do estabelecimento deveria ser de três anos, mas pelo que podemos analisar, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão só determinou essa idade em 1883. Deve-se ressaltar que apesar de haver essa regra, o costume era bem diferente, as crianças voltavam para a Casa dos Expostos com idade avançada. Talvez devido a essa deliberação alguns requerimentos de continuação da criação dos expostos foram negados como o caso de Filomena Maria da Cruz acima citada e de outra requerente que podemos observar abaixo.

[...] Um requerimento de Filomena Maria da Cruz pedindo que lhe fosse outra vez entregue, sem onus para a Santa Casa, o exposto Cassiano que a Irmandade lhe confiara, e que ella tivera durante quatro annos criando, com o disvello de mãe carinhosa, o qual fora ultimamente recolhido ao estabelecimento da Irmandade. – Á vista da informação do Snrº mordomo, não pode ser atendida.

Um requerimento de Josepha Marcelina da Conceição pedindo igualmente a entrega da exposta Rosilina que a Irmandade lhe confiara desde poucos dias de nascida, e que ella criara com carinho de mãe por espaço de cinco annos até Outubro ultimo em que, por ordem da Mesa, foi recolhida ao respectivo estabelecimento. – Em vista da informação do Snrº mordomo não pode ser atendida [...] (APEM, Acta da Secção de 13 de dezembro 1883).

Percebe-se que nos dois requerimentos se ressalta a qualidade das mulheres que criavam os expostos, sendo a primeira considerada como “mãe carinhosa” e a segunda tratava a criança com “carinho de mãe”. Mas pelo que podemos analisar, elas não poderiam continuar cuidando dos expostos devido alguma informação que o mordomo possuía sobre essas duas requerentes. A fonte não nos deixa concluir o caso, mas possivelmente nessas situações a verba que essas mulheres estavam recebendo não estava sendo direcionada ao cuidado das crianças ou a Santa Casa não possuía mais subsídios para continuar a criação dos expostos fora do estabelecimento.

Haviam pedidos de criação de expostos que não eram aceitos devido a condição socioeconômico da requerente, como podemos analisar o caso de Anna Roberta de Jezuz, em um ofício do Mordomo dos Expostos encaminhado ao Provedor da Santa Casa.

Cabendo-me a honra de responder á carta que V. Ex.<sup>a</sup> se servio dirigir-me ontem, com o requerimento que devolvo, de Anna Roberta de Jezuz, que pede lhe seja entregue o menor Miguel dos Anjos Barradaz, exposto da Roda da Santa Caza de Mizericordia desta Província; cumpre-me informar, que fora elle entregue aos cuidados d’aquelle Pio estabelecimento em 23 de Abril de 1850, e por isso conta mais de 12 annos de idade e não 8 como diz a peticionaria que o reclama a titulo de tia. / Ella molher parda, e vive em companhia de um irmão de nome Profino, pescador de profissão, residente no bairro dos Remedios; e por essa circumstancia é pobre, sem bens de fortuna como assegura o Pay que é porteiro do Hospital de caridade com que possa trata-lo e educa-lo convenientemente, como avança a dizer com apetidão que inderecou a V. Ex.<sup>a</sup> (APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 16.07.1862).

Segundo a requerente ela era tia do exposto Miguel dos Anjos Barradaz, por isso solicitava que o menino lhe fosse entregue para criação. Mas há um desencontro de informações referente a idade do exposto que segundo os registros da Santa Casa ele possuía 12 anos, mas de acordo com a tia, Miguel tinha 8. Porém, não podemos saber qual das duas partes estava equivocada. De acordo com o ofício, a suposta tia da criança não poderia criar o menor em questão devido ela não possuir bens de fortuna e porque vivia com o seu irmão que era pescador e pobre. Era preciso que a pessoa que se encarregasse de criar ou educar uma criança exposta tivesse meios suficientes para isso, que de acordo com a Santa Casa não era o caso da requerente acima citada.

A decisão mais justa de acordo com o mordomo dos expostos era que a criança fosse criada pelo seu pai, o qual era porteiro do Hospital de Caridade e possuía capacidade para isso. Podemos perceber que o segredo do enjuntamento não havia sido mantido, porque se sabia da maternidade e paternidade da criança. Supõe-se que a criança havia sido exposta na Roda

temporariamente, para que tempos depois sob condições socioeconômicas melhores sua família lhe retirasse dali. De acordo com o ofício, o menino havia sido enviado à Casa dos Educandos Artificies, mas logo foi reenviado à Santa Casa devido a sua indisciplina. Seu futuro dependia do Provedor e Presidente da Província que ordenou que ele fosse encaminhado à Companhia dos Aprendizes Marinheiros.

Existiram outros casos por parte de familiares dos expostos que requeriam que a criança fosse novamente readmitida no seio familiar.

Anna Maria Ferreira, que diz ser irmã da falecida mãe de Benevenuto, exposto na Santa Casa da Misericórdia, e que conta hoje 5 anos de idade, apresentou-se-me, pedindo que lhe seja entregue aquelle seu Sobrinho, afim de encarregar-se de sua educação. / Levando ao conhecimento de V. E.<sup>a</sup> este pedido, cumpre-me informar que acho justo e atendível, porque me parece que, como parenta tão próxima daquele exposto, deve maior interesse temas por sua sorte, do que Maria Conrada da Silva, á cujos cuidados se acha confiada sua criação, fora da casa, mediante a exigua mensalidade de 6\$000 reis, e um alq.<sup>o</sup> de farinha, que recebe como remuneração do seu trabalho. V. E.<sup>a</sup> porem se dignará resolver o que julgar mais conveniente (APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 27.05.1862)

A requerente que era irmã da expositora e se julgava tia da criança solicitou a guarda do exposto depois da morte da mãe dele. De acordo com o mordomo era justo e atendível o pedido da requerente por se tratar de uma parente que era próxima à criança. Porém, o enjeitado em questão já se encontrava sob os cuidados de outra pessoa, possivelmente uma ama que recebia um auxílio para a criação do exposto. Entretanto, podemos perceber que mais uma vez o futuro da criança dependeria da decisão do Provedor da Santa Casa e Presidente da Província.

No exemplo abaixo analisaremos o caso de Maria Amalia Ferreira que após nove anos passados da exposição resolveu se identificar como a mãe de uma criança enjeitada e pediu à Santa Casa para que a exposta fosse retirada da Casa dos Expostos com o propósito de educá-la.

D. Maria Amalia Ferreira no Officio junto, que me dirigiu com data de 22 de Abril ultimo, pede que lhe seja entregue a minina Josephina, que mandou expor na roda da Santa Casa da Misericordia desta cidade em 31 de Julho de 1854. Ella é Mãe, e tem meios para dar à sua filha a educação, de que precisa, por isso entendo que merece ser por V. E.<sup>a</sup> attendida com tão justa e louvável pedido, assignando termo de recebimento, em que declarar-se-ha que fica a Santa Casa exempta de qualquer onus para com aquella minina (APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 28.05.1863).

Há uma diferenciação no tratamento a esta requerente que não houve nos outros casos, a ela é direcionado o pronome de tratamento “dona”, o qual era designado a mulheres que possuíam algum título de respeito na sociedade como as casadas, viúvas e religiosas. De acordo com a fonte, ela tinha meios para cuidar da criança, ou seja, era uma mulher de posses e que se responsabilizaria pelos gastos da sua filha na Santa Casa. Segundo o mordomo dos expostos, ele considerava a atitude dessa mãe justa e louvável e por isso seu pedido deveria ser aceito. “O arrependimento, a melhoria da situação financeira ou de saúde podiam ser fatores que incentivaram os pais a recuperar os filhos” (FRANCO, 2014, p. 213).

Este caso é interessante por conta de dois aspectos: não eram somente as mulheres pobres que em sua maioria enjeitavam as crianças, existiam mulheres que tinham condições econômicas, mas que devido algum motivo precisaram abandonar seus filhos, abdicando da maternidade. O outro fator é que para essa mãe interessava muito mais retirar sua filha da Casa dos Expostos do que sofrer pelas críticas sociais que possivelmente ela teve de enfrentar por causa da sua atitude de abandonar uma criança. Ainda podemos analisar nesse caso a forma que se dava o abandono, de acordo com o ofício “ela mandou expor na roda...”, ou seja, não foi ela a autora do enjeitamento da sua filha, mas sim outra pessoa. Essa atitude pode demonstrar sua preocupação ou de sua família pelo seu anonimato e honra.

A julgar pelas ideias de moralidade feminina, a honra pode ter se tornado um recurso para encobrir atitudes condenáveis. Expor o filho em nome da honra foi prática recorrente e ia de encontro às expectativas sociais de uma mulher recatada e honesta em oposição a possíveis vexações (FRANCO, 2014, p. 66).

De acordo com Renato Franco (2014), a utilização de testamentos como fontes históricas no permite entender as práticas de abandono de uma parcela da população. Geralmente, as crianças expostas eram reconhecidas pelos pais no fim da vida.

Todavia, a realidade específica dessas crianças reconhecidas em testamentos não deve ser generalizada a toda dinâmica do abandono. O testamento era, antes de tudo, um acerto de contas, reconciliação com o sagrado e com os pares sociais. Era o instrumento pelo qual, convencionalmente, se reconheciam as “fragilidades humanas”, os ilegítimos, fossem ou não enjeitados. Por sua vez os expostos legítimos eram recuperados pelas famílias, circulavam em outras casas ou permaneciam nas casas onde foram expostos frutos que poderiam ser de pobreza ou de desestruturação familiar, entre outros, razão pelo qual quase inexistem nos testamentos (FRANCO, 2014, p. 69).

O ocultamento de uma gravidez não deveria ser fácil devido as precárias condições de privacidade da época, o que nos permite considerar que alguns indivíduos em certos casos poderiam ter conhecimento da identidade do sujeito expositor.

O sigilo baseado na cumplicidade de padres, parteiras, familiares e serviços e a utilização ampla do recurso de abandonar crianças criaram a base para que, implicitamente, no ouvir dizer, todos soubessem ou pudessem, caso notícias viessem à tona, denunciar uns aos outros. Justamente por seu caráter aglutinador, manteve-se vigente durante toda a época moderna (FRANCO, 2014, p. 103).

Houve casos em que o requerimento por parte de um familiar da criança exposta que desejava retirá-la das dependências da Santa Casa foi indeferido, como o que ocorreu com Paulina Rita de Jesus que dizia ser avó da exposta Maria Honomia.

[...] Um requerimento, adiado da ultima sessão, em que Paulina Rita de Jesus pedia que lhe fosse entregue a exposta Maria Honomia, afim de acabar de educal-a, na qualidade de sua avó. Sendo posto em discussão o mesmo requerimento, e depois de fallarem a respeito alguns com os mesários restou-me que fosse elle indeferido, e assim tive o competente despacho. Tendo por esta ocasião pedido a palavra o Snrº Mordomo da Igreja e cemitério, Capitão Belfort, e declarado que lhe constara achar-se a exposta menor de nome Maria Sophia fôra do estabelecimento e em uma caza particular sem autorização da Mesa administrativa da S. Casa, pediu que lhe fossem a esse respeito, prestados alguns esclarecimentos. E como tivesse declarado o Snrº Conselheiro Dr. Gracho de Sá Valle que era verdadeira aquela allegação, pois a exposta de quem se tratava era muito bem tratada na casa em que se achava que era a de seu sogro Frederico Augusto Guilherme, resolveo a Mesa que ella, não obstante estar alli sem o consentimento da Irmandade, continuasse na mesma caza ate ultima deliberação [...] (APEM, Acta de Secção de 06 de dezembro de 1881).

Não sabemos quais foram os motivos que fizeram com que o requerimento fosse indeferido, talvez tenha sido levado em consideração as condições socioeconômicas da requerente ou também sua idade. Percebemos mais uma vez por meio desse caso que as pessoas envolvidas com a exposição da criança continuavam mantendo algum tipo de vínculo com ela, talvez pelo fato de futuramente haver a pretensão de retirá-la da Casa dos Expostos como ocorreu com essa avó. Além disso, percebemos que em casos como esses o segredo da exposição tinha de ser revelado, pondo em evidência a identidade da expositora e do exposto.

Na ata desse mesmo dia foi debatido o caso da exposta Maria Sophia que estava fora da Casa dos Expostos sem o consentimento da Santa Casa, levando-nos a considerar que haviam situações em que a Mesa administrativa não sabia do destino dos expostos. Apesar da

ocorrência desse fato a exposta continuou sendo mantida na casa onde estava sendo cuidada devido a alegação de que ela estava sendo bem tratada.

Possivelmente, existiam relações de amizade e parentesco entre os membros da Mesa e os tutores das crianças que poderia interferir no não cumprimento das regras estabelecidas pela Santa Casa como ocorreu no caso acima citado. Alcileide Nascimento (2006, p. 131) ao analisar a Casa dos Expostos de Recife também aponta para a hipótese de que a contratação de amas ou famílias criadeiras, como no caso anterior, teria sido marcada pela informalidade e pelos acordos orais. Essa fonte também pode evidenciar que ao invés da exposta está sendo bem cuidada, ela poderia está servindo de mão de obra à família que a criava.

Podemos considerar por meio da análise das fontes que as crianças expostas possuíam uma ampla assistência após o abandono. Logo após o enjeitamento as crianças eram batizadas, integrando-se à vida social e também à religião cristã. Eram criadas por amas de leite que se responsabilizavam pelo cuidado aos expostos mediante o pagamento por esse trabalho. Geralmente, essas mulheres acabavam criando laços afetivos com as crianças, devido a isso, muitas delas voltavam para a Casa dos Expostos depois da idade determinada. Já outras crianças foram restabelecidas em suas famílias após alguns anos de exposição. Também vale destacar os casos de maltrato e exploração que essas crianças estavam sujeitas na fase de criação.

### **3.2. Alimentação e vestuário**

A infância no século XIX foi alvo dos estudos e discursos médicos, nesse período foram produzidas teses sobre a amamentação materna, publicados textos em jornais que recomendavam os tipos de alimentos mais adequados para cada idade, a quantidade das refeições, a introdução de alimentos sólidos na dieta, entre outros assuntos. Diversos estudos sobre a história da alimentação e de como a dieta evoluiu ao longo do tempo foram publicados em periódicos para que as recomendações médicas fossem seguidas pela população.

Nos jornais do século XIX é possível encontrarmos uma disseminação de estudos médicos relacionados à amamentação, alimentação, saúde, dentição, doenças entre outros temas. Vejamos como a ciência analisava o processo de alimentação das crianças e como ela era considerada fundamental no desenvolvimento dos órgãos e no processo de crescimento.

O recém-nascido não póde engolir senão um liquido, o seu estomago só póde digerir o leite materno; basta, porém unicamente este acto para dar impulso ao seu desenvolvimento. / Por esse trabalho de assimilação, principio admiravel e mysterioso de toda vida organica, o corpo da criança apropriou-se das partes nutritivas de um corpo estranho; elle as fez circular em todos os seus membros, elle se depositou em todos os seus órgãos, elle se transformou em sua subsistencia. [...] (Sciencias, Letras e Artes: Sciencia do povo. *O Paiz*. 03.08.1878, nº 174, p. 1-2).

O artigo destaca que as crianças após o nascimento possuem órgãos frágeis que por esse motivo eles trabalhavam de forma limitada. Dessa maneira, o alimento ideal seria o leite materno que é líquido e a criança absorveria melhor os nutrientes para si. Acrescenta que os nutrientes presentes no leite materno, alimento provido do corpo da mãe é responsável pelo desenvolvimento e fortificação dos órgãos e também por tornar o sangue mais rico e abundante.

Segundo o artigo, a nutrição da criança também seria responsável pelo desenvolvimento de órgãos como a gengiva e pelo nascimento dos dentes, a partir disso, as crianças poderiam dar início a uma dieta mais variada. Destaca ainda que a nutrição, locomoção e a sensação não são separadas e independentes em seus exercícios, cada uma delas se complementam para que haja o bom funcionamento do corpo humano (*O Paiz*. 03.08.1878, nº 174, p. 1-2).

Os estudos médicos também possuíam a preocupação da introdução do primeiro alimento na vida das crianças. Além de aconselharem as mães que não podiam deixar de amamentar seus filhos e também não oferecer outro tipo de leite que não fosse o seu, exceto em casos em que o leite materno possuísse poucos nutrientes.

Havia uma diferença evidente, segundo os médicos, entre o leite materno e os leites dos outros mamíferos – vaca, cabra, burra, etc. Ainda que a criança pudesse – e devesse – ter contato com esses tipos de bebidas após o período de aleitamento maternal, era crucial entender quando e como isso deveria ser feito, geralmente após os cinco ou seis meses de idade ou quando os dentes apontassem. Isso significava que o menino estava apto a digerir alimentos mais pesados. Ao longo do século XIX, entrou em debate quais os leites mais benéficos para o infante que acabara de deixar o seio de sua mãe. Para além das discussões relativas ao leite, a introdução de papinhas, sopas, carnes e vegetais também estiveram na ordem do dia das prescrições médicas oitocentistas (CINTRA, 2021, p. 74).

No século XIX, preferia-se alimentar as crianças com carnes no momento em que o nutrimento deixava de ser o leite materno, havia pouca recomendação de vegetais na dieta devido a crença de que os alimentos de origem animal possuíam mais nutrientes e tornariam as crianças saudáveis. O ideal seria que elas fossem fortes, robustas e tivessem a aparência de bem

nutridas. Havia uma associação entre doença e magreza, saúde e robustez no discurso médico, por isso a alimentação deveria ser nutritiva (CINTRA, 2021, p. 75).

Como analisamos anteriormente, as amas de leite possuíam papel fundamental na criação e alimentação das crianças expostas, elas eram em sua maioria mulheres pobres que recebiam uma certa quantia para cuidarem das crianças. As pessoas que possuíam amas de leite escravizadas usufruíam do benefício alugando-as para a prestação desse trabalho.

As escravas tiveram importância fulcral na formação de um sistema que integrou mais segmentos da população, pois possibilitou a muitas famílias criar enjeitados e amamenta-los através da escravaria feminina, ao mesmo tempo que contribuiu para desagregar qualquer tentativa de forte especialização de amas mercenárias, nos moldes europeus. Mesmo com eventuais problemas de pagamento, as amas europeias constituíram um setor que se apoiava nas necessidades institucionais; a qualidade dos seus serviços estava diretamente relacionada ao valor do estipêndio e ao pagamento em dia. [...] Embora o soldo fosse cobrado, não constituiu fonte principal de sobrevivência para a maioria das famílias criadeiras, tratava-se de complementação da renda, na maior parte faz vezes em datas e valores incertos. Essas características devem ter contribuído para que a relação entre aumento da inadimplência e alta de mortalidade fosse esmaecida (FRANCO, 2014, p. 207).

No Maranhão, antes mesmo da Casa dos Expostos ser inaugurada já havia avisos nos jornais de contratação dos serviços das amas de leite.

A Santa Casa da Misericórdia tendo de abrir a casa da roda para receber os expostos, convida a todas as pessoas que tiverem Amas, e se queirão encarregar da criação dos mesmos, para que se dirijão ao Inspector do Hospital da Misericórdia Manoel Antonio Rodrigues Valle, afim de com elle se ajustar relativo ao salario que devem receber. Maranhão 26 de Novembro de 1828. / O Procurador. Antonio Dias d’Araujo Guimarães” (Avisos. *Minerva*. 27.11.1828, nº 40, p. 263).

O Provedor e Mesarios da Santa Caza da Misericórdia, tendo aberto o receptaculo para os Expostos no dia 1.º do corrente Dezembro, rogão ás pessoas que se quizerem encarregar da criação dos recém-nascidos que fõrem expostos, se dirijão ao Inspector do Hospital da mesma Santa Caza Manoel Antonio Rodrigues Valle morador da rua do Giz, para com ele tratarem a quantia que se lhe deve satisfazer por mez. / O procurador da Meza, Antonio dias de Araujo Guimarães (Aviso. *Minerva*. 04.12.1828, nº 41, p. 276).

Percebe-se que havia um certo pedido de urgência da Santa Casa à sociedade para que as pessoas que tivessem amas de leite pudessem ofertar o trabalho delas para criação das crianças enjeitadas. Em troca, seus “senhores” receberiam um salário referente aos serviços

prestado. Mesmo após alguns anos de abertura da Casa dos Expostos, existia a mesma problemática de falta de amas para a amamentação das crianças como podemos analisar abaixo.

A Meza da Caza da Santa Mizericordia desta Cidade, querendo prevenir imenços malles a que estão sujeitos os innocentes expostos da roda da mesma Caza, como agora acontece que tendo sido lançado hum, a tres dias, athe o presente não se tem descuberto ama para delle tomar conta, dar-lhe os primeiros alimentos; por isso roga as pessoas que tiverem escravas com bastante leite, e queraõ ceupallar neste servisso, ou por caridade, ou por ajuste a dinheiro, fallem com o Administrador da Caza dos expostos, Joze Antonio de Souza, nella residente, para formarem seus ajustes, deixando seus nomes, rua, e N.º da Caza para serem procurados quando repentinamente a pareça precizaõ, certificando-se que teraõ toda a preferencia as escravas de pessoas que tiverem família. / Maranhão 14 de Maio de 1833. / *Joze Maria Faria de Mattos Secretario da Meza* (Avisos. *Publicador Official*. 15.05.1833, nº 159, p. 162).

Destaca-se o fato de uma criança ter sido enjeitada e não possuir uma ama que lhe desse os primeiros alimentos. Por isso, o anúncio pedia às pessoas que possuíssem escravizadas com bastante leite e que quisessem criar os expostos, seja por meio da caridade ou por salário, que se dirigissem ao administrador da Casa dos Expostos. Por fim, percebe-se que havia uma preferência por escravizadas de pessoas que tivessem família, talvez com o objetivo de que as crianças pudessem ser restabelecidas nesse espaço ou também uma forma da Santa Casa se certificar se esse ambiente familiar seria propício para a criação dos expostos.

Alcileide Nascimento (2006, p. 207) ao analisar o mercado de leite na cidade de Recife – PE no século XIX por meio dos anúncios dos jornais, destacou que as amas de leite e as cabras leiteiras faziam parte desse comércio e que as primeiras eram as mais procuradas. Havia na época uma preferência por amas escravizadas devido a ideia de que elas cuidariam bem das crianças que amamentassem porque almejavam a liberdade.

Assim como em São Luís, em Recife também havia a mesma problemática da procura por amas de leite ser maior do que a oferta, principalmente ao se tratar da contratação dos serviços que seriam prestados à Casa dos Expostos. Entretanto, quando não se conseguia convencer os proprietários de amas de leite escravizadas ou mulheres livres para prestar esse trabalho em função dos baixos salários que eram oferecidos, era necessário recorrer à compra de cabras leiteiras (NASCIMENTO, 2006, p. 211).

Algumas características eram importantes para a escolha da ama responsável pela amamentação e cuidados da criança: deveriam ser fortes, saudáveis, limpas e sem vícios. Elas desempenhavam um trabalho imposto devido sua condição social por serem escravizadas.

O aluguel de nutrizas (ou seja, as amas-de-leite) representava uma atividade financeira importante nas cidades. Por conseguinte, modestos senhores de escravos exploravam esse mercado bastante lucrativo ao alugar suas escravas no período pós-parto. Então, o aluguel das amas-de-leite escravas era bastante lucrativo para os senhores de escravos urbanos. O comércio desse negócio era oferecido nos anúncios de jornais (QUINTAS, 2009, p. 29)

A amamentação feita pelas amas de leite por muito tempo foi questionada e alguns defendiam que ela deveria ser evitada. Acreditava-se que elas eram mulheres cheias de vício e de ignorância e eram responsáveis pelos casos de mortalidade infantil da época. Entretanto, Franco (2016, p. 208) adverte que “embora a criança ainda tivesse sujeita a mulheres negligentes, a condições de higiene variáveis, ela, provavelmente, dividiria a atenção com menos infantes e não estaria obrigada a conviver diariamente com os enjeitados doentes”.

A fonte abaixo nos relata várias informações sobre o funcionamento interno da Casa dos Expostos, atrelado a isso podemos analisar os casos de mortalidade infantil e da alimentação que era oferecida dentro do estabelecimento.

Na Caza da roda dos Engeitados achei 39; entrarão 11, morrerão 12 existem 38 huns dentro, outros fora a criar, tive o desgosto que durante o tempo que inspecionei aquelles infelizes fosse o de maior mortandade proveniente de tosses e sarampos, e que neste numero entrasse os dous mais velhos, que pela sua idade de 11 annos, pela sua applicação, e boa índole deixarão magoado o coração das pessoas encarregadas da Roda e de todos os Membros desta Mesa [...]; durante o meu tempo fiz recolher a Roda alguns Engeitados por ter passado o tempo de sua criação infantil, e por julgar que elles serião mais regularmente dirigidos dentro do estabelecimento, além mesmo d’alguma economia para a Caza. Nada alterei no regime interno daquella Caza a excepção de ter dado aos Meninos fruttas todos os Domingos e dias Santos, e de festa Nacional não só por lhes hir assim ensinando a respeitar aquelles dias como para lhes dár esse natural regallo as crianças; tambem lhes mandei dá diariamente ortaliça, alimento necessario á conservação da saude tanto mais quanto neste Paiz a baze do alimento é carne; [...] / Manoel Duarte Godinho (Santa Casa da Misericordia. *Jornal Maranhense*. 16.07.1841; nº 3, p. 3 – 4)

De acordo com a fonte, no ano de 1841 muitas crianças haviam falecido proveniente de tosse e sarampo, a enfermidade e mortandade havia atingido até as crianças mais velhas do estabelecimento, causando comoção entre os funcionários da Santa Casa, devido elas serem aplicadas e possuírem boa índole. O inspetor da Casa dos Expostos destinou algumas crianças

aos cuidados do Guarda Livro e do Almojarife do Hospital, outras voltaram ao estabelecimento devido ter passado o tempo de criação e também por ser um motivo de economia aos cofres da Santa Casa, já que não seria pago o salário às amas.

No que se refere a alimentação dos expostos, percebe-se que o inspetor Manoel Duarte Godinho ordenou que aos domingos, dias santos e festividades nacionais fossem entregues frutas à instituição. Mas não era somente uma forma de “regalar” as crianças com esses alimentos, também era uma forma de ensiná-las a respeitarem aqueles dias. O mesmo inspetor ressaltou que a base alimentar da sociedade brasileira no século XIX era a carne, mas ele considerava essencial que as crianças se alimentassem de hortaliças, visto que elas se desenvolveriam de forma mais saudável.

A alimentação, em geral era insuficiente, também era pouco variada, com ausência de frutas, verduras e até de carnes. No refeitório a comida era mal distribuída: muitas vezes, as últimas crianças ficavam sem receber a sua porção de carne. Por isso, boa parte dessas crianças era anêmica e apática [...]. E com certeza, elas deviam ter estatura e peso que não correspondia a sua idade (MARCÍLIO, 2006, p. 284).

Na tabela a seguir podemos identificar outros tipos de alimentos que eram destinados à nutrição dos expostos.

**Tabela 4 – Tabela de Alimentos da Casa dos Expostos (1870)**

	Carne Verde	Pão	Far. <sup>a</sup> Secca	Arroz Graudo	Ass. Fino	Caffe Crú	Chá da Índia
Para cada exposto	12/0	8/0	6/0	2/0	3/0	2/0	2/8
Para cada servente	16/0		16/0	8/0			

Dá-se diariamente para todos 120 rº para temperos e sete de lenha de mague que mensalmente recebem, também para todos, 1:16 de sabão de andiroba, 14 quartuchos de aseite de carrapato, 1 novello de fio de algodão, 2 vassouras de carnahuba e dois abanos. / Extraordinariamente da-se todos os artigos da dicta ordinária e extraordinaria quando for ocasião de molestia os expostos internos carecem d’elles e sem prescriptos pelos médicos. / Maranhão, 15 de Fevereiro de 1870 / O Mordomo dos expostos Dr. Cesar Augusto Marques (APEM, Tabela de rações que vencem diariamente os expostos internos e serventes da Casa da Roda, 15.02.1870).

Percebemos que na dieta dos expostos estavam presentes alimentos como carne, pão, farinha, arroz, açúcar, café e chá. Na tabela não há a presença de frutas e hortaliças, sendo assim, uma alimentação com poucas variedades e nutrientes. Além dos alimentos, eram destinados outros utensílios à Casa dos Expostos, os quais eram usados no cotidiano do estabelecimento.

No que se refere ao vestuário dos expostos sabemos pelo Regulamento de 1832 que as crianças recebiam anualmente roupas e calçados. No relatório abaixo podemos analisar as verbas que eram destinadas tanto à alimentação, medicação e vestuário dos enjeitados.

Art. 5º Com a Casa dos expostos.

§ 1.º Ordenado da Directora.....	400\$000
<b>§ 2.º Alimento dos expostos, luzes, lenha e sabão.....</b>	<b>1:150\$000</b>
§ 3.º Salario ás amas externas inclusive um paneiro de farinha por mez.....	1:800\$000
<b>§ 4.º Vestuario e calçado.....</b>	<b>200\$000</b>
<b>§ 5.º Medicamentos.....</b>	<b>100\$000</b>
	3:650\$000

(Projecto de Lei fixado a despesa e orçando a receita da Santa Casa da Misericórdia para o anno de 1852: Despesa. *Correio de Annuncios*. 14/10/1851; nº 75, p. 3, *grifos nosso*).

De acordo com o jornal *O Telegrapho* (1878)<sup>9</sup>, os expostos “andavão pelas ruas da cidade quasi nús e descalços”. Segundo Marcílio (2006, p. 285), o vestuário das crianças da Casa dos Expostos era precário, geralmente possuíam uma muda de roupa por ano, as quais em muitos casos eram maltrapilhas e imundas. Mas ela justifica essa ocorrência devido à falta de recurso que a Santa Casa de Misericórdia possuía.

Em uma reunião da Mesa realizada em 1885, podemos analisar o quanto os expostos passavam por dificuldades e necessitavam da intervenção dos irmãos para amenizarem o estado de precariedade que passavam na Casa dos Expostos.

<sup>9</sup> (Transcrição: Ao partido Conservador. *O Telegrapho*. 03.08.1878; nº 109, p. 2-4).

O Mordomo dos Expostos Dr. Cypriano João Velloso Vianna, comunicou que de seu antecessor não recebeu relatório e nem esclarecimento algum, a respeito do estabelecimento; e manifestou a desagradável impressão que lhe causou o estado de penúria que ali encontrou, já pela urgente necessidade de roupas para os expostos, já pela insuficiente alimentação e finalmente pela falta de objectos de uso domestico [...] / Deliberou a Meza que o mesmo Mordomo providenciasse para o fornecimento das roupas e objectos do uso domestico; e que de accôrdo com o Mordomo do Hospital de Caridade, Dr. Sardinhas, augmentasse convenientemente a alimentação dos expostos [...] (APEM, Acta de Sessão de 24 de janeiro de 1885).

Pelo o que podemos analisar os expostos estavam necessitando de alimentação, roupas e objetos domésticos que eram usados no dia a dia. É notório que durante todo o século XIX as fontes indicam que a Casa dos Expostos passava por um estado de precariedade que consequentemente afetava a assistência às crianças.

Tal preocupação com o vestuário estava em conformidade com os princípios cristãos que pregavam o recato com o corpo, considerado “templo do Espírito Santo”, assim como com a preservação e o cuidado em usar algo apropriado para as meninas que se queria formar como futuras mulheres recatadas, dignas, modestas e tementes a Deus. Desde o instante em que passaram a usar um traje “identificador”, as meninas estavam ainda mais sujeitas ao olhar vigilante da instituição, que passava a ter sobre elas maior alcance de controle (SANTANA, 2008, p.71).

Entretanto, havia uma preocupação com a higienização do vestuário das crianças, que de acordo com o Regulamento da Casa dos Expostos de 1832, a roupa deles deveriam estar sempre limpas e em bom estado. Eram lavadas nas quintas e sextas-feiras, por uma escravizada encarregada por esse serviço. Além disso, quando saíssem do estabelecimento era recomendado que estivessem vestidos em uniformidade. Mas apesar de existir essa determinação, o cotidiano das crianças era bem diferente e no momento de crise econômica era difícil o cumprimento do regulamento e da assistência necessária aos expostos.

Não é por outra razão que as mortes por sarnas, diarreias, verminoses, epidemias, etc. eram tão frequentes nesses estabelecimentos. As crianças que, apesar de tudo, conseguiam “vingar” e chegar à idade adulta eram anêmicas, raquíticas, franzinas, de frágil constituição e saúde. E a disposição e a capacidade para o aprendizado e para o trabalho eram reduzidas. Muitas delas, na verdade, já tinham sua constituição e saúde irremediavelmente comprometidas desde antes do nascimento, em razão de uma gravidez marcada pela miséria, por privações, pelos maus-tratos e pela doença. Dai a razão de as crianças expostas serem caracteristicamente dóceis, submissas, sem ânimo e sem dinamismo. O círculo vicioso da exclusão das crianças sem-família fechava-se assim, com a fragilidade de sua saúde e a precariedade da formação sócio-educativa que as instituições lhes proporcionavam (MARCÍLIO, 2006, p. 267).

Renato Franco (2014) considera que as crianças enjeitadas estavam submetidas a condições precárias desde sua concepção e que esse fator somado a outras circunstâncias influenciaram na mortalidade dos expostos.

Há que considerar ainda que muitas das mortes, alheias a ineficácia da assistência, estivessem diretamente relacionadas a um processo de gestação frequentemente embaraçoso, degradante do ponto de vista físico e psicológico. Somem-se, também, rudimentares técnicas médicas para a resolução de problemas no parto e precárias condições de higiene. [...] Depois de nascer a criança ainda enfrentaria uma infinidade de empecilhos e doenças, como mau tratamento do cordão umbilical, mal de sete dias, vestuário impróprio, alimentação inadequada, sarna, bexiga, sarampo, lombriga, hepatite, gastroenterite (FRANCO, 2014, p. 205).

Em boa parte dos casos, as amas de leite foram culpabilizadas pela morte das crianças, – embora os expostos ainda estivessem sujeitos a mulheres negligentes – mas novos estudos têm mostrado que quanto maior o tempo que o exposto ficasse interno em um estabelecimento, maior seria a taxa de mortalidade infantil. Isso está relacionado às condições precárias que os enjeitados viviam nas instituições assistenciais.

Com a grande quantidade do número de mortes de criança em todas as Casas dos Expostos, a sua eficácia foi cada vez mais questionada. De acordo com Alcileide Nascimento (2006, p. 140), as instituições assistenciais como a Casas dos Expostos e Santa Casa de Misericórdia estavam longe de alcançar o objetivo de proteger e assegurar a vida das crianças, pois a eficácia desses estabelecimentos estava em desestimular a prática de abandono de crianças em lugares perigosos havendo uma substituição por um “abandono civilizado”.

Para além da imagem “selvagem”, eliminava-se da paisagem urbana o corpo devorado e a “prática de expor ao infanticídio” dava-se a visibilidade à criança na roda preservada em sua integridade física e não mais nas portas e calçadas à própria sorte, garantia-se o anonimato dos genitores em troca do fim do enjeitamento “desumano”, não se questionava a prática de expor, mas investia-se no abandono civilizado e desestimulava-se o infanticídio. Menos do que garantir a vida dos pequenos, preserva-se a cidade da imagem da “barbárie” dos corpos humanos devorados como alimentos de animais, que eram, como os porcos, posteriormente devorados pelos próprios homens, numa cadeia alimentar mórbida e degradante (NASCIMENTO, 2006, p. 140).

Após a criação da Roda dos Expostos, esperava-se que a sociedade considerasse condenável a prática do infanticídio, gerando um sentimento de repulsa e estranhamento por parte da população urbana. Assim, o costume que era tido como normal e naturalizado passou a ser compreendido como uma prática incivilizada. Para alcançar esse resultado os agentes

governamentais e os preceitos da moral cristã estiveram juntos condenando a mãe que abandonava seu filho, a qual era considerada cruel. Era enfatizado o papel de boa mãe, àquela que criava e alimentava seu filho com o próprio leite (NASCIMENTO, 2006, p. 141).

Analisando o Mapa Estatístico da Roda dos Expostos entre os anos de 1840-1843, podemos destacar o seguinte número de mortes.

**Tabela 5: Mapa Estatístico da Roda dos Expostos – Mortalidade (1840-1843)**

<b>1840</b>	<b>1841</b>	<b>1842</b>	<b>1843</b>
Existiam: 49 Mortes: 5	Existiam: 50 Mortes: 10	Existiam: 48 Mortes: 7	Existiam: 43 Mortes: 4
Número de Mortes: 26			

**Fonte:** (APEM, Mappa estatístico contendo o nome dos expostos na Roda da Casa da Santa Misericórdia: 1840, 1841, 1842 e 1843)

Vale ressaltar que algumas dessas crianças estavam na Casa dos Expostos, outros fora, com amas de leite ou entregues. As fontes não especificaram o motivo das mortes, mas como sabemos elas são decorrentes de várias causas.

Como analisamos, a alimentação, o vestuário e a higiene dos expostos estavam relacionados diretamente com a formação e educação das crianças. Pois era necessário que elas se alimentassem com refeições nutritivas que proporcionassem seu desenvolvimento, assim como a higiene dos seus corpos e vestuário, garantindo o bem-estar dos enjeitados. Mas em um momento de crise econômica e com a defesa das autoridades pelo fim da Casa dos Expostos devido as excessivas despesas, a assistência e a garantia de alimentação e vestuário esteve cada vez mais dificultada.

### 3.3. EDUCAÇÃO DE CRIANÇAS ENJEITADAS: distinção de papéis sociais através do ensino

Como um dos objetivos deste trabalho é entender o modelo educacional destinado aos expostos, presume-se que as crianças do sexo feminino e masculino possuíam uma educação diferente indo de acordo os valores do período em questão, por isso se faz necessário um estudo das relações de gênero no século XIX: por qual motivo meninas e meninos desvalidos eram educados e baseado em quais princípios havia uma diferenciação educacional?

Segundo Scott (1996, p.3), os estudos que analisam a categoria de gênero possuem como premissa a desconstrução do sexo em sua perspectiva biológica, considerando os papéis masculinos e femininos como uma “construção social”, em que estes são ressignificados de acordo com os diferentes contextos sociais, portanto, não havendo conceitos fixos nas representações de homem e mulher. Desse modo, a categoria “gênero” é importante para a análise do modelo educacional das crianças desvalidas.

Após o período de criação, os enjeitados voltavam à Casa dos Expostos, pelo que se percebe nas fontes não havia uma idade que determinava essa reintegração à instituição e se havia, ela não era cumprida. Entretanto, a partir de 6 e 7 anos, iniciava-se a fase de educação dessas crianças. A educação está relacionada diretamente aos enjeitados que regressavam à instituição, aos que não permaneceram com as amas após o período de amamentação ou que não foram acolhidas em uma família.

Havia uma preocupação com a educação dessas crianças e Diretora era a pessoa responsável por vigiar, tratar e instruir os enjeitados. De acordo com um anúncio de imprensa, podemos analisar como era o perfil esperado da pessoa encarregada pela educação das crianças.

A Meza da Caza da Santa Mizericordia desta Cidade acha-se na precisão de procurar huma Mulher da Nossa Religião Catholica, que tenha boa vida, costumes, e força para poder cuidar no tratamento, Educação, e ensinar a Doutrina Christã aos Expostos na roda da mesma Santa Caza; por isso convida a qualquer Snr.<sup>a</sup> que se queira applicar a este fim compareça na Caza de Despacho no 1º do proximo futuro mez as nove horas do dia para que sendo examinada pelos Irmãos da Meza, se possa ajustar para o dito emprego. E para que chegue a noticia de todas se mandou fazer publico por Editaes para a concorrência precisa. Maranhão 20 de Março de 1832. Joze Maria Faria de Mattos, Secretario da Meza (Aviso. *Publicador Official*. 24.03.1832; nº 45, p. 180).

Analisa-se que foi necessário ser publicado na imprensa um edital para a admissão da pessoa com o cargo de direção da Casa dos Expostos, a qual deveria ser uma mulher, católica, ter bons costumes e conduta. Seu trabalho seria o cuidado e educação das crianças, além de ensiná-las a Doutrina Cristã. Em 1832 foi criado o primeiro regulamento da Casa dos Expostos, o qual possuía sete instruções para orientar a Diretora sobre o funcionamento do estabelecimento.

A primeira norma especifica o perfil da administradora ou Diretora da Casa dos Expostos. Esperava-se que a Diretora possuísse boa educação para que ela pudesse repassá-la aos expostos, além de outros princípios já citados, como ter boa conduta, não possuir vícios, ter zelo, ser caridosa e temente a Deus. Sua idade deveria ser de 45 anos, mas que dispusesse de forças para realizar suas obrigações. Era recomendado que não tivesse filhos, que seu amor e dedicação fossem destinados exclusivamente aos expostos (APEM, Regulamento para a Casa dos Expostos aprovado em Meza de 29 de Abril de 1832).

A segunda norma estabelecia o compromisso da Diretora com o regulamento e todos seus dispositivos e de sua obediência aos Irmãos da Meza. Já na terceira, tratava-se dos cuidados que os expostos deveriam receber. Pois eles deveriam estar bem higienizados, assim como suas vestimentas necessitavam estar limpas e em bom estado. As refeições tinham de ser servidas em horários determinados, havendo restrição para alguns alimentos que não deveriam ser consumidos. Havia um certo grupo de pessoas escravizadas que serviam e trabalhavam na Casa dos Expostos, como uma lavadeira e outros escravizados que abasteciam o estabelecimento com lenha e água, havia também algumas meninas negras-escravizadas que eram crianças e serviam os expostos. Quando as crianças adoeciam, elas teriam de ser devidamente medicadas e cuidadas (APEM, Regulamento para a Casa dos Expostos aprovado em Meza de 29 de Abril de 1832).

A quarta norma se refere à educação, ao vestuário e de como os expostos deveriam se apresentar publicamente. Todas as atividades da Casa dos Expostos estavam relacionadas com a religião Católica. A principal educação que as crianças deveriam receber era a Doutrina Cristã, o regulamento não cita se havia outra modalidade de ensino. Desse modo, os expostos aprendiam as orações, que poderiam ser rezadas ou cantadas, obedecendo àquelas que eram próprias do dia. Iam às missas às segundas, sábados e domingos, a Diretora acompanhava a ida das crianças à capela do Cemitério e na Igreja de São José ou Pantaleão, mas para isso deveriam estar devidamente uniformizadas ao saírem em público, entretanto o regulamento não detalha como era o modelo das vestimentas, somente sabemos que os expostos recebiam roupas e

calçados e outros utensílios que eram necessários a eles (APEM, Regulamento para a Caza dos Expostos aprovado em Meza de 29 de Abril de 1832).

A quinta norma estabelecia algumas instruções de como deveria ocorrer o contato entre a sociedade e os expostos. As crianças não deveriam sair do estabelecimento, somente mediante a uma autorização da Mesa administrativa, as portas eram sempre fechadas, eram abertas apenas em casos necessários. Havia dias de visitação no estabelecimento, os quais deveriam ser na quinta-feira, domingo e dias santos. O estabelecimento se precaveria, estando higienizado e as crianças limpas para que se evitasse comentários da sociedade. A Santa Casa pretendia que as pessoas se solidarizassem oferecendo esmolas à Casa dos Expostos. O regulamento nos deixa a entender que as visitas eram previamente agendadas para que o edifício fosse organizado a tempo (APEM, Regulamento para a Caza dos Expostos aprovado em Meza de 29 de Abril de 1832).

A penúltima norma se refere ao período de criação dos expostos. Era obrigação da Administradora inspecioná-los quando estivessem fora do estabelecimento, assim como verificar o trabalho das amas de leite para saber se eles eram bem tratados e se o leite era suficiente para nutri-los. As amas deveriam levar as crianças que estavam em sua responsabilidade à Casa dos Expostos todos os domingos, para examinar o estado em que se encontravam. Já a última norma se refere aos registros da Casa dos Expostos que deveriam ser todos anotados em um livro pelo Inspetor (APEM, Regulamento para a Caza dos Expostos aprovado em Meza de 29 de Abril de 1832).

Em comparação a outros regulamentos internos, percebe-se que o da Casa dos Expostos não possuía muitas normas, seu principal objetivo estava direcionado à criação e educação das crianças, como elas deveriam se comportar diante da sociedade, a alimentação e vestuário que receberiam, as obrigações da Diretora e amas de leite, e a conservação e organização do estabelecimento.

O regulamento nos deixa a entender que as crianças possuíam um cotidiano ocioso, não sendo mencionada outras atividades que estariam relacionadas ao processo de educação e nem se havia recreação no estabelecimento que lhes proporcionasse algo mais lúdico. Marcílio (2006, p. 279) destaca que os expostos viviam abandonados à própria sorte e tinham uma vida difícil dentro da instituição. As meninas, por exemplo, viviam enclausuradas, não podiam sair às ruas porque era considerado um local de perigo, de pecado e de risco a honra.

Possivelmente, a aula de Primeiras Letras foi instituída na Casa dos Expostos somente alguns anos após a criação do estabelecimento, isso pode ter se motivado pela espera do crescimento das crianças e da volta delas para a Casa dos Expostos.

No Hospital de Expostos existe uma aula de Primeiras Letras para sua instrução: mas a educação d'elles não pode considerar-se completa, senão depois de se lhes assegurarem os meios de subsistencia, a fim de que, adultos, não se tornem pesados á Sociedade. Para o que, ou se deverão estabelecer officinas dentro do Hospital, ou á custa dos rendimentos da Provincia, ser mandados educar no Arsenal de Guerra da Côrte conforme a insinuação do Aviso da Secretaria de Estado de 14 de Janeiro de 1837. [...] (Discurso que, na ocasião da abertura da Assembléa Legislativa Provincial do Maranhão no dia 3 de Maio de 1838, recitou o Exm. Snr. Vicente Thomaz Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da mesma Provincia: Hospitaes. *Chronica Maranhense*. 28.05.1838; n° 34; p. 157).

Então, as crianças possuíam dois modelos de ensino, um que lhes ensinava os princípios cristãos e orações. Já o ensino de Primeiras Letras, instruía-os a ler e a escrever. Mas de acordo com a fonte essa não seria a principal instrução que deveriam receber e ela não era completa porque não garantia meios de subsistência aos expostos. Para que essas crianças se tornassem úteis à sociedade foi recomendado que fossem ofertadas oficinas no estabelecimento com o objetivo de prepará-las para o mundo do trabalho fora da instituição. Os expostos possuíam uma educação que ia de acordo com o gênero e os padrões sociais da época.

No caso dos meninos, a partir dos oito anos havia a possibilidade de serem encaminhados para a aprendizagem de um ofício em casa de algum mestre artesão, que usufruía dos serviços da criança, enquanto lhe ensinava as bases de seu artesanato. As meninas podiam ser enviadas para os Recolhimentos ou para prestar serviços gratuitos – sempre a título de aprendizagem – em casas de família, nas fábricas ou oficinas (MARCÍLIO, 2006, p. 280).

De acordo com o ofício do Mordomo dos Expostos enviado ao Presidente da Província no ano de 1860, podemos analisar o modelo educacional do estabelecimento, quantos expostos estavam a cargo da Santa Casa, os que sabiam ler, escrever, os que possuíam boa conduta etc. A tabela abaixo segue as informações fornecidas pela Diretora ao mordomo sobre as crianças que possuíam mais de 7 anos.

**Tabela 6 - Relação Nominal dos Expostos no Estabelecimento a Cargo da Santa Casa da Misericórdia (1860)**

Nomes									
1	Ignez do Valle Belforte	27	Coze	Faz renda	Gomma	Cozinha	Ler	Escreve	Boa conduta
2	Ricarda Ignez do Valle	25	Idem		Idem	Idem			Idem
3	Maria Joaquina Perete	21	Idem	Idem	Idem	idem	Idem	Idem	Idem
4	Roza Augusta Fontes	20	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem
5	Ritta Augusta Fontes	18	Idem				Idem	M. <sup>to</sup> pouco	Idem
6	Elligenia Maria Caldas	18	Idem	Idem	Idem	Idem	Idem	escreve	Idem
7	Joanna da En. <sup>cm</sup> Souza	17	Idem				Idem	M. <sup>to</sup> pouco	Idem
8	Maria Guerra Muniz	10	Tem princípios de costura e leitura						Idem
9	Estêfania de Freitas Maya	8	Idem	idem	De rendeira e leitura				Idem
10	Paulina Angelica Mag. <sup>es</sup>	7	Nada faz por ora por ser m. <sup>to</sup> doente						
11	Miguel Pedro Barradas	10	Tem princípios de leitura						
12	Sebastião da Silva Barros	9			Idem				
13	José Frazão Varella	9			Idem				
14	José Simões Reiz da Camara	9			Idem				
15	Raimundo Sabino Carneiro	8							
16	Henrique Barros Vas. <sup>con</sup>	7							

Fonte: (APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 14.01.1860).

Em 1860 existiam 16 expostos acima de 7 anos na Casa dos Expostos, 10 do sexo feminino e 6 do sexo masculino. Constava 7 expostas “casadeiras”, mas que ainda permaneciam no estabelecimento. Através dessa tabela percebemos que além dos expostos possuírem o ensino de Doutrina Cristã e Primeiras Letras, havia também o ensino de algumas prendas domésticas em que as expostas aprendiam a costurar, bordar, cozinhar e gomar, atividades que eram designadas ao sexo feminino naquele período. Além disso, foram identificados os expostos que possuíam boa conduta.

Apenas 8 meninas sabiam costurar e uma estava iniciando o ofício; 5 faziam rendas e uma era iniciante; a tarefa de gomar era realizada por ambos os sexos, 8 expostos executavam essa atividade; 5 cozinham; apenas 6 sabiam ler e 3 ainda estavam aprendendo, o que demonstra um número reduzido; assim como poucos sabiam escrever, constando o número de 4 expostas e duas escreviam muito pouco; e 9 deles possuíam boa conduta.

Destaca-se o fato de haver uma exposta que não recebia educação porque era muito doente; os dois meninos mais novos do estabelecimento não foram classificados em nenhuma categoria e somente o exposto do sexo masculino mais velho de 10 anos possuía princípios de leitura.

Podemos analisar que na Casa dos Expostos a educação que as crianças recebiam também estava voltada para o mundo do trabalho, apesar de haver o incentivo da implementação das aulas de Primeiras Letras, poucos deles sabiam ler e escrever. Havia outra problemática existente no estabelecimento, pois existiam 7 expostas que atingiram a idade de se casar e ainda permaneciam no estabelecimento, muitas delas já maiores de idade. Esperava-se que elas se tornassem úteis à sociedade formando uma família ou trabalhando em algum ofício, mas de acordo com a fonte, percebe-se uma dificuldade de inserção dessas meninas na sociedade.

Meninas e suas mestras, seres femininos de diferentes idades, estavam subordinadas às regras sociais que pautavam valores como obediência e disciplina, e se concretizavam nas ações e comportamentos cotidianos esperados para seu universo – docilidade, submissão, religiosidade, expectativa de matrimônio e maternidade e aprendizado de prendas domésticas para o futuro lar ou para um possível trabalho que garantisse a sobrevivência num mundo em fim de século e em processo de industrialização (SANTANA, 2008. p. 69).

Meses depois o Mordomo dos Expostos encaminhou o mapa do movimento da Casa dos Expostos em que podemos analisar algumas informações importantes.

Desde a criação do estabelecimento até aquella data tem para elle entrado 254 expostos de ambos os sexos, dos quaes 171 fallecerão, 21 forão entregues a diversos, 16 a casa dos educandos, 4 ao Asylo de Santa Thereza, 8 para aprender offios mechanicos, uma exposta casou e outra evadio-se. / As expostas adultas, que existem no estabelecimento sabem ler, coser, bordar, gommar, cosinhar. Uma dellas sob as vistas da directora, ensina a ler e a coser as de menor idade. São ellas as que fazem a roupa necessaria para o hospital. / Ha no estabelecimento 5 menores de 9 a 10 annos, que podem ser admittidos na casa dos educandos, logo que se proporcione para isso logar. [...] (APEM, Ofício do Mordomo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 10. 04.1860).

Percebe-se que desde 1829 em que a primeira criança entrou no estabelecimento a 1860, houveram muitos abandonos totalizando o número de 254. Entretanto, muitos dos expostos faleciam, isso poderia decorrer de doenças que eles já traziam consigo ao serem enjeitados, ou devido à falta de higienização, de nutrientes na alimentação, entre outros fatores. Mas esse fato também pode demonstrar um descaso e uma certa contrariedade da Santa Casa de Misericórdia com os seus objetivos, já que o estabelecimento não conseguia proporcionar uma qualidade de vida às crianças acarretando na morte de muitas delas.

De acordo com o ofício, havia uma grande movimentação dos expostos, muitos deles eram acolhidos em casas de famílias e outros enviados a instituições de assistência. É destacado pelo mordomo que no estabelecimento existiam algumas expostas adultas que sabiam administrar tarefas domésticas, porém ainda continuavam no estabelecimento sem destino ou casamento, situação que ocorria com frequência na Casa dos Expostos.

Havia uma preocupação maior com as moças que atingiam a idade de deixar o estabelecimento e que haviam finalizado o período de educação, muitas delas continuavam encerradas na Casa dos Expostos. As desvalidas adultas que continuavam sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão retribuía a assistência que recebiam com trabalhos domésticos, auxiliando na confecção das roupas do hospital ou também ajudando na educação de outras crianças sobre a inspeção da Diretora.

Essas atividades eram consideradas do sexo feminino e devido a maioria das expostas se encontrarem sem destino era recomendado que elas auxiliassem a Santa Casa, como uma forma de troca de favores ou de pagamento por ainda estarem no estabelecimento como ocorreu no caso a seguir: “O Snr.º Godinho, mordomo dos hospitaes, pedio que a Meza auctorizasse a compra de 50 camizolas de domestico, as quaes, a ser possível, fossem preparadas na caza dos expostos, o que foi aprovaddo” (Acta de Secção de 17 de outubro de 1883).

As expostas que eram subordinadas à Diretora, Provedor/Presidente da Província, Mordomos e os Mesários, aprendiam que o mundo era dominado pelos homens, cabendo a obediência e sujeição a eles. Acreditava-se que dentro da Casa dos Expostos elas estariam livres do pecado, prostituição e mendicância, os quais poderiam atentar contra a honra das desvalidas. Dessa forma, podemos considerar que o estabelecimento era um espaço reprodutor da típica educação feminina, a qual possuía domínio sobre os corpos e mentes das meninas (SANTANA, 2008, p. 71).

Como destacado, os meninos possuíam um tipo de educação diferente das meninas. Geralmente, eram encaminhados para a Casa dos Educandos Artífices ou a Companhia de Aprendizes Marinheiros, onde poderiam aprender algum ofício ou serem praças. A seguir, analisaremos o destino que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão deu aos expostos.

### **3.4. O DESTINO DOS EXPOSTOS: casamentos, encaminhamentos e perfilhações**

A Misericórdia se preocupava em dar um destino às expostas de acordo com os padrões sociais da época, de casamento ou prestação de serviços domésticos, enquanto os meninos poderiam ter mais autonomia e possibilidades de construir suas vidas fora do estabelecimento. Era comum que as meninas realizassem tarefas domésticas na Santa Casa em troca do sustento ou como já exposto, eram encaminhadas a asilos ou recolhimentos, onde recebiam dotes de casamento. Por isso, toda a educação das expostas deveria ser voltada a preservação da honra e a virtude que as fizessem boas mães, esposas e donas de casa (PINHEIRO, 2020, p. 42).

O casamento era o melhor e mais desejado destino que se poderia dar às meninas sob a tutela da Santa Casa. Para multiplicar os casamentos das expostas, manteve-se até inícios do século XX, o sistema de dotes, oferecidos aos moços que se casavam com as expostas reclusas. O dote, além de costume antigo, era o meio necessário para atrair rapazes para as moças casadouras da Roda e do Recolhimento das Misericórdias (MARCÍLIO, 2006, p. 296).

As candidatas ao dote deveriam ter entre catorze e trinta anos, ser solteiras e pobres. Deveriam casar-se na Igreja da Misericórdia em um prazo estimado de seis anos, tempo necessário para conquistar um marido. Já os rapazes interessados no casamento com as meninas expostas deveriam apresentar-se, entrar com um requerimento, logo após era exigido declarações de testemunhas sobre sua moral e conduta (MARCÍLIO, 2006, p. 296).

O dote provinha de doações de benfeitores ou dos recursos da própria Santa Casa. A orfandade, pobreza, virtude e castidade eram os principais requisitos para o recebimento do benefício.

A prática da concessão dos dotes pela Misericórdia seguia normalmente algumas regras básicas. Eles poderiam ser recebidos através de sorteio, ou de acordo com as prioridades estabelecidas pela Mesa. Na maior parte das vezes, os dotes foram concedidos após solicitação das próprias candidatas. Elas encaminhavam um requerimento à Mesa, solicitando um dote para “tomar estado de casamento” ou [...] “livrar-se da comunicação do mundo”. [...] “livrar-se da comunicação do mundo”, não necessariamente deveria significar recolher-se a um convento. A instituição do casamento garantia no imaginário da época a “proteção” e a segurança que a expressão sugere e era desejada pelas candidatas (ALGRANTI, 1993, p. 52-53).

Um dos primeiros dotes destinados a uma exposta da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi o de Belisaria de Seixas, a qual foi enjeitada no dia 6 de março de 1834<sup>10</sup> e foi educada por José Raymundo Rego, no ano do requerimento ela possuía 19 anos.

[...] Por ocasião de tratar-se do casamento de uma exposta da santa casa de nome Belisaria de Seixas, que sem ônus algum da parte da mesma, fõra educada em casa do cidadão José Raymundo Rego, solicitou este um auxilio pecuario para as despesas do consorcio, o qual julgou a mesa de rigorosa justiça conceder-lhe, arbitrando a quantia de 400\$000 reis. Como, porem, não cogitasse o orçamento vigente de fundos para despesa desta natureza, determinou-se, que não effectuasse o pagamento sem previa aprovação do corpo legislativo provincial. Eis porque no orçamento, que vos será presente, regulando a receita e despesa da santa casa, se incluio a competente verba. / Existindo na casa dos expostos algumas moças em estado núbil, às quais não se tem sido possível dar destino, conviria que houvesse no orçamento uma verba permanente para ser distribuído em dotes com aquellas que achassem pertinente (Relatorio do Presidente da Provincia do Maranhão, Dr. Eduardo Olimpio Machado, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, no dia 1º de Novembro de 1853. *Publicador Maranhense*, 12.11.1853, nº 1467, p.2).

De acordo com o relatório, a Santa Casa não possuía em seus cofres uma verba destinada para a concessão dos dotes, por isso necessitava primeiramente da aprovação da Assembleia Legislativa de onde proveria o recurso. Isso nos leva a crer que o costume de dotação das expostas não existia antes do requerimento de Belisaria de Seixas e que ela teria sido o primeiro caso de dotação da Santa Casa. O dote da exposta foi aprovado meses depois em forma de lei.

---

<sup>10</sup> (APEM, Mappa estatístico contendo nome dos expostos na Roda da Casa da Santa Misericórdia desde o primeiro de janeiro de 1840 até o ultimo de Dezembro do mesmo anno com as competentes notas, 1840)

Art. 4.º Fica approvedo o dote de 400\$000 rs concedido à exposta Belizaria de Seixas, é auctorizada a administração da santa caza à fazer iguaes concessões a qualquer das outras expostas do estabelecimento que pretenderem despozar-se, abrindo para esse fim um credito extraordinário (Governo da Província: Lei n.º 341 – 2 de janeiro de 1854. *Publicador Maranhense*, 21.01.1854, nº 1491, p. 1)

No artigo 4º da Lei n.º 341, é aprovado o dote de Belisaria de Seixas e estabelecido o valor do auxílio que seria de 400\$00 réis, destinado a todas as expostas que contraíssem matrimônio, mas para isso deveria ser aberto um crédito extraordinário. Mas apesar da existência dos dotes que possivelmente atrairiam pretendentes, os casamentos com as meninas expostas ainda eram raros como podemos analisar abaixo.

Além da exposta, que casou-se em Novembro de 1858, e que a Santa Casa deu um dote de 400\$000 réis, existem no estabelecimento 7 ou 8 meninas em circumstancias de tomar estado, sem que a mesa saiba o destino que lhes ha de dar, e continuarão pela ventura a permanecer nelle durante toda a vida, por serem ainda mui raros os casamentos, que para as mesmas se deparão. São ellas que cosem a roupa dos hospitaes (Relatorio com que o Illm. e Exm. Snr. Presidente, Dr. João Lustosa da Cunha Paranaguá, abrio a Assembléa Legislativa Provincial, no dia 3 do corrente. *Publicador Maranhense*. 10.05.1859, n.º105, p. 2).

De acordo com a fonte o costume da dotação ainda estava mantido, mas existiam algumas expostas já adultas que não se casaram e não se sabia qual destino elas teriam. Observa-se que segundo o relatório o casamento das meninas expostas ainda era muito raro na sociedade, mas não conseguimos identificar a causa desse fator, talvez se motivava pela condição das desvalidas, ser exposta seria um estigma presente em todas os âmbitos da vida dessas meninas, as quais não possuíam pais, renda e nem um sobrenome que de lhes dessem um status social.

Havia casos que os benfeitores deixavam legados à Misericórdia para que fossem destinados às expostas em forma de dotes de casamento, essa ação tinha como objetivo prevenir as meninas da prostituição e da mendicância (MARCÍLIO, 2006, p. 297). Conseguimos identificar na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão o caso do Juiz de Direito da comarca de Alcântara, Dr. Cássio Antônio da Costa Ferreira que deixou um legado à instituição. Ele era filho do Barão do Pindaré, Antônio Pedro da Costa Ferreira (1778-1860), faleceu já aposentado no dia 13 de novembro de 1881 em Paris (*O Paiz*, 06.12.1881, nº 275, p. 2).

Abaixo podemos analisar como eram realizados os requerimentos de dote de casamento na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão.

Um requerimento de Boaventura Tolentino da Conceição casado com Sophia Ribeiro da Costa Ferreira, pedindo que fosse sua mulher contemplada com um legado de dous contos de reis instituído pelo finado Dr. Cassio Antonio da Costa Ferreira, visto reunir ella os requisitos recomendados por esse testador, quaes os seguintes que provara com attestado que juntou: - ser ella filha de Alcantara, orphã de pae e mãe por occasião do fallecimento do testador, de boa conduta e ter o sobre-nome de “Costa Ferreira”, de acordo com a respectiva verba testamentaria; acrescentando ainda ser a mulher do pretendente afillhada de baptismo do mesmo finado, conforme se via do citado attestado (APEM, Acta da secção de 11 de março 1884).

Normalmente, o requerimento para a obtenção do dote era feito pelo marido ou candidato a casamento das expostas. Ao deixar o legado para a Misericórdia o benfeitor determinava algumas regras no seu testamento que deveriam ser cumpridas, não tivemos acesso ao testamento de Cássio Antônio da Costa Ferreira, mas de acordo com as fontes que se referem à 21ª verba testamentaria, o benfeitor deixou um legado às meninas órfãs no valor de dois contos de reis, que fossem naturais de Alcântara, que tivessem os sobrenomes “Costa Ferreira” e que possuíssem boa conduta. O juiz havia falecido no ano de 1881, mas percebe-se que somente em 1884 as expostas requeriram o benefício.

Para a obtenção do dote, a requerente juntamente com o seu pretendente deveria apresentar provas dos requisitos exigidos pelo benfeitor, como foi o caso de Boaventura Tolentino da Anunciação e Sophia Ribeiro da Costa Ferreira. Nota-se que ela cumpria com todos os requisitos e além disso a desvalida era afillhada do testador. Entretanto, o legado era destinado às meninas órfãs com o objetivo de ampará-las e assim servir de dote de casamento, porém a requerente já se encontrava casada. Alguns mesários eram a favor do benefício a Sophia e outra parte dos mesários eram contra a aprovação do dote. Por isso, a discussão foi posta em votação, a qual teve como resultado o deferimento do benefício.

Outro dote de casamento foi destinado a uma órfã de pai e de mãe que estava sob a tutela de seu tio, ela recebeu o mesmo valor de 2 contos de réis.

Um requerimento de Mariano Altimo da Silva Ribeiro, tutor de sua sobrinha Manoela da Costa Ferreira, filha legitima dos fallecidos José Pedro da Costa Ferreira e sua mulher D. Rosa de Viterbo da Silva Ferreira, trazendo ao conhecimento da Mesa, que de acordo com os procuradores de C.<sup>m</sup> Franklin da Costa Ferreira, testamenteiro do finado Dr. Cassio Antonio da Costa Ferreira, e em virtude da 21ª verba testamentaria deste, tratou de casar aquella sua tutelada; e por se achar ella nas condições exigidas pela dita verba – orphã de pae e mae, filha de Alcantara e ter o sobrenome de “Costa Ferreira” requeria que a ella fosse dado um dos legados de dous contos de que trata a citada verba. Posto em discussão este requerimento e depois suspeito a votação, foi atendido (APEM, Acta da secção de 11 de março de 1884).

De acordo com os livros de ata da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, o último dote de casamento oriundo do testamento de Cássio Antônio da Costa Ferreira foi destinado a Anna Ponçadilha Duarte que era órfã somente de pai.

Um requerimento de Francisca Izabel Corrêa Ponçadilha no qual diz tendo de brevemente casar-se sua filha menor Anna Ponçadilha Duarte, que é orfã, honesta e nascida em Alcantara, como prova com os documentos que junta, vinha requerer a Mesa que fosse dado a referida sua filha, um dos legados de dous contos de reis deixados pelo finado Dr. Cassio Antônio da Costa Ferreira. Posto em discussão esse requerimento teve o seguinte despacho, que foi assignado por todos os membros da Mesa: Attendida. [...] (APEM, Acta da secção de 09 de abril de 1884).

Percebe-se que a órfã não possuía o sobrenome “Costa Ferreira” que era um dos pré-requisitos para receber o benefício, porém ela era honesta e nascida em Alcântara e levava alguns documentos que comprovavam o que havia sido escrito no requerimento. Dessa forma, o dote foi aprovado e assim se finalizaria a distribuição de todos os legados do benfeitor, porém o recurso ainda deveria ser repassado às destinatárias.

Após a distribuição do legado do Dr. Costa Ferreira, outras expostas também foram beneficiadas com dotes de casamento como foi o caso de Maria Honorina Sousa Carneiro.

Requerimento ja informado favoravelmente pelo Mordomo dos Expostos, de José Maria dos Santos, pedindo permissão à Meza para cazar com a exposta Maria Honorina Sousa Carneiro. A Meza resolveo conceder a permissão requerida; e que o Snr. thesoureiro prestasse dos cofres a seu cargo a quantia de dusetos mil reis (200\$000) á mesma exposta para os arranjos de seu enxoval (APEM, Sessão Administrativa em 25 de abril de 1886).

O dote que a exposta recebeu era destinado a seu enxoval e percebemos que a quantia possuía o valor de 200 mil réis, ou seja, a metade do valor garantido por lei. Esse fato pode demonstrar que a dotação poderia ser entendida como uma despesa para os cofres da Santa Casa em um momento de crise econômica e que por esse motivo o dote havia diminuído de valor.

Houveram casos em que o requerimento era indeferido como o que ocorreu abaixo.

Requerimento de Maria Ritta Barciolla Martins exposta da Roda donde com permissão da Meza sahio em Fevereiro de 1873 para companhia de sua ama Ritta Balhima Ramos pedindo que lhe seja concedida qualquer esmola para ajudala-a nas despesas do enxoval de seu casamento, a exemplo do que a Meza resolveo em favor de duas expostas que estam para cazar. / Foi indeferido a

vista das observações do Snr. Mordomo dos Expostos (APEM, Acta da sessão de 10 de junho de 1886).

A fonte não esclarece o motivo pelo qual o dote foi negado e nem sabemos quais foram as observações levantadas para que ele fosse indeferido. Talvez pelo fato de a exposta não estar mais nas dependências da Santa Casa, mas sim na de sua ama durante o período de 11 anos, ele tenha sido negado. Mas podemos observar que a requerente se sentia no direito de receber algum tipo de ajuda devido outras meninas desvalidas terem sido assistidas.

Podemos perceber que a Santa Casa de Misericórdia por ser uma instituição de princípios cristãos, educou as crianças com ênfase em uma educação religiosa, de acordo com a formação católica, dando destaque aos valores morais e disciplinares. O principal objetivo da educação destinada aos expostos era inicia-los no mundo do trabalho para que eles pudessem garantir um meio de subsistência fora da Casa dos Expostos e que tivessem uma vida produtiva e digna. Além disso, o casamento e a dotação das meninas possibilitaram que as expostas cumprissem com os objetivos da Santa Casa e não seguissem o caminho da prostituição e desonra, o qual era temido pela instituição e pelo Estado.

O discurso de caridade abriu caminho para o discurso da utilidade. Os atos caritativos para o alcance da graça divina cediam à premência da utilidade pública. As crianças deveriam ser úteis a si e ao Estado, trabalhar para o seu sustento e produzir riquezas para o Estado. De filhos da caridade alheia passavam à condição de filhos do Estado. Para eles estava reservado o mundo do trabalho e da guerra. A mãe pátria exigiria suor e sangue em troca dos seus cuidados e atenção dados na idade da puerícia (NASCIMENTO, 2006, p. 225).

Os estabelecimentos caritativos que foram criados no Maranhão que tinham como objetivo assistir as crianças desvalidas foram essenciais para darem continuidade na educação dos enjeitados. Esses espaços faziam parte de uma política de preservação, mas também de uma estratégia de segurança que possuía como objetivo o aproveitamento de meninas e meninos desvalidos, combatendo os perigos da “vadiagem” e prostituição pela disciplina do trabalho (NASCIMENTO, 2006, p. 191).

Na Casa dos Expostos eles recebiam uma educação mais voltada para os princípios e valores cristãos e ao serem encaminhados para outros estabelecimentos eram iniciados no mundo do trabalho.

CASA DOS EXPOSTOS - É este estabelecimento confiado á santa casa, mediante um pequeno subsidio da província. / Em janeiro do corrente anno existiam 14 expostos: até setembro entraram 2, sahiram – vivo 1 e mortos 2. Existem 13. / Conviria fixar a preferencia dos expostos para serem em tempo recebidos na casa dos educandos artífices e no asylo de Santa Thereza, visto que são obrigados, logo que atingem á maioridade, a deixar a casa, onde não podem receber uma educação perfeita. [...] (APEM, Relatório com que o Exmº. Sr. Dr. Franklin Américo de Meneses Doria passou a administração ao Exmº. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo, 28.10.1867).

De acordo com o relatório, a educação que os expostos recebiam da Santa Casa não era suficiente, era necessário que eles fossem transferidos a outros estabelecimentos que pudessem assisti-los e educa-los. O Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios, a Companhia de Aprendizes Marinheiros, a Casa dos Educandos Artífices e o Asilo de Santa Thereza, foram as principais instituições que acolheram os expostos da Santa Casa de Misericórdia.

A Lei Provincial n.º 118, instituída pelo Presidente da Província João Antônio de Miranda em 1841, estabeleceu a admissão das expostas no Recolhimento de Nossa Senhora de Anunciação e Remédios. Ao completarem 7 anos as expostas deveriam ser encaminhadas ao Recolhimento por decisão da Mesa. Porém, a Santa Casa de Misericórdia era responsável por mantê-las financeiramente no estabelecimento. A saída das meninas era permitida quando elas contraíssem matrimônio, devendo ser dotadas após o casamento com a quantia de 400 mil réis (*Jornal Maranhense*. 07.12.1841, nº 41, p. 1).

Após a criação da Casa dos Educandos Artífices, os expostos passaram a ser admitidos nesse estabelecimento, que segundo Marcílio (2006, p. 288) a criação dessa instituição supriu as necessidades da Santa Casa de Misericórdia, a qual não podia dar destino aos meninos entre 10 e 11 anos que viviam na ociosidade.

Em observancia do officio de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> datado em 25 do corrente, tenho dado as convenientes ordens para que quanto antes seja apresentado o Exposto Antonio Vieira da Silva e Souza ao Director da Casa dos Educandos Artífices; afim de que preenchendo hum lugar que ali se acha desocupado para applicar-se a algum officio. [...] / E como se achem ainda sem destino, mas com idade de se deverem aplicar, a officios, os dois Expostos Raimundo Fernandes Silva e João da Rocha Santos; a Meza roga a V. Ex.<sup>a</sup> que haja mandal-os admittir no dito Estabelecimento d'Educandos, pagando a Santa Caza por enquanto toda a despeza que elles ali fiserem (APEM, Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Vice-presidente da Província, 28.06.1845).

Apesar de que por lei, os expostos possuíam prioridade para serem admitidos na Casa dos Educandos Artífices, eles precisavam esperar a abertura de alguma vaga, como foi o caso do exposto Antonio Vieira da Silva e Souza. E quando não havia vagas suficientes e os meninos estavam na idade de saírem da Casa do Expostos, a Santa Casa pagava pelas despesas deles na Casa dos Educandos Artífices como pensionistas até que fossem ofertadas novas vagas para admissão.

Antes de 1855, a principal instituição que assistia as expostas desvalidas era o Recolhimento de N. S. de Anunciação e Remédios, mas como vimos anteriormente, a Santa Casa de Misericórdia pagava pelo subsídio das meninas.

Existindo na caza da Roda dos Expostos a cargo da Santa Caza da Mizericordia algumas meninas, que já se achão na puberdade – incumbe-me a Meza administrativa deste Estabelecimento de rogar a V. Ex.<sup>a</sup> queira ter a bondade de mandal-as admittir no Recolhimento de N. Senr.<sup>a</sup> da Annunciação e Remedios desta cidade, em quaoquer vaga, que alli recorrão no numero das 12 orphãs pobres alimentadas a mota da Provincia – atendendo á deficiência dos meios da Santa Caza já para a sustentação dellas – e já para dar-lhes hum destino conveniente ao seu futuro (APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 12.04.1849).

Devido as expostas já estarem na puberdade, próximo a idade de se casarem era pedido que as meninas fossem logo admitidas no Recolhimento, afim de que recebessem uma educação que as preparasse para o matrimônio. A causa do requerimento também se motiva porque nessa fase não seria mais aceito a convivência entre meninos e meninas na Casa dos Expostos.

Não havia espaço para dúvida: meninos só poderiam permanecer na instituição até a idade de 12 anos, quando eram direcionados para o ensino prático de algum ofício, enviados para outras instituições que aceitassem pessoas do sexo masculino ou para empregos diversos sob o acompanhamento da instituição. [...] O Asilo não estava organizado para administrar a convivência entre meninos e meninas púberes, considerando que a idade implicava em ameaça à moralidade: a adolescência e suas mudanças hormonais e o despertar da “temida” sexualidade. Desde cedo, a identificação do indivíduo se dá com base em seu sexo, em sua configuração biológica (SANTANA, 2008, p. 99).

Havia expostas que foram educadas em outras instituições, como Paulina Pinto Roxo de Magalhães e Maria Guerra Muniz que em 1870 foram admitidas no Colégio de N. S. de Nazareth, a primeira sem nada pagar e a outra pagava a quantia de 25 mil réis.

CASA DOS EXPOSTOS – [...] Em fevereiro do corrente anno existiam 14 expostos, inclusive os que se acham confiados ás amas fora do estabelecimento. Estão alem daqueles sendo educadas no collegio de N. S. de Nazareth as expostas de nome Paulina Pinto Roxo de Magalhães e Maria Guerra Muniz, sendo esta gratuitamente e aquella mediante a quantia de 25\$000 reis mensaes prestados pelos cofres da Santa Casa (APEM, Relatório que a S. Ex.<sup>a</sup>. O Sr. Presidente da Provincia Dr. José da Silva Maya apresentou no dia 18/05/1870 perante a Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da instalação de sua sessão ordinária).

Abaixo podemos analisar mais um encaminhamento de um exposto que necessitava deixar a Casa dos Expostos devido ele está na fase da puberdade.

Tendo o exposto de nome Sebastião da Serra Pinto, attingido a idade de 10 annos, e tornando-se necessario retiral-o do meio das expostas, vou pedir a V. Ex.<sup>a</sup> se digne de dar suas ordens para que seja o referido exposto receber na Casa dos Educandos Artífices ou na Companhia de Aprendizes Marinheiros.

(APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 16.09.1878).

Como percebemos, devido o exposto está com a idade de 10 anos e próximo da fase da puberdade era necessário que ele fosse educado afastado das meninas. Por esse motivo o mordomo pediu ao Presidente da Província para que ele fosse transferido à Casa dos Educandos Artífices ou à Companhia de Aprendizes Marinheiros, instituições que assistiam os meninos desvalidos.

Segundo Foucault (2019, p. 31) os colégios ou outras instituições educativas possuíam em seus dispositivos arquitetônicos, nos regulamentos disciplinares e na organização interior uma preocupação com a sexualidade das crianças.

Todos os detentores de uma parcela de autoridade se colocam num estado de alerta perpétuo: reafirmando sem trégua pelas disposições, pelas precauções tomadas e pelo jogo de punições e responsabilidades. O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com o sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. [...] o sexo do colegial passa a ser, no decorrer do século XVIII – e mais particularmente do que o dos adolescentes em geral –, um problema público. Os médicos se dirigem aos diretores dos estabelecimentos e aos professores, também dão conselho às famílias; os pedagogos fazem projetos e os submetem às autoridades; os professores se voltam para os alunos, fazem-lhes recomendações e para eles redigem livros de exortação, cheios de conselhos médicos e de exemplos edificantes, toda uma literatura de preceitos, pareceres, observações, advertências médicas, casos clínicos, esquemas de reforma e planos de instituições ideais prolifera em torno do colegial e de seu sexo.

Dessa forma, entendemos que a questão da sexualidade das crianças não foi só uma preocupação da Santa Casa de Misericórdia, mas sim da sociedade. Era preciso que a sexualidade delas fosse controlada, além de formar indivíduos que possuíssem honra e virtude, e meninas que fossem recatadas e virgens até o casamento. Por isso, seus corpos eram vigiados a todo momento, além de não possuírem decisão própria sobre seus destinos. O Presidente da Província juntamente com a Mesa, composta pelos irmãos da Santa Casa eram as pessoas responsáveis pela aprovação ou não das transferências a outras instituições, assim como os casamentos das expostas.

O onanismo praticado pelas crianças também foi alvo de controle pelas autoridades, era considerado como epidemia que deveria ser extinta. Sendo assim, foi combatido por religiosos, médicos e pedagogos: “em todo canto onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidas armadilhas para forçar confissões, impostos discursos inesgotáveis e corretivos” (FOUCAULT, 2019, p.47).

Abaixo podemos perceber que três expostos foram transferidos à Companhia dos Aprendizes Marinheiros, geralmente os meninos que eram considerados rebeldes e indisciplinados eram enviados a essa instituição. Era uma forma de dominá-los, de exercer o poder sobre seus corpos e torná-los submissos a todo um regime de regras e disciplina.

Em cumprimento de que me foi por V. Ex.<sup>a</sup> determinado na ultima Sessão da Meza da Santa Caza da Mizericordia, remeti hoje ao Capitão do Porto os expostos Alberto Antonio Gonsalves, Omer Bandeira Duarte, e Raimundo Sabino Carneiro, para praça na Companhia de aprendizes marinheiros; o que tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex.<sup>a</sup> (APEM, Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 25.08.1862).

O encaminhamento dos expostos a outras instituições representava mais que uma maneira de assisti-los, era também uma forma de cumprir as regras morais vigentes no período oitocentista e de delimitar o lugar da mulher e do homem na sociedade. As meninas em asilos ou em recolhimentos eram educadas diferentemente dos meninos, os quais aprendiam ofícios mecânicos ou militares. Os expostos eram separados antes que se iniciasse a fase da puberdade, justamente porque cada gênero possuía um papel social a ser desempenhado na sociedade.

Como analisamos, os expostos possuíram diferentes destinos, algumas expostas contraíram matrimônio, alguns foram admitidos em instituições de caridade e outros foram restituídos ao seio familiar como ocorreu com três enjeitadas no caso abaixo.

A mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia mandou ultimamente entregar 3 expostas adultas, uma a sua madrinha, outra a uma irmã de criação, e outra á uma mulher que se diz sua mãe. Destas a primeira foi effectivamente entregue a sua madrinha. As outras duas tem a receber, uma 90\$000 reis, outra 155\$000, importancia de legados, que lhes deixou a mulher, que as criou, e foi entregue a Santa Casa par dar lh'a em ocasião oportuna. Dissarão me que desejarão receber esse dinheiro antes de sahir, ao que annui, e só espero que haja meza para lh'o mandar dar afim de seguirem ellas o seu destino. / Duas amas pretendem ficar com as crianças sem pensão da Santa Caza, logo que termine o tempo de criação das meninas em Julho deste anno. Julgo que se deve annuir a sua proposta, que levarei em tempo ao conhecimento da meza (APEM, Offício do Mordomo dos expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 10. 04.1860).

Como discutido, a Santa Casa de Misericórdia tinha preocupação com o destino dos expostos adultos, no caso acima percebemos que as expostas haviam sido entregues a pessoas que pudessem dar continuidade na assistência dessas desvalidas. Percebe-se que os laços afetivos que os enjeitados possuíam fora da Casa dos Expostos eram mantidos, como foi o caso da madrinha que assumiu a responsabilidade de assistir sua afilhada, além de outra exposta que foi entregue a sua irmã de criação. No terceiro caso a mãe assumiu a maternidade e reconheceu como filha a menina que havia enjeitado. E às duas últimas expostas foram entregues legados deixados pela pessoa que foi responsável por assisti-las na fase de criação, mais uma vez se repetindo e se estendendo as relações de afeto para além da Casa dos Expostos.

A relação de afeto também existia entre as próprias expostas como ocorreu com Paulina Angelica Nogueira Lima da Silva, que após se casar requereu junto de seu marido que lhe fosse entregue a exposta Maria da Conceição e Silva para viver junto de sua companhia e de seu esposo.

Pelo Snr.º Mordomo interino dos expostos foi apresentado um requerimento em que Antonio Monteiro da Silva, casado com a exposta de nome Paulina Angelica Nogueira Lima da Silva, pedia licença da Meza administrativa para poder retirar da Caza dos Expostos para sua companhia e de sua mulher, a recolhida Maria da Conceição e Silva, de 26 annos de idade. / Posto em discussão o mesmo requerimento resolveo a Meza, em vista do que informou o dito Snr.º mordomo e da declaração feita pela exposta Maria da Conceição, que lhe fosse ella entregue sem onus algum para a Irmandade (APEM, Acta de Secção de 7 de abril de 1883).

Houveram situações em que os expostos foram perfilhados como ocorreu com um menino chamado Silvestre.

Requerimento de Feliciano Falcão de Araujo, cidadão brasileiro, residente nesta capital, pedindo para lhe ser entregue o menor exposto de nome Silvestre, para tractar e educar como seu filho, sendo-lhe permitido perfilhal-o. / Foi resolvido que tenha logar a entrega do exposto, mediante termo assignado pelo supp.<sup>e</sup> que ficará obrigado a crear e educar o mesmo exposto com os cuidados paternaes, sob a fiscalização da Santa Caza e do Juiz dos Orphãos a quem se fará a devida comunicação, podendo o supp.<sup>e</sup> realizar a perfilhação perante as autoridades judiciais (APEM, Secção Administrativa em 7 de janeiro de 1886)

Analisa-se que o requerente tinha como objetivo cuidar e educar o exposto, além de perfilha-lo. Para isso, o requerente deveria ser inspecionado pela Santa Casa e pelo Juiz dos Órfãos e educar a criança com cuidados paternos. Os mesmos requisitos também foram exigidos a outros dois requerentes que assumiram a responsabilidade de criar e educar os expostos.

[...] Por termos lavrados e devidamente assignados foram durante o anno, em virtude de resolução da Mesa, entregues o exposto menor de nome José ao cidadão norte americano José Picot e a exposta tambem menor de nome Almerinda ao commerciante Antonio José Garcia Marques, ambos aqui domiciliados com suas famílias, obrigando-se elles a criar e educar os referidos orphãos com desvelo paternal, sob a immediata inspecção da Santa Caza, e do Juiz de Orphaões da Capital, a quem fizeram-se as convenientes communições (APEM, Secretaria da Santa Caza da Misericórdia do Maranhão 6 de fevereiro de 1886).

Porém nem sempre os expostos aceitaram o destino que a Santa Casa de Misericórdia os dedicava, como foi o caso de rapto de uma exposta que ocorreu no Recolhimento de N. S. de Anunciação e Remédios.

A dias foi raptada do convento d'esta Cidade huma innocente de quinze annos, que ali havia sido recolhida como em abrigo seguro contra a sedução do mundo. Esta pobre menina foi engeitada na Santa Casa da Misericordia, e nella educada até que, em virtude de uma lei provincial, passou para o dito convento, como pensionista da Provincia. / Pois nem a casa de Deos foi respeitada! E a filha da província servio de pasto aos appetites brutaes de hum dos Donos d'esta terra! Tudo sedução profanou! / Depois de raptada do convento a desgraçada virgem, na manhã do dia 7 do corrente, foi logo levada em hum palamquim até a casa de hum Parente do Raptor chamado Diniz torto; e dizem que está agora ou no proprio Palacio do Governo, ou na sua vizinhança em casa de outro Parente tão prestimoso, por nome Nariz de lacre. [...] A respeito do rapto, que providencias se tem dado por parte da Policia? Nenhumas, apesar do Director dos Expostos de tudo ter informado immediatamente ao Sr. Ezequiel! / Mas quem se atreverá á embarçar o Exm. nos seus gosos honestos e moraes?! O Chefe de Policia? Não que é parente e amigo; O Delegado? tambem não pela mesma razão & &. Os subdelegados? coitados!!! O Juiz de Orfãos? tambem é parente e foi quem pedio o palamquim

emprestado á huma Senhora que nunca podia imaginar que fosse para tão bom uso!!! [...] (Rapto escandaloso. *BemTeve*. 19.12.1847, nº 45, p. 185-186).

Percebemos que o Recolhimento é considerado um espaço seguro em que as meninas poderiam estar livres da “sedução do mundo”, ou seja, longe dos perigos que poderiam afetar a reputação e honra. A menina raptada possuía 15 anos, foi exposta na Santa Casa de Misericórdia e posteriormente encaminhada ao Recolhimento como pensionista da província. O homem que raptou essa jovem era considerado como um sedutor, o qual foi ajudado por várias pessoas para concretização do rapto. O autor da denúncia no jornal relata que nada foi feito pelas autoridades em relação a jovem raptada devido as pessoas competentes estarem envolvidas com o caso.

Por traz da denúncia do rapto, há uma crítica aos políticos da província do Maranhão, pois o homem responsável pelo rapto era primo do político Joaquim Franco de Sá, o qual era membro do partido conservador: “É indigitado pela voz pública como seductor d’esta infeliz criança o Secretario do Governo 1.º Vice Presidente da Provincia, Primo do Snr. Joaquim Franco de Sá!” (*BemTeve*. 19.12.1847, nº 45, p. 185-186).

Segundo Eliane Santos (2021, p. 210) o jornal *BemTeve* era um jornal satírico que tinha entre suas finalidades fazer oposição ao partido conservador da época. O Presidente da Província, Joaquim Franco de Sá era constantemente criticado na imprensa e denominado como “o metralhador”, termo que tinha como função desmoralizá-lo. Dessa forma, percebe-se que o jornal possuía muito mais interesse em apresentar o caso de envolvimento do partido conservador em um escândalo do que se preocupar com o destino de uma menina raptada.

Cada exposto construiu sua trajetória e a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foi responsável por assisti-los e ajudá-los a reconstruírem suas vidas após o abandono, mesmo com as constantes crises financeiras que a Irmandade enfrentou ao longo do século XIX. Percebe-se que os expostos não possuíam autonomia para decidirem seus destinos, toda decisão era debatida, negada ou aprovada pela Mesa Administrativa e pelo Provedor/Presidente da Província. Assim, podemos considerar que os expostos estavam inseridos em uma rede de poder, cabendo a eles a submissão, controle e obediência a todo um regime de regras e disciplina.

#### **4. PRODUTO EDUCACIONAL: O ÁLBUM DE DONA ANTÔNIA E AS MEMÓRIAS QUE NÃO PODEM SER ESQUECIDAS**

*A Literatura como toda arte é uma transfiguração do real, é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os gêneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade (Afrânio Coutinho, 1978).*

##### **4.1. O USO DO CONTO INFANTOJUVENIL NO ENSINO DE HISTÓRIA: ressignificação e (re)construção de memórias sobre a Casa dos Expostos**

A elaboração de um produto educacional demonstra a preocupação de professores e dos Programas de Pós-Graduação dos quais fazem parte em atender uma demanda no ensino, a qual não se baseia mais na memorização de conteúdos, pois há o reconhecimento das instituições e dos docentes de que também se aprende fora da escola, com séries televisivas, filmes, monumentos e a arquitetura urbana, com os arquivos e museus, entre tantos outros objetos e fenômenos disponíveis na sociedade (CAIMI, 2014, p. 168).

Essa mesma demanda colocada aos historiadores impõe-se, em certa medida, ao professor de história, cuja tarefa é despertar o interesse dos estudantes e persuadi-los da importância da história, mostrar-lhes que a inteligibilidade do tempo presente requer o conhecimento das experiências daqueles que nos precederam, assim como o reconhecimento do passado em comum (CAIMI, 2014, p. 169).

Assim, segundo Caimi (2014, p. 171), verifica-se uma forte mobilização de professores e pesquisadores para a renovação de métodos de ensinar e aprender História na educação básica que estejam relacionadas com as demandas da atualidade. A autora afirma que os professores precisam ser capazes de ajudar a sociedade a aprender História e a pensar historicamente. Para isso, é necessário que haja problematizações acerca das possíveis temáticas e de sua respectiva historiografia, assim como estar a par do conhecimento prévio que os alunos carregam consigo, e escolher o melhor tipo de suporte de informação e fontes de investigação que possibilitem a renovação na forma de ensinar determinada temática histórica.

É importante destacar que o discente carrega consigo conhecimentos do seu espaço de vivência. Esse saber advém das suas relações construídas com os familiares, grupos de amigos e comunidade. O professor não deve descartar esse saber ou menosprezá-lo, mas sim, usá-lo como ponto de partida nas diferentes áreas do conhecimento escolar (BOVO, 2005, p. 7).

A consciência histórica do aluno começa a ser formada antes mesmo do processo de escolarização e se prolonga no decorrer de sua vida, fora da escola, em diferentes espaços educativos, por diferentes meios. Assim, a construção de uma prática de ensino de História que de fato objetive a formação de cidadãos críticos, requer a valorização permanente das vozes dos diferentes sujeitos, do diálogo, do respeito à diferença, bem como o combate às desigualdades e o exercício da cidadania em todos os espaços (FONSECA, 2010, p. 11).

Os conhecimentos escolares que recebem o caráter de serem “tradicionais” precisam ser encarados através de uma nova perspectiva e não como “fins” na educação. Eles devem ser o “meio” para a construção da cidadania e de uma sociedade mais justa. Assim, esses conteúdos históricos só farão sentido aos discentes se houver um estabelecimento de relação interpessoal entre eles que possibilite uma troca e não uma imposição do saber (BOVO, 2005, p. 7).

Na formação dos professores de História o debate da aproximação de teoria e prática deve ser presente, pois eles devem estar “conscientes de seu papel social na lida com a memória dos grupos sociais e com as diferentes linguagens que esses grupos produzem” (LIMA, AZEVEDO, 2013, p. 140). Sendo assim,

[...] o aluno pode passar a se ver como um sujeito histórico situado em uma determinada sociedade a qual ele pode estudar e na qual ele pode interferir. Ao se ver como sujeito histórico, em sala de aula, o aluno pode ser levado pelo professor a relacionar o conteúdo histórico com outros acontecimentos, para que assim melhore suas condições de interferir na realidade (LIMA, AZEVEDO, 2013, p. 142).

Segundo Mariana Souza (2014, p. 98) é por meio da construção discursiva de identidade que se faz necessário a utilização de memória, pois é imprescindível recorrer ao passado para narrar-se, para construir uma identidade como sujeito diante de outro e também posicionar-se dentro de um grupo social. Nesse caso, essa seria a relação que interliga identidade à memória. O processo de constituição da identidade está inscrito em um processo memorial que envolve a reconstituição do passado. É preciso trazer a identidade para o discurso e é a memória que o faz na medida em que permite que o sujeito narre a si mesmo. A História por sua vez tem o

papel de elaborar esse discurso, dando voz a sujeitos que foram silenciados e não puderam escrever suas histórias. O silenciamento é feito a partir do momento em que a memória é esquecida.

O passado surge por meio de uma construção narrativa, da rememoração que se operacionaliza por meio da narração. É a partir dessa construção discursiva que se atribui sentido ao passado e também se preenchem eventuais imprecisões das imagens-lembranças. Dessa forma, o passado é relido e reorganizado, por isso a História sempre está em construção (SOUZA, 2014, p.108). Anteriormente, determinados sujeitos ou eventos históricos não pertenciam a narrativa histórica, devido ao conservadorismo e preconceito existente, atualmente temos uma diversidade de temas que emergiram, principalmente àqueles voltados à História Social, História das Mulheres e História das Mentalidades.

São os vestígios, relíquias, testemunhos, discursos, entre outros, que permitem a evocação e reconstrução futura da memória. Eles são responsáveis pelo processo memorial e de produzirem as imagens do passado. A necessidade de conservar a história revela a incapacidade do homem de viver isolado no tempo, por isso os esforços memoriais são esforços identitários que aproximam presente e passado (SOUZA, 2014, p.108).

Mas devemos ter cuidado na reorganização dessa história e na sua rememoração por meio do discurso, porque algumas experiências são deixadas de lado, são apagadas, modificadas, distorcidas e outras recebem destaque, são intensificadas, como é o caso dos considerados grandes heróis e alguns eventos históricos (SOUZA, 2014, p.116).

Se uma identidade consegue se afirmar é apenas por meio da repressão daquilo que a ameaça. A constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois polos resultantes, como por exemplo, homem/mulher. Ocorre o mesmo com a relação negro/branco, na qual o branco é equivalente a “ser humano”. “Mulher” e “negro” são, assim “marcas” (isto é, termos marcados) em contraste com os termos não-marcados, “homem” e “branco” (HALL. In: SILVA, 2008, p.110).

As “unidades” que as identidades proclamam são, na verdade, construídas no interior do jogo do poder e da exclusão, elas são o resultado não de uma totalidade natural, mas de um processo naturalizado que determina aquilo que é relevante ou não (HALL. In: SILVA, 2008, p. 111).

Devemos destacar que por muito tempo o documento escrito foi privilegiado como fonte histórica, via-se nele a possibilidade de reconstrução do passado, enquanto outros tipos de fontes não obtiveram destaque ou importância para a escrita da História. A partir do movimento da Escola dos Annales, novas fontes e métodos de pesquisa foram ampliados e viu-se na fotografia um grande potencial para a pesquisa histórica, a qual foi considerada como documento/monumento. Dessa forma, devemos destacar que:

Um estudo crítico e reflexivo sobre as fotografias deve se preocupar em situar os interesses que direcionaram a produção, circulação e recepção destas imagens e em desvendar o significado que emerge da narrativa visual. A fotografia deixou de ser mero instrumento ilustrativo da pesquisa para assumir o status de documento, matéria-prima fundamental na produção do conhecimento sobre determinados períodos da História, acontecimentos e grupos sociais (SÔNEGO, 2010, p. 114).

Assim a fotografia é considerada uma “janela” para o passado, capaz de fornecer dados que os documentos textuais não registraram, mas devemos ter cuidado na sua interpretação, saber desconstruir o que é aparente e desvendar aquilo que está oculto. Saber os interesses do fotógrafo, das agências/autores das imagens, as tecnologias utilizadas e o contexto da produção, essas são algumas das análises que devemos utilizar na leitura/interpretação desse tipo de fonte histórica e sempre considerar que ela é apenas um fragmento ou representação da realidade (SÔNEGO, 2010, p. 114).

A relação entre História e Literatura também deve ser analisada neste capítulo, devido a natureza do Produto Educacional ser um conto infantojuvenil que se utiliza dessas duas áreas do saber.

Para a História, além da Literatura ser um meio artístico, ela também possui o aspecto de ser um testemunho histórico que muito colabora para os estudos da História. Ela contém representações e imagens que nos possibilita compreender a dinâmica de determinada sociedade, junto do seu tempo e espaço. Deste modo, cabe ao leitor, identificar como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler (MAURICIO. In. AGOSTINHO; BACCEGA, 2018, p.124-125).

A Literatura é antes de tudo um produto artístico com raízes no social. Nesse sentido, o historiador pode trabalhar com a história que ocorreu e os planos que não se concretizaram. Assim, o profissional de História precisa estar atento e consciente de que deverá ser atraído não pela realidade concreta que marca os eventos históricos, mas pela possibilidade interpretativa que o discurso literário oferece (AZEVEDO; LIMA, 2011, p. 62).

Dessa forma, a Literatura, seja ela nos gêneros da crônica, conto ou romance, pode ser utilizada como fonte para a História. A narrativa literária traz consigo representações que reproduzem um passado não como ele o era de fato, mas como seus contemporâneos o concebiam. O estudo das representações contidas nas narrativas literárias torna-se importante à História, através delas poderemos compreender como eram construídas as relações sociais e os seus espaços de acordo e conflitos – principalmente, as provenientes das relações (disputas) de poder (MAURICIO. In. AGOSTINHO; BACCEGA, 2018, p. 132).

Mesmo a Literatura e História sendo duas áreas de representações do passado ou da contemporaneidade, elas possuem algumas diferenças. A escrita da História depende do acontecido, de personagens e fatos reais, o que não necessariamente é cobrado da Literatura. Entretanto, as duas áreas obtêm o mesmo efeito: a verossimilhança, ou seja, a proximidade com o real ou o verdadeiro, a diferença é que o historiador tem uma pretensão de verdade na construção da narrativa sobre o passado, algo não necessariamente encontrado na escrita literária (PESAVENTO, 2003, p.36-37).

Romances, poemas, contos são textos que contribuem para trabalhos interdisciplinares, o uso da Literatura por outras disciplinas corresponde a uma “tradição escolar”. Atualmente, a Literatura integra os conteúdos das aulas de Língua Portuguesa, mas tem sido utilizada por outras disciplinas, existindo muitos exemplos de atividades integradas a textos literários. Para o caso da História a relação com o ensino de Literatura é sempre desejável (BITTENCOURT, 2004, p. 339).

## 4.2. Elaboração e etapas do Produto Educacional

Diante das considerações levantadas, destaca-se a proposta de produto educacional que consiste na elaboração de um conto infantojuvenil, o qual analisa a importância da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e da Casa dos Expostos, narra a assistência e educação propiciada às crianças desvalidas e também aborda questões referentes aos direitos conquistados à infância no Brasil, como a promulgação do Art. 227 da Constituição Brasileira de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – 1990. O conto é intitulado: “*O álbum de Dona Antônia e as memórias que não podem ser esquecidas*”.

O produto educacional busca “recuperar” memórias de um espaço esquecido na nossa sociedade que é a Casa dos Expostos; dar visibilidade a sujeitos históricos silenciados pela História, que são as crianças órfãs, expostas e desvalidas; e também permitir que crianças e adolescentes sejam conhecedores dos seus direitos e deveres na sociedade. O produto possui relação com a linha de pesquisa, *Memória e Saberes Históricos*; a qual tem como objetivo ressignificar, construir narrativas de identidades sociais e produzir análises capazes de orientar os saberes em sala de aula. E é o que se busca, construir uma narrativa sobre sujeitos históricos que foram silenciados e que também não estão presentes no ensino de História devido às narrativas hegemônicas vigentes no espaço escolar.

Quanto ao público alvo do produto educacional, ele é destinado a crianças e adolescentes que estejam no Ensino Fundamental ou cursando o Ensino Médio. Também é indicado aos alunos da Escola Sotero dos Reis por ser a escola de aplicação do material e por ela fazer parte do enredo do conto.

Os discentes dessa escola se encontram cercados de uma história por vezes silenciada e pouco estudada. Estudos sobre a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão ainda são escassos, por isso precisam obter visibilidade e adentrar nos espaços escolares. No que se refere a escola de aplicabilidade, ela se encontra na Rua São Pantaleão, em frente a uma igreja do mesmo nome, a qual em seu anexo foi instalada a Roda e Casa dos Expostos, em suas mediações está localizado o Hospital da Santa Casa de Misericórdia e onde hoje está localizado o Hospital Djalma Marques (Socorrão I) funcionou o segundo cemitério da Santa Casa, e por fim, não muito distante, há o Cemitério do Gavião, o terceiro cemitério administrado pela Misericórdia

do Maranhão. Ou seja, percebemos uma conexão entre esses espaços que nos permite entender a lógica de assistência e caridade da Irmandade no século XIX<sup>11</sup>.

Dessa forma, o conteúdo de História Local torna-se importante ao ensino de História devido a interação entre cotidiano, memória e conhecimento histórico, permitindo a compreensão do local com o geral, articulando histórias individuais e coletivas, identificando as continuidades e rupturas do passado no presente e potencializando o pensamento crítico dos alunos (VIANA, 2016, p. 22).

A História Local possibilita o questionamento daquilo que é hegemônico no ensino de História, “serve para questionar a ideia de que somente os grandes centros culturais, econômicos ou políticos são capazes de produzir os acontecimentos da História” (VIANA, 2016, p. 22). Porém, é necessário compreender que a História Local não se explica de modo isolado, embora a hierarquização da História local, regional e nacional seja problematizada.

Mas é preciso deixar claro que a problematização dessa hierarquia não situa o local em oposição ao nacional, uma vez que a história local aborda o conhecimento histórico a partir de outros prismas, apontando outros lugares de ação, informando como diversos sujeitos e espaços sociais foram negligenciados por uma escrita histórica comprometida durante muito tempo com a fundação de uma única grande história que acabou por influenciar a produção tanto de obras históricas quanto de livros didáticos que definiram e orientaram as investigações dos historiadores, o ensino nas escolas e universidades assim como a regência dos professores em sala de aula (VIANA, 2016, p. 22).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 94) destaca que a História Local é um “recurso pedagógico privilegiado, já que possibilita os estudantes adquirem, progressivamente, o olhar indagador sobre o mundo de que fazem parte”, percebendo a multiplicidade do sujeito e objetos no processo histórico, além de compreender as realidades históricas que não fazem parte de um tempo linear, mas que estão permeadas por experiências individuais e coletivas.

Não se trata, portanto, ao se proporem conteúdos escolares da história local, de entendê-los apenas na história do presente ou de determinado passado, mas de procurar identificar a dinâmica das transformações do espaço e articular esse processo às relações externas, a outros ‘lugares’ (BITTENCOURT, 2004, 172).

---

<sup>11</sup> Onde está localizada a escola também funcionou o Cemitério Inglês, o qual foi edificado entre os anos 1816 a 1825 para atender a população inglesa residente em São Luís.

O registro da pluralidade de memórias sociais e culturais permite identificar temas que fazem parte de memórias não só de sujeitos individuais, mas que também fazem parte de uma memória coletiva. “Estas narrativas não são vazias de conteúdos e de histórias para serem contadas. Elas são cheias de acontecimentos e demonstram que a história não é somente a memória das elites, uma vez que ela é feita por todos” (VIANA, 2016, p. 40).

Um dos importantes objetivos do ensino da História é que esse conhecimento seja integrado às demais dimensões da vida cotidiana. Em outras palavras, ele deve fazer sentido e ser percebido na vida prática das pessoas. Desse modo, o conhecimento histórico pode estabelecer um feixe de relações com a vida social e simbólica das pessoas fortalecendo os vínculos da comunidade com o seu patrimônio cultural (VIANA, 2016, p. 49).

Como mencionado, o ensino de História possui o papel de levar ao ambiente escolar o debate acerca da História Local e também da preservação do Patrimônio Histórico. Devido a esses fatores foi pensado um produto educacional que também abordasse tais temáticas.

A natureza do produto educacional consiste em um conto infantojuvenil em que possui os seguintes personagens e narradores:

***Narrador 1:*** introduz a história e descreve brevemente os personagens;

***Narrador 2/ personagem “Miguel”:*** tem 12 anos, estudante da escola Sotero dos Reis, ama sua cidade e gosta de ouvir as histórias contadas por sua avó. Narra o conto de acordo com os ensinamentos e memórias que aprendeu com sua avó e seus pais;

***Personagem “Vó Antônia”:*** uma senhora religiosa, possui muitos conhecimentos sobre São Luís, suas memórias são narradas por meio do seu neto.

***Personagens “pais de Miguel”:*** mãe e pai de Miguel, exercem papel secundário no conto, os dois trabalham no Hospital da Santa Casa.

***“Álbum”:*** pertencia a Vó Antônia, mas ela o dar de presente a Miguel. Possui imagens da Santa Casa, Roda e Casa dos Expostos, Cemitério do Gavião, Igreja de São Pantaleão, santos (São Pantaleão e São José), sino e relógio da Igreja e entre outras imagens que foram coletadas a partir de visitas a esses estabelecimentos, ao IPHAN e pesquisas em periódicos.

No caso do Maranhão, a identidade das crianças desvalidas foi invisibilizada devido a memória desses indivíduos ser alvo de “esquecimento” pela História, não havendo assim uma construção narrativa de suas experiências e vivências. Por isso, a reconstrução de uma memória sobre esses sujeitos por meio de fontes históricas se torna essencial para uma renovação historiográfica.

Sobre a narrativa do conto, ela se inicia quando Vó Antônia dá um álbum de presente a Miguel quando ele completa 12 anos de idade e lhe pede que cuide e acrescente novas fotos ao álbum quando sentir necessidade. Quando Miguel abre o álbum se depara com muitas fotos de lugares que são familiares e outras fotos que ele não sabe do que se trata. Então sua avó lhe auxilia a entender o significado das fotos, contando-lhe as histórias que sabe. Assim, o álbum traz o ensinamento de que o saber deve ser passado às novas gerações para que a memória não seja esquecida.

As tecnologias que foram utilizadas para elaboração do produto são as seguintes:

**Lápis e papel**, para a produção de rascunhos das ilustrações;

**Procreate**: aplicativo de edição e produção gráfica para ilustração digital;

**Adobe Photoshop**: para finalização e refinamento das ilustrações no computador. Ele é um software de edição e manipulação de imagens bidimensional;

**Adobe Indesign**: para diagramação e organização das páginas, textos e imagens.

Para construção do produto educacional foi necessário a realização de leituras teóricas, historiográficas e metodológicas. Essas leituras obrigatórias foram fundamentais para a pesquisa histórica para que tivéssemos acesso a fontes precisas para a dissertação e o produto educacional. As fontes que foram utilizadas no conto pertencem ao acervo do IPHAN, que são fotografias presentes em inventários, fotografias de autores desconhecidos e fotografias presentes em guias arquitetônicos da cidade de São Luís. As outras fotos advêm de pesquisas em jornais e outras são de minha autoria.

Também foi importante a visita nos espaços que foram analisados tanto na dissertação como no produto educacional. É necessário que o pesquisador tenha esse contato mais próximo com o seu trabalho, não dependendo somente das fontes para construção da narrativa histórica. Ao visitar o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, por exemplo, podemos nos deparar na entrada com uma placa em que diz que o estabelecimento foi reconstruído em 3 de novembro de 1874 e que o provedor da instituição naquele período era o Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro e no jornal do *Diário do Maranhão* encontramos na edição de 7 de abril de 1886, que o hospital “*por estar quase todo o madeiramento do tecto arruinado, ameaçando a desabar, foi reconstruído quasi todo em 1874, durante a administração do illustrado maranhense Dr. Augusto Olympio Gomes de Castro*”. Cabe analisar que talvez muitas pessoas passem por esses registros históricos sem saber sua importância e significado. Saber que esse tipo de registro é citado nas fontes de imprensa também demonstra que ambas estão alinhadas e precisam ser estudadas, pois trazem consigo a representação de um período

em que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão passou por reformas e ampliações nas suas estruturas.

A Igreja de São Pantaleão também é um espaço muito importante para a pesquisa e elaboração do produto educacional. No seu lado esquerdo, em um anexo foi instalada a Roda e Casa dos Expostos. Por meio das fotografias do século passado de quando o estabelecimento ainda funcionava como Casa dos Expostos podemos perceber as mudanças em sua estrutura na tentativa de esquecer um passado colonial/imperial que muito envergonhava os tempos modernos. O espaço foi modificado também para atender as necessidades da igreja, mas não podemos deixar que as memórias desse local caiam em esquecimento: nela foram batizados os expostos, onde iniciavam seu contato com o mundo religioso; o sino e o relógio também tiveram muita importância no cotidiano dos moradores, indicando que alguém da comunidade havia falecido, o horário das missas e a hora do trabalho; e os santos São José e São Pantaleão, representam a fé e a devoção de muitos moradores nas adjacências da Rua São Pantaleão.

Já a criação do Cemitério do Gavião em 1855, com o objetivo de atender a demanda de pessoas que morriam acometidas pela epidemia de varíola representa a proibição de sepultamentos nas igrejas. Nesse espaço eram enterradas muitas pessoas por caridade, escravizados, desvalidos e populares, além de que nele foram sepultadas pessoas consideradas importantes para o Maranhão como Aluísio de Azevedo, Benedito Leite etc. A arquitetura e as esculturas dos túmulos retratam a sociedade do século XIX, seus costumes, cultura, arte e história, mas representam principalmente a diferenciação e estratificação social do período. As visitas em cemitérios são muito comuns em outros países como Argentina, por exemplo, no Maranhão ainda há um tabu a ser quebrado.

Visitar esses espaços nos possibilita conhecer a nossa história e de que devemos levar esse debate à sala de aula para que os alunos entrem em contato com o que é produzido na academia, por isso a necessidade da elaboração de um conto infantojuvenil que tenha como público alvo crianças e adolescentes.

A leitura e análise de fontes também possibilitaram novas descobertas. Por meio deste trabalho, crianças que antes eram invisibilizadas ou que muitas pessoas não sabiam de suas existências serão consideradas como sujeitos históricos. As fontes consultadas no Arquivo Público do Maranhão e as fontes de imprensa, nos permitiram conhecer os nomes dos expostos por exemplo, o dia de entrada na Casa dos Expostos, dia dos batizados, o modelo de educação e até imagens fotográficas das crianças.

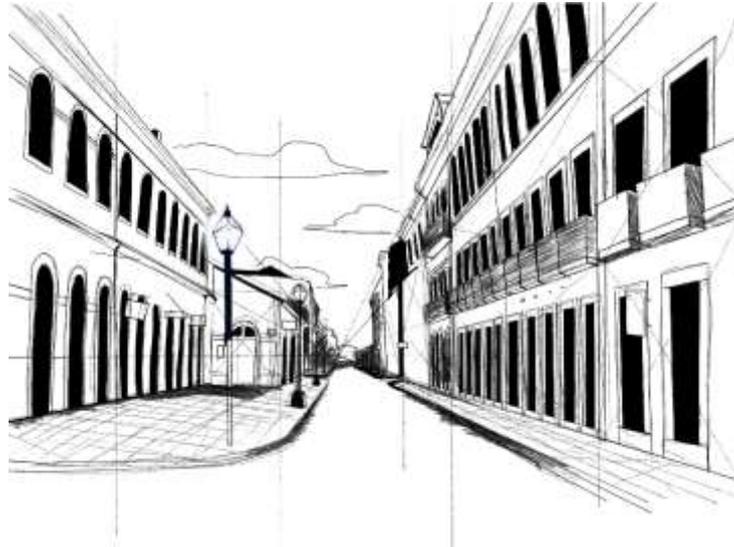
Através da análise das fontes e após saber a dinâmica envolta da Santa Casa de Misericórdia e de seus estabelecimentos, principalmente no que se refere a Casa dos Expostos, foi montado o roteiro do conto, o qual está dividido em três partes. A primeira parte busca analisar a importância da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão e da Casa dos Expostos; a segunda narrará a assistência e educação da Casa dos Expostos às crianças desvalidas; e por fim, a terceira trabalhará a questão dos direitos conquistados à infância no Brasil. Depois dessa etapa foi escrito o enredo do texto priorizando uma linguagem acessível ao seu público alvo.

Como se trata de um conto infantojuvenil, é imprescindível que ele possua ilustrações para ajudar no entendimento da narração e também para chamar atenção do leitor para a obra. Dessa forma, foi necessário a utilização do trabalho de um designer ilustrador, para a elaboração das ilustrações e diagramação do conto. Após essa etapa foi descrito como seriam os personagens como cor de pele, estatura, vestimentas, acessórios e cenário de cada ilustração.

#### **IMG 5: Processo Criativo – Rascunho 1**



**IMG 6: Processo Criativo – Rascunho 2**



**IMG 7: Processo Criativo – Rascunho 3**



### IMG 8: Processo Criativo – Rascunho 4



Além disso, foi necessário pensar no tipo de papel, o tamanho do livro impresso, a estética das ilustrações, as cores das folhas etc., todas essas características do produto fazem com que ele seja organizado e esteticamente chamativo ao público.

As etapas de produção do Produto Educacional consistiram na revisão do texto para que não houvesse algo que dificultasse a compreensão do leitor; diagramação do texto, imagens e ilustrações; contato com a escola e aplicação.

#### 4.3. Aplicabilidade em sala de aula e resultados

Antes da aplicabilidade do produto educacional foi necessário fazer uma visita à escola Sotero dos Reis no dia 16 de novembro de 2022 em que foi apresentado o conto à direção e obtive autorização para aplica-lo. A diretora ressaltou a importância da aplicação do produto à turma de 6º ano do ensino fundamental, devido a necessidade de os alunos conhecerem mais sobre a História do Maranhão e de trabalhar com eles a valorização do nosso patrimônio.

Ela destacou que os alunos possuíam um ensino de História distante de suas realidades e que talvez por esse motivo eles não teriam conhecimento da temática que seria trabalhada. Apesar da escola estar cercada de história, principalmente no que se refere à Casa dos Expostos, a diretora não possuía conhecimento sobre esse estabelecimento. Em seguida ela me apresentou aos professores e explicou o objetivo do projeto.

No mesmo dia foi apresentado a proposta do produto ao professor de História da escola. O mesmo declarou não ter conhecimento sobre a Casa dos Expostos e de sua funcionalidade, e nem de que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão era detentora de vários estabelecimentos, como o Cemitério do Gavião, Igreja de São Pantaleão etc.

O professor declarou que o ensino de História trabalhado na escola é distante da realidade ou cotidiano dos alunos e que somente no período junino os estudantes têm um pouco mais de acesso à História do Maranhão (mas não especificou quais as temáticas que são trabalhadas na escola durante esse período).

Além disso, ele demonstrou interesse nas imagens presentes no conto e perguntou como teve acesso a elas. Ficou curioso no que se refere à educação que as crianças expostas possuíam, a qual era voltada ao mundo do trabalho. E por fim, manifestou interesse em como seria trabalhado no conto a conquista de algumas políticas públicas à infância.

Após a conversa com a diretora e o professor de história, ele sugeriu uma reunião com outros professores que também poderiam ter interesse no produto, como os professores de Língua Portuguesa e Artes. Ressaltou que a turma de 6º ano<sup>12</sup> seria ideal para a aplicação do produto devido eles serem curiosos e participativos.

É interessante ressaltar que as questões que nos levam a pensar a História como um saber necessário para a formação de crianças e jovens advém de temas do tempo presente. A relação entre passado e presente são fundamentais na dinâmica do ensino-aprendizagem.

Para se pensar o ensino de História, é fundamental considerar a utilização de diferentes fontes e tipos de documento (escritos, iconográficos, materiais, imateriais) capazes de facilitar a compreensão da relação tempo e espaço e das relações sociais que os geraram. Os registros e vestígios das mais diversas naturezas (mobiliário, instrumentos de trabalho, música etc.) deixados pelos indivíduos carregam em si mesmos a experiência humana, as formas específicas de produção, consumo e circulação, tanto de objetos quanto de saberes. Nessa dimensão, o objeto histórico transforma-se em exercício, em laboratório da memória voltado para a produção de um saber próprio da história (BRASIL, 2018, 398).

---

<sup>12</sup> Apesar do produto educacional ser direcionado aos estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio, o conto foi aplicado na turma de 6º ano por indicação do professor.

A utilização de materiais educacionais auxilia professores e alunos na produção do conhecimento histórico no âmbito escolar. Para isso, é necessário o uso de processos de identificação, comparação, contextualização, interpretação e análise do produto educacional para a estimulação do pensamento crítico.

**Identificação:** para a identificação do material didático é necessário explicar aos alunos o que é produto educacional, quem o produziu, qual a sua finalidade e por fim, qual é o tipo de gênero textual presente no conto. “Diferentes formas de percepção e interação com um mesmo objeto podem favorecer uma melhor compreensão da história, das mudanças ocorridas no tempo, no espaço e, especialmente, nas relações sociais” (BRASIL, 2018, p. 399).

**Comparação:** espera-se que os alunos comparem o passado e presente, a infância do século XIX e XXI. Quais as semelhanças e diferenças ou rupturas e continuidades? A comparação também consiste na análise das imagens dos estabelecimentos e suas mudanças ao longo do tempo.

**Contextualização:** os alunos devem ser instigados a contextualizar, saber localizar momentos e lugares específicos de um evento. Como a Santa Casa surgiu em Portugal e foi trazida ao Brasil e posteriormente fundada no Maranhão? São tempos, lugares e contextos diferentes que devem ser apresentados aos alunos, pois cada evento faz parte de um quadro amplo de referências sociais, culturais e econômicas.

**Interpretação:** após a leitura do conto, os alunos precisam interpretar o texto, esse exercício é fundamental para a formação do pensamento crítico. As diferentes interpretações do mesmo objeto são sempre bem-vindas, cada aluno possui experiências e vivências que influenciam e contribuem no exercício de interpretação.

**Análise:** neste processo espera-se que o aluno problematize ou critique o saber histórico apresentado em forma de conto. A análise vai além do texto apresentado, as ilustrações e fotografias também devem ser analisadas e discutidas pelos estudantes.

O produto educacional “*O álbum de Dona Antônia e as memórias que não podem ser esquecidas*” foi aplicado nas turmas de 6º e 7º ano (vespertino) na disciplina de História e também em uma turma do 9º ano (matutino), na disciplina de Artes.

Em todas as turmas me apresentei aos alunos e expliquei a eles o objetivo da atividade. Em seguida, com a ajuda do professor responsável formamos grupos para uma leitura compartilhada do conto. Antes do início da leitura foi necessário introduzir a temática sobre Santa Casa de Misericórdia, compreendendo seu surgimento em Portugal, a instalação dessa instituição no Brasil e sua fundação no Maranhão.

Perguntei o que eles sabiam sobre a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão, nas três turmas muitos alunos disseram que nada sabiam. Na turma do 6º ano alguns estudantes responderam que seus familiares já haviam sido atendidos no Hospital da Santa Casa e uma aluna disse ter nascido no mesmo Hospital. Nas outras turmas o conhecimento que os alunos possuíam também não era diferente, se referiam à Santa Casa de Misericórdia do Maranhão somente aos seus serviços hospitalares.

Os alunos não tinham conhecimento de que a Santa Casa de Misericórdia possuía vários estabelecimentos caritativos como a Igreja de São Pantaleão que fica localizada em frente à escola. Em todas as turmas os estudantes ficavam surpresos com a longevidade que a Irmandade possuía, sendo esse mais um demonstrativo de que essa instituição precisa ser conhecida pelos alunos e estar presente no ensino de História.

Para a realização da leitura compartilhada do conto, as turmas foram divididas em grupos, a cada um deles foi repassado o material impresso. A escola não possuía muitos recursos didáticos, para essa atividade necessitei de computador, quadro, pincel e o produto educacional. A dinâmica da atividade consistia que cada integrante dos grupos lesse um trecho do conto, mas percebi que na turma de 6º ano os alunos tinham dificuldade em leitura, além de lerem baixo. Por esse motivo, logo no início da aplicação decidi mudar a estratégia para que a atividade não fosse prejudicada: li o conto e os alunos me acompanharam. A cada trecho era feito uma pausa para discussão ou esclarecimentos de dúvidas. Esse método também foi adotado nas turmas de 7º e 9º ano.

A aplicação do produto na turma do 6º ano ocorreu no dia 29 de novembro de 2022, em apenas um horário da disciplina de História. Os alunos ficaram surpresos em saber que havia um estabelecimento em que se abandonava crianças. Eles demonstraram interesse nas imagens do conto, principalmente as da Casa dos Expostos e como esse espaço foi modificado.

Os alunos me perguntaram se a história do conto era real, respondi a eles que havia me utilizado de personagens (ficção) para contar a história da Santa Casa de Misericórdia e de sua assistência às crianças abandonadas, a qual existiu. Nesse ponto, é importante que o professor

que administre a atividade tenha conhecimento sobre a relação entre História e Literatura, pois essa dúvida que os alunos possuíam pode ser um indicativo de que eles não sabem diferenciar ficção e realidade.

Como havia apenas um horário para aplicação do produto, a atividade foi prejudicada, por haver pouco espaço para discussões ou esclarecimentos das dúvidas dos alunos. Mas essa é uma realidade de muitas disciplinas, em que cada vez mais os horários estão sendo fragmentados ou diminuídos.

No 7º ano, o produto foi aplicado no dia 30 de novembro de 2022 em dois horários da disciplina de História. Os alunos demonstraram interesse na história do Cemitério do Gavião e de suas imagens presentes no conto, a maioria dos alunos disseram já terem visitado o espaço e outros moram em suas adjacências.

Expliquei à turma que no passado havia o costume de sepultar as pessoas no interior das igrejas, mas que essa prática havia sido proibida devido os elevados índices de epidemias e possíveis contágios. Por isso a necessidade de se abrir um novo cemitério com um espaço amplo como o Cemitério do Gavião. Para aproximar essa explicação da nossa realidade, lembrei os alunos que durante a pandemia de Covid-19 também foi feito o mesmo, novos cemitérios foram abertos e outros foram ampliados.

Os alunos também demonstraram interesse pela história da Casa dos Expostos e desconheciam a funcionalidade desse estabelecimento. Perguntaram-me o motivo de haverem modificado o espaço onde ficava a Roda, expliquei que era devido as reformas no prédio e também por ser uma tentativa de se esquecer da história que o estabelecimento possuía.

Os estudantes possuíam conhecimento prévio do trabalho que as amas de leite exerciam na sociedade brasileira, o que facilitou na compreensão do conto. Outra contribuição que uma aluna deu durante a aula e que demonstra seu exercício de comparação entre passado e presente, foi quando ela informou que atualmente existe o programa Jovem Aprendiz, que é uma das formas dos jovens adentrarem ao mundo do trabalho, diferente do passado em que as crianças eram exploradas.

**IMG 9: Aplicabilidade – C.E. Sotero dos Reis**

Mais uma vez os alunos não souberam desassociar história e ficção, perguntaram-me se a personagem “Vó Antônia” ainda estava viva e se o personagem “Miguel” existia e se ele realmente estudava na escola Sotero dos Reis. Tive de explicar que eles são apenas personagens, mas que contam uma história que existiu.

No final, os alunos souberam me responder a função que o álbum exercia na família do personagem Miguel. Disseram-me que ele tem o objetivo de preservar a história para que ela seja conhecida por outras gerações. Ao perguntar à turma o que havia lhes chamado mais atenção ou um fato curioso do conto, os alunos em sua maioria responderam que foi sobre a história do Cemitério do Gavião. Um aluno pontuou que teria sido sobre a história do Asilo dos Lázarus, ele disse que mora próximo onde hoje as pessoas com hanseníase são tratadas, no Hospital Aquiles Lisboa, localizado na Vila Nova. Esse é um fato interessante que deve ser ressaltado, por mais que o conto dê ênfase na história da Casa dos Expostos e da sua funcionalidade, os alunos tiveram interesse em outros pontos da narrativa.

No 9º ano, o produto foi aplicado no dia 1º de dezembro de 2022, em dois horários na disciplina de Artes. A participação da professora responsável pela turma foi de grande importância para as discussões que surgiram. Ela nos informou que atualmente o Hospital Aquiles Lisboa recebe doações destinadas às pessoas que fazem tratamento de hanseníase, acrescentei que poderia ser uma continuação da caridade que existia no passado estendida ao presente.

Ela fez uma breve intervenção ao comparar presente e passado, em que antes, para a alimentação de uma criança abandonada foi utilizado o trabalho escravo das amas de leite e atualmente existem Bancos de Leite para que as lactantes possam fazer doações, sendo essa uma ação que ajuda a nutrir e salvar a vida de muitas crianças. Os alunos demonstraram interesse pela história da Casa dos Expostos e curiosidade ao analisarem as imagens presentes no conto.

Após terem conhecimento do modelo educacional que os expostos possuíam, uma aluna me perguntou se as crianças do século XIX tinham acesso à educação. Lhe expliquei que na época, a maioria das escolas eram privadas, destinadas principalmente ao gênero masculino: homens brancos e de elite, e que também havia a possibilidade de eles estudarem em outros países ou províncias do Brasil. Também mencionei que as meninas tinham uma educação doméstica e viviam boa parte de suas vidas reclusas. Ressaltei que a infância pobre possuía uma educação voltada para o mundo do trabalho em que era explorada e as crianças negras não possuíam acesso à educação, pois desde pequenas eram escravizadas.

A professora fez os alunos refletirem que atualmente o acesso à educação está mais democratizado, devido os alunos possuírem ônibus, merenda escolar, fardas entre outros recursos, bem diferente do passado em que muitos brasileiros não tiveram acesso aos estudos. Ressaltou também a diferenciação entre a educação dos homens e mulheres, em que estas eram preparadas principalmente para o matrimônio e maternidade.

Uma aluna perguntou o que havia me inspirado a escrever o conto. Lhe expliquei que ao longo das pesquisas consegui obter algumas imagens dos estabelecimentos que eu estudava, umas pertenciam ao IPHAN, outras eram de jornais e que algumas eram de minha autoria, e que por esse motivo pensei em criar um álbum que pudesse conter essas imagens e uma narrativa que contassem a história da Santa Casa de Misericórdia e de sua assistência às crianças abandonadas. Além da obrigatoriedade do PPGHIST em produzir um produto educacional que

pudesse ser usado nas escolas. Ao final, os alunos puderam entender a funcionalidade do álbum no conto, que é de preservar a história e que ela seja conhecida por outras gerações.

Expliquei aos alunos o processo criativo das ilustrações, devido a aplicabilidade do produto ter sido na disciplina de Artes. Esclareci que necessitei do trabalho de um designer para a criação das ilustrações, mas que tudo foi pensado em conjunto desde os rascunhos ao resultado final. Além disso, expliquei a eles como a fotografia nos ajuda a compreender a História.

Ao longo da aplicação do produto educacional pude perceber que os alunos possuíam mais interesse pela história daquilo que fazia parte de suas vivências, por morarem perto de algum estabelecimento citado no conto, por já terem visitado alguns desses espaços ou até mesmo por ser trajeto da ida para escola, como muitos relataram sempre passarem onde foi instalada a Roda dos Expostos, mas que desconheciam sua história.

Os alunos não apresentaram dificuldades em compreender o texto. Cabe destacar que a leitura foi feita por mim, mas poderia haver outro resultado caso os alunos lessem o conto sem uma orientação. Os estudantes conseguiram fazer o exercício de análise das imagens e perceber as mudanças ocorridas nos estabelecimentos que pertenciam à Santa Casa de Misericórdia.

Nas três turmas de aplicação percebi que o ensino de História do Maranhão precisa adentrar os espaços escolares, os estudantes possuem um ensino que ainda é muito distante de suas realidades, vivências e identidades. Uma temática que também é necessária ao C. E. Sotero dos Reis, são os estudos de gênero e sexualidade, os alunos possuíam um pouco de dificuldade em entender, por exemplo, a condição e o papel social da mulher no século XIX, do porquê uma mulher não poderia conceber um filho antes do casamento ou o motivo de haver uma educação distinta a ambos os sexos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que as Misericórdias eram administradas por uma Mesa Administrativa, composta pelos irmãos mesários e também pelo Provedor ou Presidente da instituição. Geralmente, as Misericórdias formavam aliança com a elite local de determinado território. Além disso, possuíam vários privilégios na sociedade, como o monopólio da prática de sepultamento que proporcionava lucros à Irmandade.

Nos primeiros anos de atuação, a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão possuía estabelecimentos improvisados para o cuidado de doentes e assistia os desvalidos com a distribuição de roupas e alimentos. No início do século XIX, a instituição recebeu vários legados que possibilitaram uma ampliação no trabalho caritativo prestado à sociedade. A Misericórdia possuía um grande número de bens, que iam desde terrenos à imóveis. Dentre seus estabelecimentos caritativos, destacam-se o Hospital de Caridade, o Cemitério do Gavião, o Asilo dos Lázaros e a Casa dos Expostos. Dessa forma, a Misericórdia do Maranhão atendia doentes, os ditos “lázaros” e “alienados”, crianças abandonadas e a população que falecia.

Em meados do século XIX foi perceptível na análise das fontes a crise financeira e administrativa que a Santa Casa enfrentou, afetando seus estabelecimentos que se encontravam em estado de ruína e que constantemente necessitavam de reformas, reparos ou ampliações. Além disso, a assistência aos desvalidos também foi prejudicada, sendo motivo de críticas e denúncias na imprensa maranhense. Como pudemos analisar, a crise foi motivada pela má administração da Irmandade, além de seus bens terem sido usados em benefício próprio pelos membros da Mesa.

No que se refere à infância, percebemos que determinados sujeitos históricos eram excluídos dessa categoria, as crianças pobres eram consideradas mão de obra barata, já as crianças negras escravizadas eram vendidas e alugadas. Nos anúncios de imprensa do século XIX era recorrente a procura ou venda do trabalho desses meninos e meninas, que desde pequenas eram exploradas sem nenhuma preocupação com sua condição física. Essas crianças não possuíam poder de decisão sobre seus corpos, eram separadas de seus pais, sendo obrigadas a trabalharem forçadamente no serviço que lhes era destinado sob pena de castigo e punições.

A instrução das crianças foi motivo de preocupação das autoridades. No século XIX, entendia-se que educar uma criança era sinônimo de zelo pela Nação. A instrução e educação de meninos e meninas era diferente, estavam de acordo com os papéis sociais de gênero do período oitocentista.

As crianças desvalidas no Maranhão Oitocentista foram motivo de preocupação do Governo Provincial que como pudemos analisar, permitiu a criação de vários estabelecimentos caritativos com o objetivo de atendê-las. Neste trabalho demos ênfase na análise da atuação da Casa dos Educandos Artífices e Asilo de Santa Thereza, estabelecimentos que assistiam meninos e meninas desvalidas, respectivamente. Essas instituições adotaram estratégias que regulavam os corpos das crianças, transformando-as em indivíduos submissos, passíveis e obedientes a um conjunto de regras e disciplina que tinham como objetivo transformá-los em indivíduos úteis à sociedade.

Toda essa discussão sobre infância e Santa Casa de Misericórdia do Maranhão foram essenciais para que pudéssemos compreender a atuação da Casa dos Expostos na assistência às crianças abandonadas.

As crianças depois que eram abandonadas na Roda dos Expostos recebiam o sacramento do batismo devido muitas delas morrerem depois do enfeitamento, pois segundo o costume da época era necessário salvá-las espiritualmente, nesse ato recebiam nomes e padrinhos. Depois era iniciada a fase de criação em que os expostos eram criados e amamentados por amas de leite que se responsabilizavam por esse cuidado mediante a um pagamento pelo serviço prestado. Percebemos que essas mulheres acabavam criando laços afetivos com as crianças, devido a isso, muitas delas voltavam para a Casa dos Expostos depois da idade determinada ou permaneciam com as amas por toda a vida. Já outras crianças foram restabelecidas em suas famílias após alguns anos de exposição e outras foram vítimas de maltrato e exploração.

Logo após, iniciava-se a fase de educação em que os expostos recebiam ensinamentos sobre a doutrina cristã e o ensino de Primeiras Letras, pelo qual aprendiam a ler e a escrever. As meninas aprendiam a realizar algumas tarefas domésticas como cozinhar, costurar e gomar. As expostas eram preparadas para o casamento e a administração do lar. Esses ofícios também possibilitariam que elas trabalhassem nas casas de famílias.

Já os meninos eram encaminhados para outras instituições caritativas, logo que entrassem na puberdade, pois não era permitido que eles convivessem no mesmo espaço que as meninas. Ao longo da pesquisa, percebemos que a Casa dos Educandos Artífices e a

Companhia dos Aprendizes Marinheiros foram os estabelecimentos que admitiam a entrada dos expostos. Nessas instituições eles poderiam aprender o ofício de sapateiro, alfaiate, marceneiro, carpinteiro ou serem militar. As expostas poderiam ser admitidas no Recolhimento de N. S. de Anunciação e Remédios ou no Asilo de Santa Thereza.

Algumas enjeitadas foram beneficiadas com dotes ou legados para que pudessem se casar e formar uma família, pois era o destino que a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão desejava a elas. Porém, muitas meninas permaneceram à cargo da Irmandade mesmo depois de adultas, porque o casamento com as desvalidas, segundo as fontes ainda eram raros. Por esse motivo, elas trabalhavam para a Santa Casa exercendo algumas atividades domésticas ou ajudando a Diretora na educação das crianças menores.

A alimentação, o vestuário e a higiene estavam relacionadas diretamente com a formação e educação das crianças. Pois era necessário que elas se alimentassem com refeições nutritivas que proporcionassem seu desenvolvimento, assim como a higiene dos seus corpos e vestuário, garantindo o bem-estar dos enjeitados. Mas em um momento de crise econômica e com a defesa das autoridades pelo fim da Casa dos Expostos devido as excessivas despesas, a assistência e a garantia de alimentação e vestuário esteve cada vez mais dificultada.

De acordo com as fontes, pudemos analisar que a Casa dos Expostos no período estudado estava em péssimas condições, constantemente necessitava de reformas e ampliações em seu espaço. O estado de precariedade também esteve do lado externo da instituição na Rua da Cotovia e São Pantaleão.

Para o funcionamento da Casa dos Expostos foi necessário a contratação do trabalho de uma Diretora, a qual era responsável por administrar o estabelecimento e educar as crianças de acordo com os valores cristãos, possuía a atribuição de registrar todas as informações sobre os expostos, assim como acompanhá-los no período de criação. No mesmo local trabalhavam alguns serventes, os quais limpavam e organizavam o edifício. Além desses funcionários, havia uma lavadeira escravizada que lavava as roupas dos enjeitados e alguns escravizados que abasteciam a Casa dos Expostos com lenha e água. Todos esses funcionários da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão estavam subordinados à Mesa administrativa, a qual era composta pelo Provedor e os irmãos.

Por fim, pudemos analisar que os expostos possuíam trajetórias diferentes, alguns foram restituídos ao seio familiar, outros foram perfilhados, algumas expostas conseguiram se casar, etc. O destino desses desvalidos era decidido pelo Provedor/ Presidente da Província e os mesários. Assim, considera-se que os expostos estavam inseridos em uma rede de poder, cabendo a eles a submissão, controle e obediência a todo um regime de regras e disciplinas.

No que se refere a aplicação do Produto Educacional podemos perceber que o C. E. Sotero dos Reis, a qual reflete a realidade do ensino de História no nosso estado, que existe uma necessidade de paradidáticos que trabalhem a História do Maranhão e um ensino que esteja voltado à realidade dos alunos. Os professores também precisam de uma formação que oriente esse saber em sala de aula.

O uso de um conto infantojuvenil juntamente com fotografias foram primordiais na construção de uma história pouco explorada e que muitos não possuem conhecimento. Além disso, foi possível uma reflexão de temáticas atuais a partir do passado, em que os alunos puderam conhecer a história que os cercam.

## REFERÊNCIAS

### IMPRESSOS

*Almanak do Diario do Maranhão*. 01.01.1879; 2º anno; typ. do Farias

*A Marmotinha*, 19.11.1852; nº 6

*BemTevi*. 19.12.1847, nº 45

*Chronica Maranhense*, 28.05.1838, nº 34

*Correio de Annuncios*, 14.10.1851, nº 75

*Correio de Annuncios*, 12.10.1851; nº 76

*Diario do Maranhão*, 26.04.1862, nº 2605

*Diario do Maranhão*, 14.01.1874, nº 135

*Diário do Maranhão*, 07.03.1876, nº 776

*Diário do Maranhão*, 01.01.1879, nº 2

*Diario do Maranhão*, 18.10.1884, nº 3347

*Echo do Norte*, 20.09.1835, nº 3

*Farol Maranhense*, 17.08.1830, nº 220

*Farol Maranhense*, 28.06.1851, nº 61

*Gazeta de Noticias*, 16.04.1883, nº 13

*Gazeta de Notícias*, 25.08.1883, nº 124

*Gazeta de Notícias*, 10.08.1883, nº 116

*Jornal Maranhense*, 16.07.1841, nº 3

*Jornal Maranhense*, 07.12.1841, nº 41

*Minerva*, 27.11.1828, nº 40

*Minerva*, 04.12.1828, nº 41

*O Artista*. 07.02.1863, nº 4

*O Estandarte*, 07.12.1854, nº 104

*O Globo*, 10.09.1889, nº 3

*O Observador*, 17.07.1857, nº 572

*O Paiz*, 27.07.1877, nº 169

*O Paiz*, 10.04.1878, nº 81

*O Paiz*, 03.08.1878, nº 174

*O Paiz*, 20.08.1878, nº 187  
*O Paiz*, 27.10.1878, nº 245  
*O Paiz*, 11.01.1880, nº 8  
*O Paiz*, 06.12.1881, nº 275  
*O Paiz*, 03.04.1886, nº 73  
*O Progresso*, 09.08.1847, nº 155  
*O Progresso*, 11.08.1847, nº 157  
*O Progresso*, 13.08.1847, nº 158  
*O Progresso*, 18.08.1847, nº 162  
*O Telegrapho*, 07.08.1850, nº 272  
*O Telegrapho*, 03.08.1878; nº 109  
*Pacotilha*, 19.12.1883, nº 342  
*Pacotilha*, 05.05.1884, nº 119  
*Pacotilha*, 17.11.1884, nº 293  
*Pacotilha*, 20.11.1884, nº 296  
*Pacotilha*. 01.07.1885, nº 150  
*Pacotilha*, 07.01.1886, nº 5  
*Pacotilha*, 04.03.1889, nº 56  
*Pacotilha*, 08.03.1889, nº 60  
*Publicador Maranhense*, 12.11.1853, nº 146  
*Publicador Maranhense*, 21.01.1854, nº 1491  
*Publicador Maranhense*, 10.05.1859, nº 105  
*Publicador Maranhense*, 05.02.1880, nº 28  
*Publicador Official*, 24.03.1832, nº 45  
*Publicador Official*, 15.05.1833, nº 159

## ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

### ANNAES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO MARANHÃO

Relatório com que o Exmº Sr. Presidente da Provincia, Dr. Ambrósio Leitão da Cunha passou a Administração da mesma ao Exmº Sr. Desembargador Miguel Joaquim Ayres do Nascimento; 24.11.1863

Relatório com que o Exmº. Sr. Dr. Franklin Américo de Meneses Doria passou a administração ao Exmº. Sr. Dr. Antonio Epaminondas de Melo, 28.10.1867

Relatório que a S. Exª. O Sr. Presidente da Provincia Dr. José da Silva Maya apresentou no dia 18.05.1870 perante a Assembleia Legislativa Provincial por ocasião da instalação de sua sessão ordinária, 18.05.1870

Relatório com que o Dr. Olimpio Gomes de Castro passou o governo da Provincia do Maranhão ao 2º Vice-Presidente, Conselheiro, José Pereira da Graça, 22.02.1875

Fala com que o Exmº Sr. Vice-Presidente da Provincia, Desembargador José Pereira da Graça dirigiu no dia 03/05/1872 à Assembleia Legislativa Provincial acompanhada do Relatório com que o Exmº Sr. Dr. Augusto Olímpio Gomes de Castro passou-lhe a administração da Provincia a 29/04/1872; 03.05.1872

Relatório com que o vice-presidente, José Joaquim Teixeira Vieira Belfort entregou a Presidência da Provincia do Maranhão, ao Ilmo e Exmº Sr. Comendador, Antônio Candido da Cruz Machado, em 21/12/1885

Fala com que o Exmº Sr. João Capistrano Bandeira de Melo abriu a 1ª sessão da 26ª legislatura da Assembleia Legislativa Provincial do Maranhão, em 15.03.1886

### OFÍCIOS

Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Vice-presidente da Província, 28.06.1845

Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 10.03.1846

Ofício do Provedor da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 05.03.1847

Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 12.04.1849

Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 10. 04.1860

Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 27.05.1862

Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 16.07.1862

Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 25.08.1862

Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 28.05.1863

Ofício do Mordomo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 16.09.1878

Ofício do Mordomo dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 15.10.1884

Ofício do Mordomo dos Hospitais da Santa Casa de Misericórdia ao Presidente da Província, 19.11.1884

### **LIVRO DE ATA**

Acta de Secção de 06 de dezembro de 1881

Acta de Secção de 26 de julho de 1882

Acta de Secção de 31 de março de 1883

Acta de Secção de 7 de abril de 1883

Acta de Secção de 17 de outubro de 1883

Acta da Secção de 13 de dezembro de 1883

Acta da Secção de 11 de março de 1884

Acta da Secção de 09 de abril de 1884

Acta de Sessão de 24 de janeiro de 1885

Acta da Sessão de 10 de junho de 1886

Secção Administrativa em 7 de janeiro de 1886

Sessão Administrativa em 25 de abril de 1886

Secretaria da Santa Caza da Misericórdia do Maranhão 6 de fevereiro de 1886

### **REGULAMENTO**

Regulamento para a Caza dos Expostos aprovado em Meza de 29 de Abril de 1832

### **TABELA**

Tabela de rações que vencem diariamente os expostos internos e serventes da Casa da Roda, 15.02.1870

### **MAPA DO MOVIMENTO DOS EXPOSTOS**

Mappa estatístico contendo nome dos expostos na Roda da Casa da Santa Misericórdia desde o primeiro de janeiro de 1840 até o ultimo de Dezembro do mesmo anno com as competentes notas, 1840.

## BIBLIOGRAFIA

ABRANTES, Elizabeth Sousa. **A educação do “Bello Sexo” em São Luís na segunda metade do século XIX.** – São Luís: Editora UEMA, 2014.

ALGRANTI, Leila Mezan. A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro e a Concessão de Dotes (1808-1822). **Cadernos PAGU**, v. 1, 1993.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família.** (tradução: Dora Flaksman) – 2.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2021.

AZEVEDO, Aluísio. **O mulato.** 21 ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, s/d. 308 p. (obras completas de Aluísio de Azevedo; v. 2).

AZEVEDO, C. B.; LIMA, A. C. S. Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. **Roteiro**, [S. l.], v. 36, n. 1, p. 55–80, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de história: fundamentos e métodos.** Ed. Cortez, São Paulo- SP, 2004. O Uso Didático de Documentos. pp (325/351).

BOVO, Marcos Clair. Interdisciplinaridade e transversalidade como dimensões da ação pedagógicas. **Urutágua: Revista Acadêmica multidisciplinar.** Maringá, UEM, n. 7, p. 1-11, ago./nov. 2005.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental – História.** Brasília: MEC, 1998.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular,** Brasília, 2018.

CAIMI, Flávia Eloisa. Geração homo zappiens na escola: os novos suportes de informação a a aprendizagem histórica. In. MAGALHÃES, Marcelo et. al. (orgs.). **Ensino de história: usos do passado, memória e mídia.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014, p. 165-183.

CAPONI, Sandra. **Da compaixão à solidariedade: uma genealogia da assistência médica.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000.

CASTRO, Cesar Augusto. **Leis e Regulamentos da Instrução Pública no Maranhão Império: 1835-1889.** – São Luís: EDUFMA, 2009.

CASTRO, Cesar Augusto. O ensino agrícola no Maranhão imperial. **Revista HISTEDBR Online,** Campinas, SP, v. 12, n. 48, p. 25–39, 2013.

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luís V. A instrução de meninas no Asilo de Santa Teresa (Maranhão/1856-1871). **Revista História da Educação** (online), v. 25, 2021.

CINTRA, Mariana de Paula. Do seio à mesa: a alimentação da criança nos primeiros textos médicos brasileiros. **Contraponto: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI,** Teresina, v. 10, n. 1, jan./jun. 2021.

COE, Agostinho Júnior Holanda. **A assistência em crise: a Santa Casa de Misericórdia do Maranhão na segunda metade do século XIX (1850-1890).** Tese (História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Edite Moraes da. **O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial.** Rio de Janeiro: - ANPUH – Rio, 2016.

FRANCO, Renato. **A piedade dos outros: o abandono de recém-nascidos em uma vila colonial, século XVIII.** – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FRANCO, Renato Júnio. **O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa.** Est. Hist., Rio de Janeiro, vol.27, nº53, 2014. p.5-25.

FREITAS, Marcos Cezar. **História Social da Infância no Brasil.**- São Paulo: Cortez, - 9 ed, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** – 78. ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

FONSECA, Selva Guimarães. **A História na Educação Básica:** conteúdos, abordagens e metodologias. Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento – perspectivas atuais, Belo Horizonte, novembro de 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber;** tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 8ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder;** organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado, - 7ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramalhete. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. – 24. ed. – São Paulo: Edições Loyola (Leituras Filosóficas), 2014.

GIOSA, Beatriz Aparecida. **Trabalho Infantil: entre a exploração e a sobrevivência.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2010.

HALL, Stuart. Quem Precisa de Identidade? In. SILVA, Tomaz. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2008.

KHOURY, Yara Aun (coord.). **Guia dos arquivos das Santas Casas de Misericórdia do Brasil: (fundadas entre 1500 e 1900).** – São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: PUC-SP/ CEDIC: FAPESP, 2004.

LIMA, Aline C. da Silva; AZEVEDO, Crislane Barbosa de. A interdisciplinaridade no Brasil e o ensino de história: um diálogo possível. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 3, p. 128-150, jul./dez. 2013.

Luca, T. R. de; Suriani da Silva, A. C. Maria Amália Vaz de Carvalho nas páginas de O Paiz (1884-1889): levantamento dos textos e notas iniciais de pesquisa. **Herança - Revista De História, Patrimônio e Cultura.** Vol. 5, nº 1, 2022.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada.** – São Paulo: Editora Hucitec; 2ª ed., 2006.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. – Maranhão: Typ, do Frias, 1870.

MAURICIO, Marlzoni. Entrelaçando Narrativas: ponderações sobre o pensamento histórico na Literatura. In: AGOSTINHO, Régia; BACCEGA, Marcus. **Letras e Veredas da História: diálogos e convergências**. – São Luís: Café&Lápis; Edufma, 2018, pp. 123-136.

MEIRELES, Mário. **Dez Estudos Históricos**. São Luís: Alumar, 1994.

MÉRIAN, Jean-Yves. **Aluísio Azevedo: vida e obra (1857/1913)**; tradução: Claudia Poncioni. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional: Garamond 2013.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

OLIVEIRA, Eduardo Gomes de. **Assistência a alienados na Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1882-1892)**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2011.

PESAVENTO, Sandra. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas. n° 14, Set. 2003, pp 31- 45.

PINHEIRO, Denilson Costa. Rupturas e Continuidades: uma análise da condição feminina no romance O Mulato. In: SANTOS, Sandra Regina (Orgs.). **Diferentes recursos na sala de aula de História: relato de experiências**. – Tutoia, MA: Diálogos, 2022, p. 106 – 128.

PINHEIRO, Denilson Costa. **Assistência Às Expostas e Mulheres Desvalidas: uma ação de caridade da Santa Casa de Misericórdia do Maranhão (1850-1880)**. Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2020.

PRIORE, Mary del. **História das Mulheres no Brasil**. 10<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Contexto, 2018.

PRIORE, Mary del. **História das Crianças no Brasil**. 7<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Contexto, 2018.

QUINTAS, Georgia. Amas-de-leite e suas representações visuais: símbolos socioculturais e narrativos da vida privada do Nordeste patriarcal-escravocrata na imagem fotográfica. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 8, n. 22, pp. 11 a 44, 2009.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (orgs). **A Arte de governar crianças: A história das políticas sociais, da legislação e da infância no Brasil**. – 3<sup>a</sup> ed. – São Paulo: Cortez, 2011.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

SÁ, Isabel dos Guimarães; LOPES, Maria Antônia. **História Breve das Misericórdias Portuguesas**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. 2008.

SANTANA, Ângela Cristina. **Santa Casa de Misericórdia da Bahia e sua prática educativa; 1862 – 1934**. Tese (Doutorado em História da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SANTOS, Edyene Moraes dos. O Lugar do discurso e a guerra de narrativas: a imprensa política no Maranhão Oitocentista. – São Luís, MA: **Outros Tempos**, vol. 18, n. 32, 2021, p. 200-2019

SCOTT, Joan. **Gênero: categoria útil de análise histórica**. Recife: S.O.S Corpo, 1996.

SILVA et al. As práticas educativas da congregação Filhas de Sant'ana na educação das meninas desvalidas do Pará no início do século XX. – São Paulo: Guarulhos. **Olhares**: Revista do Departamento de Educação da Unifesp. v. 7, nº 3, 2019, p. 217 – 230.

SOUZA, Mariana Jantsch. A memória como matéria prima para uma identidade: apontamentos teóricos acerca das noções de memória e identidade; In: **Revista Graphos**, vol. 16, nº 1, 2014.

SÔNEGO, Márcio Jesus Ferreira. A fotografia como fonte histórica. **Historiæ**, Rio Grande, v. 1, n.2, 2010, p. 113-120.

TOMASCHEWSKI, Claudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)**. Dissertação (Mestrado em História das Sociedades Ibéricas e Americanas) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

VIANA, J. Italo Bezerra. **História Local**. – Instituto Superior de Tecnologia Aplicada, Sobral, 2016.